

Este exemplar corresponde à redação final
da tese defendida por Gilson Schwartz

após o livro.

J.M.KEYNES: O TEMPO DA ECONOMIA POLÍTICA

Gilson Schwartz

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de Economia e Planejamento
Econômico do Instituto de E
conomia da Universidade de
Campinas, sob orientação do
Prof.Dr.Luiz Gonzaga de Mello
Belluzzo

-1985-

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"NÃO É O CASO DE SE CONSERVAR O PASSADO, MAS
SIM DE RESGATAR AS ESPERANÇAS PASSADAS."

HORKHEIMER/ADORNO

Aos meus pais, Rosa e Luiz,
de onde se vê

Ao Belluzzo, Braga e ao Lima,
pelo como ver

Ao Raposo, Lagarto, Lagahto,
Peixe, Ratinho e Alu ,
para onde, veremos
(o sonho não acabou)

ÍNDICE

	PÁG.
AGRADECIMENTOS	i
INTRODUÇÃO	1
 <u>PARTE I</u>	
AS CARRUAGENS DO TEMPO	5
I - Três Dimensões do Tempo	7
II - Polêmica	10
III - Conclusão	35
 <u>PARTE II</u>	
O TEMPO, A ORDEM E A DESORDEM	38
I - Diagnóstico	40
II - Conceitos	44
1. Determinantes do Valor do Dinheiro	44
2. Classes Sociais	54
III - Conclusão	66
 <u>PARTE III</u>	
TEMPO: AVENIDA DE MÃO ÚNICA	68
I - Antecedentes	70
1. Raízes Marshallianas	70
2. Um Economista no País das Maravilhas: D.H. Robertson ...	80
II - Significado Geral do "Treatise on Money"	92

III - Definições	100
1. Dinheiro	101
2. Circulação Industrial e Financeira	105
3. Renda	106
4. Remuneração Normal dos Empresários	107
IV - Sobreinvestimento	112
V - As Equações Fundamentais	119
1. Derivação das Equações	119
2. A questão dos períodos	130
VI - O Poder de Gasto Capitalista	142
1. Definições	142
2. O Nível dos Preços dos Bens de Investimento ..	145
3. As Críticas de Pierre Vilar	157
4. Investimento, Poupança e Lucros	168
5. Circulação Industrial e Financeira	178
6. A Teoria dos Juros	190

PARTE IV

SÍNTESE DO ARGUMENTO	202
CONCLUSÃO	213
ANEXO	220
BIBLIOGRAFIA	222

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação de mestrado deve bastante a pessoas que, desde os tempos da graduação na USP, tiveram o dom de ensinar o que não está nos livros. A começar pela família, onde se cultivava uma antiga tradição de gosto pelo conhecimento e pela crítica.

Na graduação em Economia, Silvia Schor soube despertar o interesse inicial por Keynes, animado pela disposição de Denizard Alves em orientar o monitor. No departamento de Ciências Sociais, o seminário de metodologia de Jeremias de Oliveira Fº propiciou um instrumental que tem se mostrado da maior importância. Desde a graduação, tenho contado com a simpatia e cooperação do pessoal das bibliotecas - Lúcia Kawahara e Lilian Silva na FEA-USP e, mais recentemente, Deise Capellosa, Ana Maria Dourado, Fatima Caldeira e Maria da Penha V. de Lima, na EAESP-FGV, onde aliás a ajuda de Magali Valente e Claudio Raimundo, no serviço de aquisições da biblioteca, tem sido de primeira.

Já na Unicamp, professores como Frederico Mazzuchelli e Marcos Müller criaram condições para que idéias amadurecessem e encontrassem o seu lugar. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, José Carlos de Souza Braga e Luis Antônio de Oliveira Lima foram sobretudo exemplos maiores de como a teoria deve fazer parte das preocupações mais diversas e concretas.

Voltando a São Paulo, pude encontrar -primeiro na EAESP-FGV e, depois, na PUC-SP - coleguismo e ambiente acadêmico, ingredientes sem os quais o estudo é vão. Aos alunos, amigos, devo muito. E a outros amigos, com quem já fui aluno, mas com eles continuo aprendendo (a guilda é isso) : Plínio Sampaio Filho, Rui Affonso, José Geraldo Portugal, Márcio Alves Pinto, Luis Eduardo Assis e Aloísio Mercadante. Sem esquecer de Marcelo P. Coelho e Luis Paulo Labriola, que ensinam com outros modos.

Sem a paciência de Helenice Aparecida dos Santos o texto até agora não passaria de um punhado de letras miudas.

INTRODUÇÃO

O que é o tempo?

À primeira vista o tempo não existe, as coisas é que duram, permanecem ou são consumidas. Entretanto, embora nós passemos (e não o tempo), o ser humano, por meio de ainda misteriosos mecanismos de projeção, confere existência a palavras que designam angústias e dúvidas. Qual a realidade dessas palavras?

A vida e a morte, as heranças culturais, as utopias e projetos políticos são testemunhos empíricos de que nada é estático. Mas como determinar com clareza o que se transforma e como?

Se o tempo não passa de um nome dado a essas transformações, é preciso investigar essa peculiar cerimônia de batismo.

A teoria econômica contemporânea, por outro lado, com insistência se recusa a desvendar a relação entre as inumeráveis transformações sociais e as formas de registrar e interpretar o conteúdo temporal dessas mudanças. Encastelada em métodos que se pretendem universais (e portanto eternos), a ciência econômica não vê sentido na questão do tempo. Define mecanismos econômicos (de funcionamento de mercados, de desenvolvimento tecnológico, de intervenção estatal, etc.) que supostamente são válidos hoje como foram ou seriam há séculos (e como pretendem continuar sendo). Daí a tenacidade com que várias correntes do pensamento econômico procuram elaborar leis gerais imunes à história.

Apenas recentemente essa presunção voltou a ser questionada. A revisão das teorias do desenvolvimento econômico foi sem dúvida um dos principais começos. Como aceitar passivamente a idéia de que o processo de desenvolvimento capitalista difunde-se internacionalmente através de uma tendência inevitável ao estabelecimento de vantagens comparativas...a longo prazo? O que é esse "longo prazo"? Pode a história ser interpretada sempre como se a

operação de certos mecanismos básicos fosse imutável?

Aos poucos - e com a reentrada na ordem do dia de inúmeros conflitos sócio-políticos a partir dos anos 60 - foi sendo cada vez mais necessário reavaliar o tipo de preconceito embutido nas teorias tradicionais quanto à univocidade da percepção humana do tempo e da história. Nesse processo de revisão da tradição do pensamento econômico, em um momento em que as idéias de progresso ou modernização exibiam suas faces perversas e reacionárias, a figura de John Maynard Keynes foi aos poucos assumindo relêvo-em um sentido insuspeitado pelos epígonos da teoria neo-clássica, que desde o pós-guerra fixaram suas idéias em modelos matemáticos.

O processo de revisão de sua obra, ainda em curso, tem podido contar com releituras atentas à questão do tempo, das expectativas e da incerteza.

Essa dissertação de mestrado procura inserir-se nesse caudal de reavaliação crítica de um pensamento tido por conservador. Inicialmente concebida para abarcar toda a produção de Keynes, chegamos entretanto a um resultado parcial que não cobre toda a extensão da obra. O projeto terá continuidade para que se possa chegar a fazer uma avaliação ainda dos debates que se seguiram ao "Treatise on Money" (doravante referido como "Treatise") até os escritos posteriores à "Teoria Geral", sem esquecer de um exame das relações entre a obra econômica e os estudos iniciais de Keynes no campo da probabilidade.

Esse projeto de reconstruir a obra de Keynes com ênfase na questão do tempo e das expectativas não é solitário. Na mesma linha têm caminhado pensadores econômicos de distinta procedência. Nomes como Barrère, Aglietta, Schmitt, Shackle, Minsky, Vicarelli, Davidson, serviram como importantes referências.

A reconstrução da mensagem Keynesiana passa necessariamente pela avaliação do modo pelo qual as questões da tradicional teoria quantitativa do dinheiro foram sendo progressivamente transformadas pelos discípulos de Marshall, dos quais Keynes foi o mais notável. E foi o mais notável porque soube aliar as intuições críticas que permeavam o círculo acadêmico da Cambridge dos anos 10 e 20 com uma inquietação política frente aos acontecimentos de sua época.

Na parte I procuro evidenciar a maneira pela qual essa inquietação, presente nos textos do Keynes polemita, vincula-se à questão de decifrar o enigma do tempo tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo. Já na Parte II⁽¹⁾ é o esforço analítico para escapar da tradição neo-clássica que passa a ganhar relevo, esforço que atinge um ponto de ruptura na Parte III, onde é avaliado o trabalho que seria a primeira grande contribuição de Keynes à teoria social contemporânea - o "Treatise".

Partimos de uma questão arbitrária para reler os textos de Keynes. Este não é um trabalho de história do pensamento econômico no sentido tradicional, das exegeses extensivas. Procuramos sublinhar ao longo das sucessivas transformações da obra de Keynes a presença de uma mensagem. E a questão do tempo é bastante crucial quanto ao conteúdo da mensagem.

A hegemonia da síntese neo-clássica durante todo o pós-guerra afastou os economistas dos textos originais, inclusive de Keynes. A partir dos anos 60 houve uma volta aos clássicos e a importância de reavaliar a obra de um pensador que estava completamente assimilado pela ortodoxia atraiu certas mentes com vocação crítica. Entretanto, mesmo essa retomada da economia clássica e da obra de Keynes ainda padeceu do preconceito economicista. Inúmeras foram as releituras de Ricardo, Marx, Malthus que se debruçavam sobre os originais com a velha intenção de descobrir mecanismos definitivos de regulação econômica. Assim, mesmo a volta a Keynes sempre foi vítima

(1) Essa parte analisa o "Tract on Monetary Reform".

da excessiva valorização da "Teoria Geral". Textos polêmicos, ou mesmo a obra acadêmica anterior à "Teoria Geral" continuaram solenemente ignorados.

Acontece que esses textos não são tão ortodoxos quanto frequentemente se imagina. Naturalmente, em se tratando de Keynes, é sempre impossível escolher qualquer obra sua e dizer: eis aí uma contribuição inequivocamente heterodoxa. Seja pelo público a que se dirigia, seja pela sua formação arraigadamente marginalista, Keynes sempre se moveu analiticamente de modo ambíguo.

A leitura dos textos anteriores à "Teoria Geral", apesar de ostentarem uma carga ainda elevada de procedimentos convencionais, mesmo assim revela não apenas interessantes sugestões que nunca voltaram a ser retomadas pelo próprio Keynes (ou pelos intérpretes) mas também inúmeras passagens em que as sementes do instrumental da "Teoria Geral" são plantadas. No que se refere à questão das expectativas, essas passagens são fundamentais.

Uma das razões para a valorização desses textos é a possibilidade neles contida no sentido de nos alertar para a ociosidade daquele preconceito economicista. Dessa perspectiva, a retomada dos textos originais liberta-se do viés com que a "volta aos clássicos" vinha sendo efetivada. Descobrimos em Keynes os princípios de uma teoria econômica mais política do que a economia política criticada por Marx.⁽¹⁾ E esses princípios não se reduzem aos decantados instrumentos de "política econômica" tão divulgados pelos manuais da síntese neo-clássica. É economia política para valer - o que implica serem os problemas do tempo e da história devidamente levados em consideração.

Signo eventual de que talvez estejamos retomando algumas das questões fundamentais do tempo da economia política.

(1) Pois retoma as questões fundamentais que a própria economia política herdou da teoria política clássica. Exemplos: as questões da viabilidade dos projetos de regulação social não-violenta, da racionalidade da história ou mesmo das origens da sociabilidade humana.

PARTE I

AS CARRUAGENS DO TEMPO

RELÓGIO

"AS OBRAS ACABADAS TÊM PARA OS
GRANDES HOMENS MENOS PESO QUE
ESSES FRAGMENTOS SOBRE OS QUAIS
SEU TRABALHO DURA TODA UMA VIDA."

W. BENJAMIM

AS CARRUAGENS DO TEMPO

I - TRÊS DIMENSÕES DO TEMPO

O interesse de Keynes pelo "tempo" se desdobrou em três dimensões distintas e relacionadas. Em primeiro lugar estava a necessidade de "agir em tempo" sobre o curso da história. Sob o signo dessa pressa política são apresentados os "Essays in Persuasion":

"Nesses ensaios o autor estava com pressa, desesperadamente ansioso para convencer em tempo sua audiência." (Keynes, 1963, p.vi)

Entretanto, essa ansiedade prática nunca esteve desvinculada de um esforço por interpretar o seu tempo, a sua Época. No mesmo prefácio, Keynes aponta a necessidade de um tipo de interpretação cujo significado último filia-se à própria possibilidade de encontrar um sentido na passagem do tempo.

"Mas nos últimos dois livros [dos cinco que são compostos os "Ensaaios"] as carruagens do tempo fazem um ruído menos incômodo. O autor está olhando para o futuro mais distante, e ruma temas que exigem um longo curso da evolução para determiná-los." (Keynes, 1963, p.vi-viii)

O aspecto central do diagnóstico histórico de Keynes é a profunda convicção de que os problemas da carência, da pobreza, da luta econômica entre classes sociais e entre nações são problemas transitórios (Keynes, 1963, (p.vii)

"Pois o Mundo Ocidental já tem os recursos e a técnica, se for capaz de criar a organização capaz de usá-los, capazes de reduzir os Problemas Econômicos que agora absorvem nossas energias morais e materiais, a uma posição de importância secundária." (idem)

"Agir em tempo": o trabalho do autor é uma luta contra o tempo, cujo movimento faz ruído incômodo - a inquietação do sujeito diante do mundo é o foco da discussão. Por outro lado, a possibilidade de encontrar um significado objetivo, um sentido na evolução, diante do qual é inútil ou desnecessária a inquietação do indivíduo. Situamo-nos entre o determinismo e a liberdade, duas formas pelas quais a passagem do tempo é identificada.

Entre a ação individual consciente e a etapa histórica, existiria entretanto espaço suficiente para a ocorrência de inúmeros processos alternativos. Nem a ação individual se dá num vácuo aleatório nem a configuração de uma etapa histórica determina univocamente os cursos de ação. A terceira dimensão na qual o interesse de Keynes pelo tempo há de se desdobrar situa-se precisamente nesse campo de possibilidades que se instaura entre uma intenção política (no seu caso, um conservadorismo crítico e autocrítico) (1) e a consciência resignada de que a história humana encontra-se numa etapa definida. Nesse interstício floresceu a teoria econômica de Keynes, atenta como procurarei mostrar às possibilidades (abertas pela temporalidade capitalista) de integração entre a intenção reformista e a constatação do caráter transitório do próprio Problema Econômico. Antes, porém, de destrinchar o papel da temporalidade na sua teoria econômica, procederei neste capítulo à reconstrução das duas primeiras dimensões nos escritos mais diretamente ligados ao engajamento de Keynes como polemista (ensaios e artigos jornalísticos).

De qualquer forma, é a própria teoria econômica que deve poder ajudar a construir a mediação entre o tempo subjetivo (intensões individuais) e o objetivo (evolução

(1) Cf. Schwartz, 1984, onde é dada especial atenção ao caráter singular da opção política de Keynes como foco a partir do qual é possível compreender em parte sua obra.

histórica), principalmente quando a teoria econômica dispõe de critérios pelos quais é possível identificar como os indivíduos percebem as diversas possibilidades de encadeamento de acontecimentos no tempo e como essas possibilidades eventualmente se realizam:

"Pois acontece que há uma razão sutil derivada da análise econômica para que, nesse caso [o de situarmo-nos em uma Etapa de Transição] a fé possa valer. Porque se nós consistentemente agirmos a partir de uma hipótese otimista, essa hipótese tenderá a realizar-se; enquanto que agindo pela hipótese pessimista podemos vir a nos manter eternamente no caroço da necessidade."

(Keynes, 1963, p.vii-viii)

Hipóteses, ação e realização: esse é o triângulo que define a existência das expectativas. Quanto ao significado de "Transição", em 1931, é eloquente a justificativa dada à publicação dos "Ensaio" pelo próprio Keynes:

"Pensei ser conveniente escolher essa data de publicação porque estamos situados em um ponto de transição. Chamam-no de Crise Nacional. Porém isso não é correto - para a Grã-Bretanha a crise principal já passou. Há uma calma em nossos negócios. Estamos, no outono de 1931, repousando-nos em uma quieta piscina entre duas cataratas." (idem, p.viii-ix)

Com alguma liberdade de escolha, talvez houvesse um caminho no espectro das possibilidades históricas a partir do qual a gestação da nova era fosse menos violenta ou dolorosa.

Mobilizando o arsenal da análise econômica, Keynes procurava convencer os seus leitores da possibilidade desse caminho ser trilhado de forma coletivamente consciente. A dificuldade mesma de persuadir tornou-lhe porventura explícita a pluralidade de formas pelas quais os

agentes sociais percebem o próprio passar do tempo. Cada classe contempla um futuro distinto e formas distintas de alcançá-lo. Mas haveria uma fonte comum a todos esses tempos que, habilmente controlada, garantisse o futuro de todas as classes? (1)

Seria essa fonte comum de diferentes tempos um objeto ou processo econômico fundamental? As eventuais respostas a essas questões devem aguardar um prévio enriquecimento da formulação das questões.

II - POLEMICA

Um aspecto crucial da formação de expectativas é que se trata de um processo pelo qual os indivíduos elaboram uma representação, uma imagem, da relação entre suas intenções e ações e um conjunto de circunstâncias, um contexto. Quanto mais difundido é um tipo de expectativa, maior o seu poder em termos de vir a ser realizada. Assim, a investigação dos processos de formação e transformação de expectativas deve estar sempre especialmente atenta para os mecanismos através dos quais esse poder se instaura e mantém. Não se trata simplesmente de "muitos acreditarem na mesma coisa", mas de existirem instrumentos que garantam a possibilidade de realização dessas crenças (ou, até, objetos que instaurem essa crença).

Keynes recomenda a ação coletiva a partir de hipóteses otimistas como condição para a realização de uma transição pacífica, mas a razão para que esse mecanismo opere é derivada da análise econômica. Os seus escritos polêmicos em vários momentos fazem referência a esse

(1) Pelo menos de empresários e trabalhadores. Ainda que a formação, o significado e a função das expectativas formadas pelas classes sociais sejam conflituosas, existiria algo comum subjacente às diferenças e que permitisse um caminho verdadeiramente coletivo "rumo ao futuro?"

poder e a necessidade de instituições organizadas de modo a sustentá-lo, assim como também alertam para os riscos de vermos esse poder desintegrar-se de modo violento e inconsequente:

"O poder de tornar-se habituado ao seu meio ambiente é uma característica marcante da humanidade. Muito poucos de nós percebem com convicção a natureza intensamente excepcional, instável, complicada, insegura e temporária da organização econômica pela qual a Europa Ocidental tem vivido no último meio século. Supomos serem, algumas das nossas mais peculiares e temporárias vantagens, naturais e permanentes, como se pudéssemos nos apoiar nelas e formar nossos planos adequadamente." (Keynes, 1963, p.3)

O caráter transitório dos antigos modos (vitorianos) de adequação homem-meio não é percebido pelas classes sociais.

"Na Inglaterra o aspecto exterior da vida ainda não nos ensina a sentir ou ao menos perceber que uma época chegou ao fim (...). Todas as classes assim fazem seus planos, os ricos de gastar mais e poupar menos, os pobres de gastar mais e trabalhar menos (...). Não é uma mera questão de extravagância ou de "problemas trabalhistas"; mas de vida e morte, inanição e existência, e das temíveis convulsões de uma civilização agonizante." (idem, p.4)

Diante da percepção macrohistórica do significado da crise capitalista, o esforço subjetivo parece condenado a ser vítima sarcástica do Destino:

"Paris era um pesadelo, e cada um ali era mór-bido.⁽¹⁾ Um sentido de inevitável catástrofe

(1) Trata-se da descrição feita por Keynes das reuniões em 1919 para elaboração do Tratado de Versalhes.

sobrepujava a cena frívola; a futilidade e pequenez do homem diante de grandes eventos confrontando-o; a significância ambígua e a irrealidade das decisões; leviandade, cegueira, insolência, gritos confusos vindos de fora, todos os elementos da tragédia antiga estavam ali." (idem, p.6)

As discussões referentes à capacidade alemã de fazer frente ao pagamento da dívida de guerra (portanto sua capacidade futura de pagamento) são, nas mãos de Keynes, uma oportunidade para denunciar as formas instáveis através das quais o poder de acreditar em expectativas individuais pode redundar em catástrofe coletiva. A ignorância quanto à natureza do dinheiro e das instituições monetárias, assim como dos verdadeiros determinantes do poder de compra do dinheiro, dava margem ao surgimento de expectativas socialmente ilusórias quanto às possibilidades futuras de manutenção de compromissos financeiros. Ainda assim, essas discussões são mais uma oportunidade de constatação do poder das próprias ilusões sustentadas pelo dinheiro e pelas instituições financeiras. A condenação dos termos impostos à Alemanha derrotada implicaria a própria renúncia de Keynes ao seu cargo na Conferência de Paz, renúncia esta que tem como base uma avaliação dos efeitos futuros da carga que se pretendia impor em 1979:

"Nos grandes eventos da história humana, no desenrolar dos complexos destinos das nações, a Justiça não é tão simples. E se o fosse, as nações não estão autorizadas, por religião ou por morais naturais, a impor aos filhos de seus inimigos os equívocos dos pais ou dos governantes" (idem, p.18)

Mas diante da imobilidade dos governantes, o único recurso alternativo era o de se dedicar à persuasão da opinião pública, num ato de extremada confiança nos ca-

nais democráticos de pressão política diante do avassalador desdobramento da História:

"Os eventos do próximo ano não serão conformados pelos atos deliberados de homens de estado, mas pelas correntes ocultas que fluem continuamente sob a superfície da história política, cujo sentido ninguém pode prever. Só de um modo podemos influenciar essas correntes - mobilizando formas da intuição e imaginação que transformem a opinião." (idem, p. 45)

Entretanto, mesmo a avaliação quanto à oportunidade da intervenção política com o objetivo de formar a opinião pública tem um lastro no diagnóstico dos mecanismos que relacionam-ora aproximando, ora afastando - causa e efeito no tempo. Assim, comentando ainda os efeitos do Tratado de Paz em 1921, Keynes compara as diferentes temporalidades com que operam vantagens e desvantagens obtidas com a submissão da Alemanha:

"A organização da qual a riqueza do mundo moderno tão grandemente depende, está sendo injuriada. Com o decorrer do tempo uma nova organização e um novo equilíbrio pode ser estabelecido. Mas se a origem do desarranjo é de duração temporária, as perdas devidas à injúria feita à organização podem superar os ganhos associados à obtenção de bens sem ter de pagar por eles." (idem, p.59)

Ou seja, mesmo a transição, ainda que implicando uma instabilidade de duração temporária, pode ter efeitos a tal ponto perversos que o fim da transição, previsto pelo diagnóstico histórico, nem se realize ou venha a se realizar com custos sociais insuportáveis. Em outras palavras, a crise capitalista ocorre em um determinado e limitado intervalo de tempo, mas pode desencadear rea-

ções a tal ponto violentas que a própria ordem ("organização") seja ameaçada. (1)

No capitalismo, a guerra, a submissão imperialista, a crise podem ser formas a tal ponto violentas de recompor a hierarquia entre classes e nações que a própria sobrevivência da civilização sofra riscos incalculáveis. De qualquer forma, na base desse diagnóstico está a distinção crucial entre a Transição (processo de constituição de uma nova organização "com o decorrer do tempo") e os processos temporários de desarranjo que caracterizam a própria transição, mas simultaneamente ameaçam-na.

Em suma, a Transição é um processo de crises sucessivas em direção a um hipotético equilíbrio final. Os anos 10 e 20 são identificados por Keynes a mais uma dessas crises (cujo poder destrutivo, se não for enfrentado politicamente, pode ameaçar a própria civilização).

Estranha ambiguidade permeia a passagem do Tempo: por um lado a Duração pré-determinada, a Transição, a passagem para um mundo em que o "problema econômico" deixará de ser predominante, mas por outro lado esse caminho sendo pontuado por "desarranjos temporários" que ameaçam a integridade da própria Duração! Isto é, a História (como percurso inevitável) é constituída a partir de processos cuja característica principal é a "duração temporária" associada a um alto poder destrutivo. De fato, as crises são momentos de exceção, fragmentos do tempo - mas que podem furtar-lhe a linearidade e constância rítmica. (2) Cumpre-nos verificar as característi-

(1) Marx afirmava que não há crise permanente. Mas o fato de uma crise ser localizada não implica o retorno do sistema, terminado o cataclisma, ao percurso natural de "longo prazo". Os que assim interpretam a idéia de crise (p.ex. Milgate, 1982), como ocorrência funcional e saneadora, acabam privilegiando o modelo teórico em detrimento da fenomenologia histórica.

(2) Daí a importância de distinguir a instabilidade que se situa na base das crises capitalistas dos modelos analíticos que reduzem a dinâmica do sistema à ciclicidade.

cas econômicas atribuídas por Keynes aos processos que levam à crise.

Nos escritos polêmicos essas características aparecem de modo esparso: ora o endividamento internacional, ora a inflação doméstica, vários são os sintomas (localizados) de que o processo de desarranjo temporário implica uma deturpação na percepção do próprio tempo histórico. Em 1919, Keynes cita Lênin:

"Diz-se que Lênin declarou ser a desvalorização da moeda o melhor caminho para destruir o Sistema Capitalista. Aqueles a quem o sistema traz lucros inesperados (...) além de suas expectativas e até mesmo além de seus desejos, tornam-se "exploradores". São objeto do ódio da burguesia, a quem a inflação empobreceu não menos que ao proletariado. Na medida em que a inflação avança e o valor real da moeda flutua violentamente de mês em mês, todas as relações permanentes entre devedores e credores, que formam o fundamento último do capitalismo, tornam-se tão extremadamente desordenadas ao ponto de quase perderem o significado, e o processo de enriquecimento degenera em jogo e loteria." (idem, p.77-8)

Jogo, loteria: processos acerca dos quais é impossível dizer com certeza qual o resultado. Mas é um jogo em que, além da incerteza quanto ao resultado, a destruição é possível:

"O processo engaja todas as forças ocultas da lei econômica do lado da destruição e o faz de tal forma que nem um homem em um milhão é capaz de diagnosticar." (ibidem, p.78)

Dessa forma, só um plano político pode garantir a travessia e a continuidade da Transição. Não que o futuro em si seja incerto, apenas ocorre que o caminho até ele

é arrojado de pedras. Um Estado passivo ou inativo torna ainda mais inevitáveis os tropeções. O terror diante da incerteza só pode levar à inação, pois a criação de nova riqueza é de qualquer forma uma aventura (idem,p.147). Essa concepção do que seja criar riqueza é frontalmente oposta à filosofia conservadora, que apregoa:

"Vocês não devem pressionar por estradas ou habitação, pois isso usará oportunidades de emprego que poderão ser necessárias em anos futuros."

"Vocês não devem tentar empregar todo mundo, pois isso causará inflação."

"Vocês não devem investir, pois como sabem que vai valer?"

"Vocês não devem fazer nada, pois fazer algo significa que vocês não podem fazer outras coisas."

"Não prometemos mais do que podemos cumprir.

Nós, portanto, nada prometemos," (idem,p.132-3)

É o que Keynes chamava de "precaução hipocondríaca"

"Não há razão para que não nos sintamos livres para ser audazes, abertos, experimentadores, ativos, para tentar as possibilidades das coisas. E contra nós, pondo-se em nosso caminho, não há nada mais que alguns velhos cavalheiros apertadinhos em seus casacos monásticos, que precisam apenas ser tratados com um pouco de amigável desrespeito e derrubados como boliches."

Vão até mesmo gostar disso, uma vez que se recuperem do choque. (idem, p.133-4)

Keynes, ao analisar os mecanismos através dos quais se dá a passagem da Era Econômica para a Era Pós-Econômica, percebeu que a economia e os processos econômicos, nessa fase de transição do capitalismo, são muito mais processos de obtenção, manutenção e ampliação do poder social pelas classes do que estritamente processos de produção e consumo de riqueza material. É nesse contexto que o Dinheiro deixa de ser mercadoria (dinheiro-metal) para ser uma coisa abstrata, uma representação, um padrão de valor cuja instabilidade é sintoma de perturbações no sistema de poder. Mas ao mesmo tempo as características do dinheiro moderno são tais que aquelas perturbações podem ficar ocultas até que seja "tarde demais", isto é, até que as flutuações se cristalizem em crise. Faz parte do esforço teórico por esclarecer a natureza da economia capitalista desvendar o papel do dinheiro e a origem dessa sua ambígua capacidade de ocultar o tempo da crise. Ambígua pois se o dinheiro é uma abstração legitimada em última instância pelo poder do Estado, tem ao mesmo tempo a sua funcionalidade lastreada no próprio ritmo da atividade econômica.

É característica dessa ambiguidade que se associa à interposição do "véu de dinheiro entre o ativo real e o possuidor de riqueza" uma confiança crescente do público nos sistemas bancários. No texto de 1931⁽¹⁾ aparece o colôro dessa confiança que oculta os perigos da passagem do tempo: os banqueiros são os últimos a perceber a consagração da crise que em momento algum souberam ou puderam prever. (idem, p. 178) As primeiras sugestões de política estatal feitas por Keynes serão, no "Tract" e no "Treatise", principalmente do controle pela política monetária das atividades bancárias.

(1) "The Consequences to the banks of the collapse of Money Values", in Keynes, 1963, p. 168 e 55.

Essa preocupação com a deterioração do futuro que se esconde por trás das oscilações no poder de compra é evidente já em 1923:

"Se esperamos até que um movimento de preços esteja efetivamente estável antes de aplicar medidas curativas, poderemos chegar atrasados demais. "Não é a elevação passada dos preços mas a elevação futura que tem de ser contrarrestada". (Hawtrey, Monetary Reconstruction, p. 105)⁽¹⁾. É característico da impetuosidade do ciclo de crédito que os movimentos de preço tendam a ser cumulativos, cada movimento promovendo, até certo ponto, um ulterior movimento na mesma direção". (idem, p. 215)

Contra a manutenção do padrão-ouro, Keynes via como anacrônica a tentativa de se manter o dinheiro, um símbolo de poder econômico manipulável pelo Estado, atrelado aos destinos incertos do valor futuro de uma mercadoria qualquer - quanto mais de um metal "precioso". Aliás, no decorrer de sua obra, o foco estará sempre sobre os determinantes do futuro e sua relativa instabilidade - mesmo quando esses determinantes ligam-se à trajetória de um setor econômico aparentemente tão independente das vicissitudes temporais da produção como é o caso do mundo financeiro ("et pour cause").

Por isso, já no Tract, as preocupações de Keynes com o ciclo têm essa ambiguidade. Por um lado, a explicação tradicional do ciclo comercial é adaptada e progressivamente forçada para explicar o ciclo de crédito. O mundo financeiro, e os bancos em particular, têm uma importância crucial. Mas a outra ambiguidade é a que aproxima ciclo e crise, pois o ciclo econômico, associa-

(1) Hawtrey, outro contemporâneo de Keynes que desenvolveu heterodoxamente a herança marshalliana.

do às oscilações nos preços, na renda ou na produção, só se traduz em crise econômica pela mediação do poder bancário. Como veremos, o sobre-investimento não é em si um mal (pois como o próprio Robertson insistirá, as oscilações são inerentes à produção capitalista).

O problema maior está no tipo de poder nas mãos dos bancos, que podem (mesmo involuntariamente) transformar uma inflação numa crise de solvência, desencadeando uma onda generalizada de quebras e desvalorização aguda dos ativos. Portanto só o ciclo é estritamente econômico, a crise capitalista já é, nos escritos dos anos 20, um fenômeno sobretudo político (i. e; desencadeado pela rigidez da estrutura de poder capitalista que se baseia em uma forma desigual de distribuição de poder de compra).

"O capitalismo moderno está face a uma opção, creio, entre encontrar alguma forma de levar os valores monetários em direção às magnitudes pretéritas ou ver a generalização de insolvências e quebras e o colapso de grande parte da estrutura financeira - depois do que teremos que recomeçar, não tão mais pobres quanto seria de esperar e muito mais alegres talvez, mas tendo sofrido um período de graves perdas, perturbação e injustiça social, além de um rearranjo geral das fortunas privadas e da propriedade de riqueza.

Individualmente muitos de nós estaríamos "arruinados", ainda que coletivamente fossemos tantos quanto antes. Mas sob a pressão das dificuldades e da excitação, poderíamos ter encontrado melhores formas de administrar nossos negócios". (idem, p. 177 - 8) (grifos meus)

Esse período, de desequilíbrio e rearranjo, é às vezes interpretado por Keynes como envolvendo um risco de descontinuidade civilizatória (principalmente ao dar mar

gem a revoluções sociais) mas também, como nessa citação, pode ser apenas um mecanismo padrão de passagem de um "equilíbrio" a outro.

Que o capitalismo conte com mecanismos "padrão" de transição entre estados de equilíbrio não significa que esse não seja um padrão "instável". Acontece que as duas acepções (otimista e pessimista) quanto ao significado da crise revelam também duas visões da instabilidade capitalista. Na hipótese otimista, a instabilidade se reduz à destruição "material", tudo não passa de um rearranjo na distribuição de riqueza - apenas a ordem capitalista é instável, mas não a estrutura produtiva do sistema econômico. Na hipótese pessimista, são as próprias bases capazes de assegurar o progresso coletivo que entram em desintegração - por isso a guerra e a revolução social sempre pareceram a Keynes tão ameaçadoras. Deve-se entretanto perceber que a instabilidade só escapa a algum padrão pré-determinado na hipótese pessimista, em que a destruição se generaliza.

Daí a extrema dificuldade em se compreender o alcance exato do termo "equilíbrio" em Keynes. Pois se há certamente períodos de estabilidade⁽¹⁾, bastante heterodoxa é a visão de que a transição entre "equilíbrios" possa envolver períodos de crise e, portanto, destruição. Na hipótese otimista, apenas destruição de bens materiais (nesse caso, preserva-se o individualismo tão caro a Keynes) mas, na pior das hipóteses, pode haver destruição social (guerras ou revoluções). De qualquer modo, já não se trata do equilíbrio abstrato neo-clássico, em que mesmo percursos entre equilíbrios excluem a Transformação. A destruição é apenas parte dos processos de

(1) Que não se confunde com estática, ou estado estacionário.

transformação, mas a dimensão criativa, pensava Keynes, dependia cada vez mais da "decisão política e não dos "mecanismos de mercado".

É importante ressaltar que a aceitação da existência de um período de transição com destruição entre situações de equilíbrio altera por completo a visão do tempo histórico como um fluxo contínuo e linear. Não apenas o movimento da sociedade na História é percebido a partir de descontinuidades e perturbações na organização, mas a temporalidade dos períodos de radicalização do desequilíbrio - cujo ponto crucial é a crise - torna-se uma temporalidade especialmente incompreensível⁽¹⁾. Pois mesmo os agentes mais "bem colocados" socialmente - os bancos - são incapazes tanto de prever quanto de reverter a descida ao inferno da crise. Ora, imprevisibilidade e irreversibilidade são duas das mais importantes características da temporalidade que se traduz em incerteza. Nesses períodos de crise, portanto, a incerteza torna-se mais densa e a opacidade do futuro se acentua mesmo para os mais poderosos da sociedade. É a partir desse diagnóstico que a tão propalada concentração de Keynes com os problemas do "curto prazo" pode ser mais ricamente compreendida. Não se trata simplesmente do "curto prazo", mas de momentos de crise ou agudização de desequilíbrios em que o "longo prazo" não existe a não ser como ficção ou expectativa.

Keynes se afasta da ênfase conservadora no longo prazo não por ignorar a história ou desdenhar da discussão de processos de longa duração. O que se rejeita é a visão conservadora do tempo reversível, i. e., da possibilidade de retorno às condições de estabilidade pretéritas (como no caso da discussão dos anos 20 sobre o retor

(1) "Especialmente" quando o ponto de partida é o modelo de equilíbrio estático. A "necessidade de pensar em termos de história, não de equilíbrio" é, segundo Joan Robinson, a principal mensagem tanto de Marx quanto de Keynes. cf. prefácio a Kregel, 1973.

no ao padrão-ouro, contra o qual Keynes se manifestava praticamente de modo isolado). Sem ignorar o processo histórico global, Keynes passou a discutir os obstáculos à efetivação de projetos de criação de riqueza nova ou, em outras palavras, os obstáculos à passagem do tempo econômico (já que "produzir leva tempo"). Esses obstáculos seriam mecanismos que erigem no presente uma ruptura entre o passado e o futuro. A raiz dessa ruptura está na existência do dinheiro.

"Uma parte considerável do risco deriva-se das flutuações no valor relativo de uma mercadoria comparado com o das mercadorias em geral durante o intervalo que deve transcorrer entre o começo da produção e o tempo do consumo. (...) mas há também um risco considerável surgindo diretamente da instabilidade do valor do dinheiro. Durante o demorado processo de produção o mundo empresarial incorre em despesas em termos de dinheiro - pagando em dinheiro salários e outros gastos de produção - com a expectativa de recuperar esse desembolso pela realização do produto por dinheiro em uma data posterior. Isto é, o mundo empresarial como um todo deve sempre estar numa posição tal que ganhe com o aumento de preços e perca com uma queda de preços. Seja ou não agradável, a técnica de produção sob um regime de contratos monetários força o mundo empresarial a sempre formar-se uma grande posição especulativa, e se relutar em adotar essa posição o processo produtivo vem a ser freado".

(Keynes, CW IV, p. 33)⁽¹⁾

(1) Esse trecho foi retirado do "Tract on Monetary Reform" (1923), a cuja análise detalhada retornaremos.

A existência de "especuladores profissionais" - que que dividam esse risco com os empresários - não altera o argumento, nem a conclusão dali derivada: a expectativa de preços se alterarem desequilibra os planos da produção corrente e uma expectativa deflacionista pode até interromper a produção. O importante de qualquer forma é notar que em 1923 Keynes já associava a existência do dinheiro às expectativas e via nesses mecanismos a possibilidade de uma ruptura no processo produtivo (ainda que, nesse momento, nada garante - na própria análise - que o processo não seja reversível).

O "problema" do capitalismo não seria, desse ponto de vista, o de estar organizado "economicamente" em setores produtivos operando com ritmos distintos. Esses "ritmos" podem gerar as mais variadas "faunas cíclicas" (como os debates dos anos 20 mostraram com a proliferação e ressurreição da "tradição do ciclo" e suas medidas de 10, 20 ou mais anos). Keynes nunca dedicou-se à mensuração ou definição de ciclos de duração definida. Pelo contrário, a preocupação que vemos emergir nesses textos é a de compreender como essas oscilações, na medida em que se expressam monetariamente, nunca são percebidas "a tempo" pelos agentes econômicos. Não perceber as distorções e desproporções da aventura capitalista de criar riqueza a tempo implica em formas especialmente perigosas de agudizá-las. Seja qual for a origem "real" do ciclo (inovações, superacumulação, subconsumo, etc) ou a suposta duração do período de expansão pretérita, a crise é uma possibilidade nos momentos de transição justamente porque ninguém, nem - principalmente - os bancos, percebe o "fim do progresso". As formas pelas quais o dinheiro existe e se reproduz no capitalismo é que trazem essa possibilidade de transversão da ciclicidade em instabilidade e crise. Não é à toa que uma teoria dos ciclos dispensa a noção de incerteza, crucial entretanto quando se descreve as reações dos agentes econômicos aos ciclos, ine-

vitáveis, através das lutas pela defesa do poder de compra. A crise, desse ponto de vista, é sempre uma "surpresa", uma obra do acaso. Discutindo os acontecimentos em 1930, afirma Keynes:

"O mundo tem sido lento em perceber que estamos vivendo esse ano à sombra de uma das maiores catástrofes econômicas da história moderna. Mas agora que o homem na rua tornou-se ciente do que está acontecendo com ele, sem saber o porque e o pelo que, está hoje tão plenamente dotado do que pode vir a mostrar-se como temor excessivo quanto, antes, ele carecia do que teria sido uma ansiedade razoável. Ele começa a duvidar do futuro. Está ele agora acordando de um sonho prazeroso para enfrentar a escuridão dos fatos? Ou caindo em um pesadelo que logo passará? Ele não deve ficar duvidoso. Aquilo não era um sonho. Isso é um pesadelo, que passará com a manhã. Pois os recursos da Natureza e as habilidades humanas são tão férteis e produtivas quanto antes. A taxa do nosso progresso na direção de resolver os problemas materiais da vida não é menos rápida. Somos tão capazes quanto antes de propiciar, a cada um, elevado padrão de vida - elevado, digo, se comparado ao de vinte anos atrás - e logo aprenderemos a propiciar um padrão ainda mais elevado. Não fomos frustrados no passado. Mas hoje estamos envolvidos em uma colossal desordem, tendo bobeado no controle de uma máquina delicada, cujo funcionamento não compreendemos. O resultado é que nossas possibilidades de riqueza podem ir para o lixo por algum tempo - talvez por um longo tempo". (idem, p.136 - 7)

Assim surge um momento que, mesmo sendo temporário, tem

como uma de suas características marcantes a difusão da crença de que o futuro talvez não exista mais.

Mas se essa situação instaura-se em momentos particulares, ou seja, se em alguns momentos o futuro torna-se tão duvidoso quanto a existência das bruxas, isso ocorre porque normal e correntemente os compromissos e contratos são firmados e revisados a partir da confiança em instituições cuja estabilidade é ingenuamente superestimada. Os negócios, por mais que oscilem ciclicamente, são instáveis porque dependem da existência de instituições que, principalmente como o dinheiro, não estabelecem vínculos definidos e unívocos com o passado e o futuro. Assim, normalmente,

"Muitos dos maiores males econômicos do nosso tempo são frutos do risco, incerteza e ignorância. Pois indivíduos particulares, afortunados por situação ou em habilidades, são capazes de tirar vantagem da incerteza e da ignorância, e também pela mesma razão as grandes empresas são frequentemente uma loteria: daí que surgem grandes desigualdades de riqueza. Esses mesmos fatores são também a causa do Desemprego do Trabalho, da frustração de expectativas empresariais razoáveis e da piora na eficiência e na produção. Mas a cura reside fora da operação dos indivíduos, pode até ser do interesse dos indivíduos agravar o mal. Acredito que a cura dessas coisas deve ser parcialmente buscada no controle deliberado do dinheiro e do crédito por uma instituição central e parcialmente na coleta e difusão em grande escala de dados relativos à situação empresarial, incluindo a plena publicidade, por lei se necessário, de todos os fatos econômicos que seja útil saber." (idem, p. 318)⁽¹⁾

(1) Trata-se de trecho do texto "The End of Laissez-Faire" (1926).

Atos de controle que diminuam, portanto, a incerteza econômica quanto ao futuro, através de três canais; controle do dinheiro, do volume desejado de poupança e do crescimento demográfico.

"Deverá chegar o tempo, mais tarde, quando a comunidade como um todo há de dar atenção à qualidade inata assim como ao mero número de seus mem bros futuros". (idem, p. 319)

A questão demográfica também foi abordada por Keynes da perspectiva temporal. Resenhando um livro de H. G. Wells⁽¹⁾ através do comentário a dois temas "de caráter quase - econômico": a necessidade e a rapidez da mudan ça, contra a nostalgia e o perigo da inadaptação e, por outro lado, a dificuldade em saber para onde e por quais mãos opera-se a tal mudança.

"O Sr. Wells produz uma sensação curiosa, bastante semelhante a aquela de alguns de seus romances iniciais, contemplando vastas extensões de tempo em direção ao passado e ao futuro, o que dá uma impressão de lentidão (não há pressa na eternidade), mas acelerando a Máquina do Tempo à medida em que alcança o momento atual, de tal sorte que agora viajamos a passo rápido sem milhões de anos pela frente. As influências conser vadoras em nossa vida são vistas como dinossauros cuja literal extinção está logo aí. O contraste emerge do fracasso de nossas idéias, nossas convenções e preconceitos em acompanhar o ritmo da mudança material. Nosso ambiente move-se muito mais rapidamente que nós. (...) O Tempo voa." (idem, p.351)

Reaparece, aqui, a questão do poder da humanidade em habituar-se ao ambiente. E, novamente, esse "poder de adaptação" é apresentado como o desenvolvimento das habi

(1) "The World of William Clissold", 1927.

lidades de percepção da passagem do tempo. No limite, onde tem seu papel o argumento demográfico, trata-se de uma dificuldade de transmissão desse poder entre gerações, de arbitragem entre o velho e o novo, o passado e o futuro. Não é à toa que os títulos de vários textos de Keynes incluem o termo "consequências".

O mais célebre certamente é "As Consequências Econômicas da Paz", o texto de 1919 que consagrou a visão crítica de Keynes quanto às formas pelas quais o capitalismo de entre-guerras buscava a estabilização da sua ordem. Aqui já apareceria o caráter ambíguo dos compromissos financeiros, muitas vezes perversos transmissores de uma relação de forças datadas. Exigir do país derrotado na I Guerra pagamento de obrigações que, para serem cumpridas, implicavam o próprio sufocamento da economia alemã era um paradoxo que tornava caricata a idéia tradicional de "livre concorrência".

"A presença dessas cláusulas ilusórias no Tratado de Paz é especialmente marcada de perigo para o futuro. As mais extravagantes expectativas quanto a receitas de reparação, pelas quais os ministros de finanças iludem seu público, serão esquecidas quando já tiverem servido ao propósito imediato de adiar a hora da tributação e da abstinência". (CW II, p. 58)

A tentativa de fazer a Alemanha arcar com a reconstrução européia refletia uma incapacidade dos governos, econômica e política, de por si mesmos apostarem decididamente em algum futuro definido. Era preciso investigar as raízes dessa incapacidade de comprometimento coletivo e ordenado com o futuro.

"A Europa estava organizada social e economicamente de tal modo a assegurar a máxima acumulação de capital. Enquanto havia alguma melhora contínua nas condições diárias de vida da massa

da população, a sociedade estava montada de forma a dirigir-se uma grande parte do aumento da renda ao controle da classe menos apta a consumi-la.

Os novos ricos do século XIX não eram criados para os grandes gastos e preferiam o poder que o investimento lhes dava aos prazeres do consumo imediato. De fato, foi precisamente a desigualdade da distribuição de riqueza que tornou possível aquelas vastas acumulações de riqueza fixas e de melhorias do capital que tornaram aquela uma época tão distinta de outras. Aqui reside, então, a justificação do sistema capitalista. Se os ricos tivessem gasto sua nova riqueza para sua própria satisfação, o mundo há muito teria achado tal regime intolerável. Mas como abelhas eles pouparam e acumularam, não com menos vantagens para toda a comunidade pois eles mesmos tinham fins estreitos como perspectiva.

(...) Assim esse sistema notável dependia para seu crescimento de um duplo blefe, ou engano.

Por um lado as classes trabalhadoras aceitaram por ignorância ou falta de poder, ou foram obrigadas, persuadidas, ludibriadas pelo costume, convenção, autoridade e a bem estabelecida ordem da sociedade a aceitar uma situação em que podiam reivindicar muito pouco do bolo que eles, a natureza e os capitalistas produziam em cooperação. E por outro lado as classes capitalistas puderam tomar como sua a melhor parte do bolo e estavam teoricamente livres para consumi-la, com a condição tácita e subjacente de que consumissem bem pouco dela na prática.

(...) Assim o bolo cresceu, mas com que finalidade não se percebia claramente. Os indivíduos eram estimulados não tanto a se abster, mas a di

ferir, e cultivar os prazeres da segurança e da antecipação. A poupança era, nos velhos tempos, para suas crianças, mas isso apenas na teoria - a virtude do bolo era não ser jamais consumido, nem por você nem pelas crianças depois de você." (CW II, p. 11 - 12)

Acumular significa ter reservas à disposição no futuro. Mas qual futuro, se aquele era um processo sem finalidade explícita, em que o meio já havia se convertido em fim ?

"A guerra explicitou a possibilidade de consumo para todos e a futilidade da abstinência para muitos. Assim o blefe foi descoberto, as classes trabalhadoras podem não estar dispostas a adiar tanto e as classes capitalistas, não mais confiantes no futuro, podem buscar uma satisfação mais plena de suas liberdades de consumo enquanto durem, precipitando assim a hora do seu confisco". (CW II, p. 13)

O processo econômico é visto como um jogo cujo fim é imprevisto mas iminente e abrupto. Os mais poderosos blefam em função da própria incerteza que se agudiza. Nada garante que as regras do jogo se alterem antes do bolo ter crescido suficientemente. Principalmente quando um novo parceiro senta-se à mesa; a América, com sua indústria florescente. A civilização européia blefava com um cacife velho justamente quando um jogador sentava-se à mesa com riqueza nova nos bolsos. A Inglaterra, que por exemplo sempre apostava no desenvolvimento imperial, fragilizava-se à medida em que as condições do comércio internacional passavam a favorecer a nova riqueza do mundo novo. A inflação e a instabilização das relações de débito e crédito apenas tornam o processo econômico mais próximo ainda de um jogo onde o blefe é a regra. Keynes procurava, sem alterar a estrutura produtiva da economia ca

pitalista, propor reformas que ao menos inibissem a tendência do processo de acumulação a traduzir-se em aposta e blefe. Como aceitar a Sorte como reguladora do poder de adaptação do ser humano ao seu meio ambiente ?

Mas a dificuldade principal da transmissão inter-gerações do poder de adaptação está justamente na mudança da própria percepção de como o tempo passa. E a mudança nessa percepção vincula-se até mesmo a um fator demográfico:

"O Sr. Wells explicita energicamente um aspecto demasiadamente negligenciado da vida moderna, o de vivermos mais tempo que antigamente e, o que é mais importante, prolongamos nossa saúde e vigor até um período da vida que era antigamente de decadência, de modo que o homem médio pode agora olhar para a frente com uma perspectiva de duração da atividade que até agora só os excepcionais poderiam esperar. Posso adicionar, efetivamente, um fato mais que o Sr. Wells, creio, passa por alto, de modo a enfatizar isso ainda mais nos próximos cinquenta anos, comparados com os últimos cinquenta - a saber, que a idade média de uma população rapidamente crescente é bem menor que a de uma população estacionária".

(idem, p. 352)

Supondo que nas gerações seguintes (décadas de 30 e 40) a taxa de crescimento da faixa de pessoas idosas aproximar-se-ia dos 100 por cento (65 anos ou mais) e a de pessoas de meia idade (45 anos ou mais) 50 por cento, respectivamente, mais que no passado recente.

"No século XIX o poder efetivo estava nas mãos de homens provavelmente com não menos de quinze anos mais velhos na média que os homens do século XVI e, antes que termine o século XX, a média pode subir outros quinze anos, a não ser que

meios efetivos sejam encontrados, além da óbvia decadência física ou mental, para criar vagas no topo". (idem, p. 353)

Um ambiente de pessoas progressivamente mais velhas no poder torna cada vez mais difícil aceitar e adaptar-se às mudanças que operam com velocidades cada vez maiores.

"Estamos vivendo, portanto, em uma época insatisfatória de transição imensamente rápida em que muitos, mas particularmente aqueles na vanguarda, encontram-se e ao seu ambiente mutuamente inadaptados, e são por isso bem menos felizes do que foram seus antepassados menos sofisticados ou do que seus ainda mais sofisticados descendentes precisam ser". (idem, p. 353)

Seria - essa é a segunda "questão quase - econômica" - viável esperar dos empresários capitalistas a força motriz que levasse a sociedade a mudar, com harmonia entre o progresso das forças produtivas e a obtenção e manutenção do "poder velho" ?

Acontece que o "poder velho" é também poder de moldar as expectativas presentes: são convenções, hábitos, preconceitos.

"Estamos sofrendo nesse momento um sério ataque de pessimismo econômico. É comum ouvir as pessoas dizerem que a época de enorme progresso econômico que caracterizou o século XIX acabou, que a rápida melhoria no padrão de vida agora vai tornar-se mais lenta - ao menos na Grã Bretanha, sendo um declínio na propriedade mais esperado que um aumento na década que está diante de nós. Creio ser esta uma interpretação severamente errada do que está acontecendo. Estamos sofrendo, não do reumatismo de uma era antiga, mas das dores de crescimento devidas a mudanças super-rápi

das, das dores do reajustamento entre um período econômico e outro". (idem, p. 358)⁽¹⁾

Entre a violência do Destino e a inanição da Moderação, entre o desespero e a precaução, entre render-se amarguradamente à História ou seduzir-se caqueticamente pela Tradição com seu travo áspero de resignação, Keynes adivinhava e apostava em um caminho terceiro:

"A depressão mundial prevalescente, a enorme anomalia do desemprego em um mundo cheio de necessidades, os erros desastrosos que temos feito, cegam-nos para o que vai sob a superfície - para a verdadeira interpretação da tendência das coisas. Pois minha previsão é de que os dois erros opostos do pessimismo que agora faz tanto barulho no mundo vão demonstrar-se equivocados no nosso próprio tempo - o pessimismo dos revolucionários que pensam serem as coisas tão ruins a ponto de nada, além da mudança violenta, poder salvar-nos, e o pessimismo dos reacionários que consideram a balança da nossa vida econômica e social tão precária que não devemos arriscar quaisquer experiências". (idem, p. 359-60)

Seria, em outras palavras, possível esperar mudanças, com conteúdo de Esquerda, promovidas pela Direita? Essa questão, se respondida afirmativamente, constitui a essência do Neo - Liberalismo de Keynes, literariamente caricaturado por Wells. Trata-se da "Conspiração Aberta" através da qual o socialismo futuro poderia ser evitado:

"Clissold expressa uma reação contra o Partido Socialista que muitos sentem, inclusive socialistas. A remodelação do mundo exige o toque do criativo Brahma. Mas hoje o Brahma serve à Ciência e aos Negócios, não à Política ou ao Gover-

(1) O texto, de 1930, é "Possibilidades Econômicas para nossos netos".

no. O extremo perigo do mundo está, nas palavras de Clissold, em que "antes do criativo Brahma colocar-se a trabalhar, Siva, em outras palavras a destrutividade apaixonada do Trabalho acordando para suas agora desnecessárias limitações e privações, pode tornar a tarefa de Brahma impossível". Todos sentimos isso, eu penso. Sabemos que precisamos urgentemente criar um milieu no qual Brahma possa trabalhar antes que seja tarde demais". (idem, p. 355) ⁽¹⁾

Mas por que a "Conspiração Aberta" não se efetiva ?

"Por que homens práticos acham mais divertido fazer dinheiro do que agregar-se à Conspiração Aberta ? Sugiro que é pela mesma razão que os leva a considerar mais divertido jogar bridge nos domingos do que ir à igreja. Eles carecem do tipo de motivação cuja posse, se a tivessem, poderia ser expressa dizendo que eles tem um credo. Eles não tem qualquer credo, esses potenciais conspiradores abertos. Por isso, a não ser que tenham a sorte de ser cientistas ou artistas, apoiam-se no grande motivo substituto, o perfeito Ersatz ⁽²⁾, o anódimo para aqueles que, de fato, não querem absolutamente nada - Dinheiro".

(idem, p. 356)

Os partidários do Trabalho, pelo menos, têm sentimentos. Já os "homens práticos" rondam o mundo sem depor sua abundante libido em nada. Tivessem encontrado esse receptáculo definitivo, seriam apóstolos, não homens de negócios capitalistas.

(1) Brahma, Vishnu e Siva são os membros da trindade hindu. Brahma era o primeiro membro Criador, depois superado pelos cultos a Vishnu, o Tempo Eterno, e Siva a dançarina que ciclicamente destrói o mundo. Daí que Wells analise em "The World of Clissold" o papel das mulheres.

(2) Em alemão: substituto, em geral de qualidade inferior. Keynes referia-se ao amor pela posse de dinheiro, a riqueza genérica como fim da atividade econômica, em termos de "paixão mórbida, um tanto repugnante".

Não querer absolutamente nada, porém com a mais obsessiva das pulsões, conformando expectativas cruciais para as futuras gerações: eis aí um paradoxo - as velozes carruagens do tempo talvez estivessem, no capitalismo interpretado por Keynes, irremediavelmente desgovernadas.

III - CONCLUSÃO

Entre a ação individual e o diagnóstico histórico, podemos ver Keynes identificar um nível intermediário em que ganha relevância a interpretação de processos decisórios de natureza supra-individual. As classes sociais e etárias percebem o fluir do tempo a tal ponto diferencialmente que surgem riscos de naufrágio coletivo dos planos.

Esse campo de possibilidades aberto pela luta de classes define a problemática da temporalidade capitalista: como o poder humano de adaptação às circunstâncias pode fazer o processo de enriquecimento degenerar em jogo ou loteria.⁽¹⁾ Acontece que esse poder de adaptação distribui-se de modo perverso e é através do exame dos circuitos de uma economia monetária que os mecanismos de perversidade podem ser expostos: a existência do dinheiro no capitalismo acarreta ilusões particulares de adaptabilidade que tendem a não se referendar socialmente. Quando a desordem se propaga através de uma corrida desenfreada atrás de liquidez, o processo de transição entre equilíbrios - ou entre épocas de desenvolvimento histórico relativamente estáveis⁽²⁾ - pode se converter numa reação em cadeia cujo resultado mais imediato é o turvamento das perspectivas sócio-históricas civilizadas (ou seja, baseadas numa confiança mínima na viabilidade de projetos que vinculem o presente ao futuro).

A transição dos anos 20 aos anos 30 foi um "ponto nevrálgico",⁽³⁾ um palco crucial tanto na percepção sensível quanto na interpretação teórica dos vários aspectos envolvidos na elaboração de projetos de desenvolvi-

(1) Cf. Anexo(I,2) para um esquema gráfico ilustrando o sentido desse campo de possibilidades.

(2) Keynes, por exemplo, situava-se entre a prosperidade da época vitoriana inglesa e o "boom" do pós-guerra norte-americano.

(3) Cf. Marramao, 1982.

mento e transformação social. Destacar a contribuição de Keynes desse pano de fundo, reduzindo suas inúmeras (e frequentemente inconsistentes) intuições a modelos formais ou matemáticos é um procedimento que podia ser viável dos anos 40 ao início dos anos 60. A partir dessa década praticamente todas as correntes ideológicas têm, se curvado diante da necessidade de levar a História a sério. É quando uma pergunta passa a se tornar cada vez mais incômoda: o que é o tempo?

A resposta a essa questão não é única, pela única razão de que não existe um único tempo. Se alguma inovação metodológica houve nas ciências sociais contemporâneas, trata-se da aceitação de um paradigma em que a própria ciência é sempre e renovadamente ciência-projeto que toma a si mesma como objeto de investigação e crítica, em franca oposição à concepção tradicional que defende a existência de uma ciência-reflexo que se limita a registrar o decurso dos automatismos sociais.⁽¹⁾ Nesse sentido Keynes nunca procurou camuflar ser projeto: afirmou categoricamente que a luta de classes encontrá-lo-ia do lado burguês. E a teoria da dinâmica econômica cumpriria, nesse contexto, o papel de evidenciar o caráter conflitivo das perspectivas temporais (expectativas) socialmente viáveis no capitalismo. Por isso o projeto de Keynes criou condições para a mobilização mais vigorosa do Estado como poder regulador sem se converter em apologia estatizante. Keynes não desvinculava as noções de ciência e projeto, fato e vontade, positivo e normativo. Descobrimo as raízes econômicas da incerteza contemporânea, fez a sua própria aposta política. Com isso mostrou que ciência e política não se confundem, mas também não se isolam positivamente.

Nesse sentido a empreitada Keynesiana se diferencia de todos os autores que de algum modo elegeram de antemão algum critério de ordenação temporal (colocando as-

(1) Cf. Marramao, 1982, p.32.

sim a política fora da teoria). Autores como Schumpeter, que nunca deixou de confiar na história tecnológica como fio condutor - desse modo relegando o momento da crise a um reajuste de caráter absolutamente endógeno e saneador. Trilhando esse rumo, ganha sempre evidência a tentativa de assimilar a dinâmica econômica a mecanismos cíclicos de duração variada.⁽¹⁾ A teoria de Keynes tem um aspecto político-normativo ao nível do método, e não apenas das conclusões ou inferências.⁽²⁾

(1) Sem contar as inúmeras aventuras pós-Keynesianas de pura formalização matemática do ciclo.

(2) Cf. Marramao, 1982, p.63.

PARTE II

O TEMPO, A ORDEM E A DESORDEM

PARA HOMENS
"CONVENCER É INFECUNDO"

W. BENJAMIM

"... DOIS PERIGOS NÃO CESSAM
DE AMEAÇAR O MUNDO: A ORDEM
E A DESORDEM."

PAUL VALÉRY

O TEMPO, A ORDEM E A DESORDEM

I - DIAGNÓSTICO

"A Tract on Monetary reform" foi publicado pela primeira vez em dezembro de 1923. Coletânea de textos, em grande parte já publicados anteriormente (o capítulo sobre as conseqüências sociais de alterações no valor do dinheiro aparecerá nos "Essays on Persuasion"), em geral encarada como uma obra cujas concepções teóricas ainda se prendiam aos modelos tradicionais. Sem entrarmos no mérito ou na importância das inovações analíticas de Keynes, é entretanto possível identificar já nesses textos importantes indicações da relevância atribuída por Keynes ao tema das expectativas. Já no Prefácio encontramos uma distinção entre investidor privado e empresário que incorpora explicitamente uma "referência temporal":

'Deixa-se a poupança ao investidor privado, que é encorajado a aplicar suas poupanças em títulos por dinheiro. Deixa-se a responsabilidade de colocar a produção em movimento ao empresário ("business man"), que é principalmente influenciado pelas expectativas de lucros que espera obter para si em termos de dinheiro." (CWIV, p.xiv)

Dois compromissos fundamentalmente distintos: um requer coragem, o outro responsabilidade. Mas entre os dois compromissos, sustentando o céu e a terra, está o dinheiro. "Títulos por dinheiro" e "lucros em termos de dinheiro": opções distintas que se apoiam na existência de um mesmo objeto. Essa definição breve, que aparece no Prefácio de 1923, contém já a semente de todos os desdobramentos analíticos futuros que se darão sempre em nome da reforma civilizada do caos capitalista. Aqui já aparece o elemento a partir do qual tanto a ordem quanto

a desordem podem ser compreendidas, e esse elemento - o dinheiro - é o objeto econômico que secreta as mais variadas relações com a passagem do tempo. Compreender sua existência é compreender o significado do tempo econômico e as possibilidades de organização social pacífica desse tempo.

"Aqueles que não estão a favor de mudanças drásticas na organização social existente acreditam que esses arranjos (i.e., a separação entre investidor privado e empresário) estando de acordo com a natureza humana, têm grandes vantagens."
(CW IV. p.xiv)

Note-se bem: em jogo aqui a identificação de comportamentos e categorias sociais. É imperativo, no crepúsculo da progressista civilização vitoriana, saber se as diferentes categorias são temporárias ou não (em caso negativo, estão eternamente de acordo com a "natureza humana"). O dinheiro não só vai servir como instrumento de manuseabilidade do tempo, mas é o próprio elemento a partir do qual aquela ordem pode ser avaliada temporalmente. Pois esses "arranjos"

"(...) não podem operar adequadamente se o dinheiro que eles (os que não estão a favor de mudanças drásticas na organização social) presumem ser um padrão de medida estável, é algo inseguro. Desemprego, a vida precária do trabalhador, o desapontamento das expectativas, a súbita perda de poupanças, os lucros inusitados excessivos auferidos por indivíduos, o especulador - tudo procede, em larga medida, da instabilidade do padrão de valor." (CW IV, p.xiv)

Ou seja, a ordem que estaria associada à própria natureza humana repousa sobre uma coisa instável, insegura. A "natureza humana" a que se fez referências aqui só pode ser, como vimos, a propensão a decidir racional-

mente com a maior confiança possível. É essa ressonância das discussões sobre Probabilidade que se oculta sob a palavra "responsabilidade" do empresário. Mas como proceder racionalmente se o próprio critério a partir do qual o cálculo racional se estabelece é um critério inseguro, um padrão instável? Em 1923, Keynes ainda faz referências ao "risco":

"É comum supor-se que os custos de produção são tríplexes, correspondendo à remuneração do trabalho, empresa e acumulação. Mas há um quarto custo, a saber o risco - e a remuneração pela assunção do risco é das mais pesadas, e talvez, a mais evitada, das constringências sobre a produção. Esse elemento de risco é gradualmente agravado pela instabilidade do padrão de valor."

As propostas de reforma monetária por Keynes visam precisamente a diminuir os estragos do risco. Não do risco em geral, da dificuldade humana genérica em prever o futuro. Mas do risco que, implícito na responsabilidade dos produtores, sustenta-se na própria instabilidade do dinheiro. É crucial atentar para essa forma de colocar o problema, pois paradoxalmente ela em certos aspectos é mais clara do que as formulações posteriores de Keynes.

Essa maneira de identificar os efeitos da instabilidade monetária estava presente também nos escritos de D.H. Robertson, economista que durante muitos anos colaborou e influenciou a obra de Keynes: "(...) na realidade toda manifestação violenta ou prolongada de instabilidade no valor do dinheiro afeta não só a distribuição, mas também a criação de riqueza, pois ameaça minar a base dos contratos e as expectativas dos negócios em que se fundamenta nossa ordem econômica. (...) uma alteração violenta ou prolongada no valor do dinheiro mina a confiança com que os indivíduos fazem ou aceitam (contratos)". (Robertson, 1955, p.18). Note-se a referência às "expectativas" e à "confiança" Ocorre que Robertson,

como vários autores apegados à herança marshalliana, chamava a atenção para as expectativas e incerteza como fenômenos casuais, choques exógenos sobre o mecanismo de auto-regulação dos mercados. Há entretanto uma grande diferença entre considerar a incerteza como uma "ficção" eventual ou como um problema estrutural gerado endogenamente. O risco associado à existência do dinheiro é apenas a ponta do "iceberg".

Mais de um intérprete, em função das ambiguidades da escrita de Keynes, tentou reduzir esse risco eivado de instabilidade monetária a uma distribuição probabilística...

O fato inquietante é que esse diagnóstico do problema econômico real estará associado à utilização dos instrumentos de análise tradicionais. Apenas lentamente Keynes irá forjando novos conceitos. Mesmo assim, com novos conceitos e um diagnóstico inovador dos problemas cruciais da economia capitalista, a combinação de conceitos e diagnósticos em modelos e em linguagem tradicionais abrirá espaço, em toda a obra de Keynes, a toda sorte de traduções da sua mensagem para o ideário satisfeito dos que "acreditam que esses arranjos, estando de acordo com a natureza humana, têm grandes vantagens".

Um dos traços característicos da defesa cega da ordem pelos economistas conservadores radica na atribuição da "instabilidade" a fatores exógenos. No "Tract" Keynes já faz um diagnóstico inovador mas respeita certas distinções tradicionais. Assim, lado a lado com a identificação da instabilidade que se canaliza através de expectativas monetárias, Keynes preserva a distinção tradicional entre teoria monetária e teoria do valor, seguindo as linhas de Marshall e Pigou no "capítulo teórico" do livro (cap. III).

Como era possível mudar o diagnóstico mantendo o instrumental analítico?

II - CONCEITOS

Vejamos os principais conceitos que aparecem nas análises do "Tract on Monetary Reform". Advirta-se entretanto que, apesar desses conceitos e categorias estarem associados a debates de política econômica dos fins do século XIX e começo do século XX, só pretendemos explorar essa dimensão de história política quando indispensável. O objetivo central desse estudo é reconstruir a partir de um foco particular a arquitetura conceitual de Keynes.

1. Determinantes do Valor do Dinheiro

A teoria monetária anterior ao "Tract" constituiu-se num processo de evolução lenta a partir das idéias de J.S. Mill, culminando nas obras de Walras, Marshall, Wicksell e Fisher. (Schumpeter, 1982, p.474)

O Keynes do "Tract" dará continuidade a essa linha evolutiva a partir, principalmente, de Marshall. Como já dissemos acima, o dinheiro já chamava a atenção de Keynes como foco a partir do qual o tempo e a instabilidade da economia capitalista podem ser compreendidos. É importante avaliar as transformações que a teoria monetária vai sofrer nas mãos de Keynes do, "Tract" à "Teoria geral". É que a tradição da teoria econômica separava a discussão sobre o dinheiro das análises do "sistema econômico", quando seria alternativamente importante perceber a possibilidade de uma "análise monetária do conjunto do processo econômico". Nesse sentido, inclusive a "Teoria Geral" é análise monetária. (Schumpeter, 1982, p. 1175).

Marshall, que desenvolveu suas teorias a partir dos anos 70 do século XIX, também referia a análise monetária à "Análise geral do processo econômico e como um dos

acessos à teoria do emprego"⁽¹⁾ (idem, p.1176) ainda que suas concepções no campo da teoria monetária tenham sido publicadas quando ele já era um ancião em Cambridge, ofuscado pela produção nascente de autores como Keynes, Robertson, Hawtrey, Lavington e Pigou. Cada um deles procurava levar adiante, com inovações, a herança marshalliana. Mas só a obra de Keynes, como veremos, consumou a possibilidade de uma "teoria geral da economia monetária", escapando à recorrente compartimentação tradicional entre a teoria do valor e distribuição, por um lado, e a teoria do dinheiro, por outro. Seguindo a observação do agudo historiador do pensamento econômico, "o modelo do processo econômico continuava sendo no essencial um modelo de troca cujo funcionamento pode ver-se perturbado pelas inflações e deflações, mas que apesar disso é logicamente completo e autônomo com relação à moeda (...) inclusive quando se expressava em linguagem monetária". Aqui Schumpeter reconhece (op.cit.p.1181) até mesmo os limites da análise de Walras, seu exemplo dileto de "economista científico". No contexto de uma teoria geral dos processos econômicos, o dinheiro continuava sendo uma "expressão homogênea de uma variação de quantidade de bens físicos".

Como resultado de uma compartimentação entre questões "reais" e "monetárias" o problema da determinação do "valor de troca" ou "poder de compra" do dinheiro era o problema central da teoria monetária. Daí a popularidade do título "moeda e preços" em bom número de publicações até o pós-I Guerra (Schumpeter, 1982, p.1182).

Mas se as curvas e tabelas de utilidade podem ser aplicadas a qualquer bem, "o indivíduo" tem que saber antes de mais nada o que pode comprar com seu dinheiro para poder dar algum valor subjetivo. Deduzir o valor de

(1) Pensava inclusive em dar o título "Money, Credit and Employment" à obra que veio a se chamar "Money, Credit and Commerce, publicada em 1923.

troca do dinheiro a partir da avaliação subjetiva implica circularidade do raciocínio (idem). A percepção dessa dificuldade implicou na versão "mascarada", em que se aplica ao dinheiro o aparato da "oferta" e "demanda". É o que até hoje se conhece como "teoria quantitativa".

O dinheiro é um "caminho" pelo qual vão ao mercado todos os produtos, comparava Adam Smith. "Mas a ninguém ocorrerá comer um caminho e, apesar disso, o homem se surpreende constantemente ao descobrir que não pode comer o dinheiro". (Robertson, 1955, p.15). Identificar e determinar o valor do dinheiro requer a ardilosa capacidade de escapar ao círculo vicioso: o valor do dinheiro é quanto ele pode comprar, mas tudo o que se pode comprar vem expresso em dinheiro. Que não se procure o absurdo de expressar o valor do dinheiro em termos de si mesmo!

Tooke, Mill e Marshall conformam a tradição inglesa da "teoria quantitativa" a partir da qual parte a análise monetária do "Tract". Aliás, datam das principais décadas desse século as discussões em torno da elaboração de medidas de cálculo da variação do valor do dinheiro: as técnicas de construção dos chamados "números-índices" capazes de captar a natureza e a magnitude das variações de preços. A teoria quantitativa procura estabelecer relações entre conceitos bastante próximos ao material estatístico ligado à avaliação das flutuações de preços.

Qual o ponto de partida da teoria quantitativa? Considera o dinheiro um objeto tão equivalente a todos os outros objetos em trânsito numa economia que a determinação de seu valor também se confina às condições de demanda e às quantidades disponíveis. Quanto à disponibilidade de dinheiro, podemos levar em conta seja o estoque de dinheiro que existe na economia em um momento dado, seja o fluxo de dinheiro que circula pela economia em um período dado. E aí já reside uma distinção impor-

tante da teoria quantitativa: entre estoques e fluxos (associados ao "momento" ou a um "período").

Por outro lado, as condições de demanda de dinheiro são nessa teoria remetidas ao volume total de operações comerciais de todo tipo que se realizam através do dinheiro. Na sua forma mais simples, a teoria quantitativa afirma que dadas as condições de demanda do dinheiro, o seu valor depende de quantidade disponível (oferta de dinheiro).

Na formulação de Irwing Fischer, se

M ... quantidade de dinheiro em circulação

V ... velocidade da circulação (ou "eficiência")

T ... volume físico do tráfego

então

$$MV = PT$$

Onde, dadas as condições de demanda (velocidade de circulação e volume de transações) o "valor do dinheiro" (o nível P de preços) depende da quantidade disponível (M). Assim expressa, a "teoria quantitativa" não passa de uma tautologia banal, uma aplicação ao dinheiro do jogo entre "oferta" e "demanda".

Seria portanto mais adequado chamar essa relação de "equação de troca" (Schumpeter, 1982, p.1179 e 55). Uma simples relação formal entre volume de dinheiro existente em circulação (e note-se que sequer estamos discutindo quais objetos podem ser interpretados como cumprindo o papel do "dinheiro em circulação") e nível de preços (onde, note-se novamente, também não estamos discutindo as virtuais impossibilidades de se chegar a construir um índice "geral" de preços).

Mas a teoria quantitativa tradicional dá à relação formal uma conotação causal. Isto é, o nível de preços

(e portanto, o "valor" do dinheiro) é diretamente afetado pela quantidade existente de dinheiro.

Assim, para explicar o valor do dinheiro ("preços") os "clássicos" construíram alguns poucos agregados ao ponto de considerá-los como causas da variação dos preços.

Entretanto, Keynes (seguindo Pigou), apesar de não distinguir explicitamente "equação de troca" de "teoria quantitativa", na prática não confundia, no "Tract", esses dois significados. Citando o herdeiro de Marshall: "A teoria quantitativa é frequentemente defendida e atacada como se fosse um conjunto definido de proposições que deve ser verdadeiro ou falso. Mas de fato as fórmulas empregadas na exposição da teoria são meros recursos que nos permitem juntar de modo organizado as causas principais pelas quais é determinado o valor do dinheiro". (CW IV, p.61). Portanto, a equação de troca é tão verdadeira ou falsa quanto a proposição: "Os homens casados não são solteiros".

Ocorria que os defensores da teoria quantitativa, ao confiarem na capacidade explicativa da equação de troca, acreditavam na capacitação do sistema econômico ajustar-se espontaneamente às oscilações no volume de dinheiro existente (oscilações cuja origem, pressuposta, era exógena: por exemplo, afluxos de ouro através do comércio internacional). "Ajuste espontâneo", isto é, sem prejuízo do funcionamento da economia: da criação e distribuição de riqueza. O valor do dinheiro simplesmente depende das forças espontâneas do sistema.

A versão da "teoria quantitativa" usada por Keynes difere na sua formulação da equação de Fisher. No lugar de M (dinheiro em circulação), a chamada equação de Cambridge opera com n o "número de notas que o público procura reter em mãos", o qual é determinado pelo "montante de poder de compra" com que esse número de notas investe seus proprietários.

Essa versão, também conhecida como enfoque dos saldos líquidos ("cash balances approach"), possui as sementes das futuras análises de Keynes. Pois esses saldos, que o público retém em suas mãos para cobrir o intervalo temporal entre recebimento de uma renda e realização de um gasto, são uma quantidade de dinheiro a preservar em mãos que depende da avaliação feita pelos indivíduos quanto à manutenção temporária de um certo poder aquisitivo.

O público decide manter um saldo líquido, e este modo de expressão "constitui uma ponte psicológica em direção a idéias posteriores... pois aponta às decisões individuais subjacentes ao comportamento do público com referência aos seus haveres disponíveis líquidos e sugere a análise dos motivos que provocam essas decisões". (Schumpeter, 1982, p.1203).

Justamente por não superar a distinção entre riqueza e renda, fluxos e estoques, essa versão ainda não é uma teoria da "Preferência pela liquidez" ou da "composição de portfolios" (Patinkin, 1976, p.27).

Ainda assim, é importante notar essa ênfase da "equação de Cambridge", ou "enfoque dos saldos líquidos", na avaliação temporal, feita pelo público, do poder de compra. Essa avaliação por sua vez depende em parte da riqueza possuída pelo público, em parte de seus hábitos monetários. Resumidamente, a equação de Cambridge se escreve:

$$n = p \cdot K \cdot Y$$

onde

n ... demanda por saldos líquidos

p ... nível de preços

Y ... nível de renda real (ou riqueza, já que a distinção não era feita por Marshall)

K ... quantidade de bens para a aquisição dos quais deseja-se preservar um certo poder de compra.

Hábitos monetários: periodicidade com que se recebe renda, preferência por andar com dinheiro ou cheques bancários, se se costuma dar cheques pequenos em intervalos curtos ou cheques maiores em intervalos longos, se se mantém algum dinheiro em reserva dentro de casa. Claro que esses hábitos dependem das expectativas ao longo de determinados períodos de realizar despesas. Um conjunto de bens será objeto dessas despesas e esse conjunto é denominado por Keynes "unidade de consumo". Assim, o público requer a manutenção de um montante de dinheiro que tenha poder de compra sobre K unidades de consumo. A equação de Keynes é ligeiramente transformada para incorporar tanto a reserva de poder de compra em dinheiro (K) quanto em depósitos bancários (K').

Assim, sua equação é:

$$n = p (K + rK')$$

onde r ... reservas bancárias.

Se K , K' e r permanecerem constantes (os hábitos monetários) ⁽¹⁾ temos uma relação direta (porém não necessariamente causal) entre n e p .

Entretanto, há um erro feito pelos "aderentes descuidados" da teoria quantitativa (CW IV, p.64-5). Esse erro consiste em expôr a teoria pressupondo que uma mudança na quantidade de dinheiro não pode afetar K , K' e r , isto é, "no linguajar matemático, que n é uma variável independente em relação a essas quantidades".

Ora, todo aquele que tratar M ou n como variáveis independentes filiar-se-ã inevitavelmente à teoria quan-

(1) K e K' são reflexo da renda da comunidade que não aparece expressamente na equação.

titativa, no sentido de atribuir uma conotação causal à equação de troca. Já Fisher, nas análises que fez de "períodos de transição" (desequilíbrios), destacou as inúmeras causas atuantes além das "causas próximas" (M,V,T) a tal ponto que estas não passavam de intermediárias das causas reais. Assim, ao apontar o erro dos "aderentes descuidados", Keynes filiava-se à tendência moderna a "escapar à camisa de força (da formulação simples da equação de troca) e introduzir direta e explicitamente tudo o que as melhores exposições da teoria quantitativa relegavam ao limbo da influência indireta". (Schumpeter, 1982, p.1199).

Mas os defensores da "teoria" quantitativa mantinham a todo custo constantes K , K' e r (os hábitos monetários e a influência sobre os fluxos de dinheiro dos estoques de riqueza).

Keynes, por outro lado, aceitava que no "longo prazo" esses hábitos e influências provavelmente são estáveis e acabam voltando a assumir valores normais. E justamente aqui se vai dar a inflexão e o começo de torção dos conceitos clássicos operada por Keynes. Pois em que agradável comodidade instalam-se esses economistas que defendem o "laissez-faire" em nome da espontaneidade dos mecanismos de mercado...no longo prazo!

Nesse momento foi cunhada a expressão tão repetida quanto pouco compreendida:

"Mas esse longo prazo é um guia desorientador para os acontecimentos correntes. No longo prazo estamos todos mortos. Os economistas assumem uma tarefa demasiado difícil e inútil se, nos momentos tempestuosos podem apenas dizer-nos que muito depois de passada a tempestade o oceano estará novamente calmo." (CW IV, p.65).

Note-se bem: a modificação que se deve introduzir na visão ortodoxa da equação de troca é necessária por que

o longo prazo pressuposto pela teoria clássica não passa de uma ficção enganadora, uma tautologia em si mesma tão vazia quanto a própria relação formal expressa pela equação.

Eis o ponto de inflexão dos instrumentos de análise que já em 1924 permite a Keynes elaborar um diagnóstico mais radical inclusive que o do próprio Marshall: as relações econômicas herdadas pela teoria são inúteis se não somos capazes de identificar com maior rigor o período a que fazem referência, ou o tipo de temporalidade a que estão associadas. O "longo prazo" apenas reflete no plano temporal a tautologia que se expressa no plano lógico.

E qual o filtro através do qual o período de tempo relevante para as decisões econômicas aparece? Justamente os hábitos monetários, que a teoria quantitativa supunha erradamente serem constantes e independentes do volume de dinheiro existente em um dado momento. Mas K pode variar até mesmo independentemente de n , pois os hábitos monetários variam ao longo dos ciclos econômicos (isto é, dependem das expectativas de comportamento futuro da economia, distintas conforme a fase do ciclo). Fundamental, portanto, é a instabilidade dos costumes de uso do dinheiro. Mas, ainda, hábitos e práticas, uma vez alterados, dificilmente revertem exatamente às formas anteriores. (CW IV, p: 66-7).⁽¹⁾

(1) A ênfase na variabilidade de K está na base das propostas centrais no "Tract", de exercício de uma política monetária ativa (e não de manutenção de uma estabilidade a todo custo do volume de dinheiro na economia e das taxas de reservas compulsórias dos bancos) que pudesse justamente contrabalançar os efeitos cíclicos sobre os hábitos monetários. Não nos deteremos, entretanto, como já se notou, sobre a dimensão "política econômica" dos escritos de Keynes.

A rejeição do "longo prazo" não é, como tantos procuram caracterizar a intenção de Keynes, sinal de uma preocupação restrita ao "curto prazo".

Estamos, isto sim, presenciando o abandono da distinção tradicional entre curto e longo prazo em nome da identificação mais precisa dos canais através dos quais os agentes econômicos são capazes de perceber a passagem do tempo. É o que nessa etapa da obra recebe o nome de "hábitos monetários". A ênfase na variabilidade de K está portanto diretamente ligada à rejeição da visão tradicional do "prazo" econômico, tanto mais porque aqueles "hábitos" estão diretamente relacionados à avaliação das possibilidades no tempo de manutenção de um certo poder de compra. Conforme a avaliação que se faça resultam diferentes rítmos de gasto (velocidades de circulação e montantes físicos de transação). A temporalidade econômica será compreendida na medida em que identificarmos as determinantes desses rítmos. Ora, o que é o tempo senão a percepção de movimentos segundo determinados rítmos?

Esses rítmos, que configuram a passagem do tempo, podem se alterar. Isso é tudo o que diz Keynes, por enquanto. Mas a mera indicação de que os rítmos podem mudar alerta para a necessária preocupação com os obstáculos à passagem do tempo econômico, isto é, à manutenção de um padrão rítmico de gastos estável. Em suma, talvez existam, incrustados nas circunstâncias monetárias que determinam o ritmo dos gastos, mecanismos que impliquem (no presente) um ruptura entre o passado e o futuro. Ora, esse "presente" não é simplesmente o "curto prazo", embora ainda não seja possível, nesse momento, precisar seu sentido. Isso requer outros conceitos que no "Tract" ainda não existem. Sim, pois a identificação dessa instabilidade dos hábitos monetários ainda representa a ausência de uma análise autenticamente endógena dos fatores determinantes da instabilidade. Em outras palavras, à circularidade implícita nas tautologias da "análise" quan-

titativa é impossível escapar sem remeter a uma "mudança de hábitos".

Como ainda não há conceitos alternativos, Keynes alia à sutil indicação de um paradoxo lógico uma penetrante discussão dos efeitos sociais dessa instabilidade. Pois "o efeito nos preços de um aumento do dinheiro é indeterminado enquanto não saibamos quem fica com esse novo dinheiro, que faz com ele e qual é o estado do organismo econômico a que chega esse dinheiro novo". (Schumpeter, 1982, p. 1204).

2. CLASSES SOCIAIS

É comum, com base nos "modelos" derivados a partir dos conceitos da "Teoria Geral", dizer não apenas que a análise de Keynes se concentra no "curto prazo" como também atribuir-lhe senão a criação, ao menos a ênfase no trabalho analítico com "agregados". Ora, a equação de troca já é uma representação de variações econômicas que simplifica a descrição dos processos através da agregação. A resposta crítica de Keynes radica justamente na busca de outros agregados menos genéricos e simples, mais "realistas". No "Treatise on Money", por exemplo, a construção de números-índice será extensivamente discutida e a elaboração de índices de preços setoriais será proposta. Entretanto, poucos têm insistido nas visões da estratificação social subjacentes à elaboração conceitual de Keynes.

Explicitar essas visões tem uma dupla importância: pois a divisão social que aparece no ensaio incluído no "Tract" — se vem suprir a ausência de conceitos que definam endogenamente a instabilidade — mostra que a preocupação de Keynes não se limita à redefinição de "agregados macroeconômicos" mas alcança também a identificação dos agentes econômicos tipicamente capitalistas. Os hábitos monetários (e a percepção temporal neles implícita) só ganham sentido se referidos a esses agentes.

Assim como a passagem do tempo geológico é distinta do tempo histórico, no interior da sociedade as percepções e os efeitos da passagem do tempo são diferenciados. Em outras palavras, as variações do poder de compra se distribuem desigualmente, assim como as avaliações quanto à duração da capacidade de exercer um certo poder de compra.

Por outro lado, a definição de modelos de estratificação social aproxima a análise de um diagnóstico histórico e político. Isto é, o "tempo" aparece tanto ao nível da percepção dos agentes quanto ao nível de definição dos limites históricos do sistema capitalista. Dois níveis certamente distintos, mas que se comunicam quando Keynes percebe que a extinção de certas "classes" (que têm um poder especial de se apropriar "irresponsavelmente" de poder de compra) pode "prolongar" a existência do capitalismo na história. Essa conexão já aparece, ainda que de forma embrionária, no "Tract", e iremos acompanhar os seus desdobramentos ao longo da obra de Keynes. É o conjunto de temas que leva à proposição de "eutanasia de rentier", "maior participação do Estado" etc.

Uma consequência da "teoria quantitativa", já que ela explica as oscilações de preços como ajustes a variações na quantidade de dinheiro do Sistema, é a neutralidade "a longo prazo" das variações dessa quantidade sobre as magnitudes reais da economia. A teoria monetária, como já vimos, sempre foi considerada pelos clássicos um compartimento isolado, e a defesa de uma relação causal estrita entre variações no volume de dinheiro e oscilações de preços completa a clausura. A rica análise social dos efeitos da inflação e deflação feita por Keynes no cap. I do "Tract" é uma crítica direta à falta de realismo da teoria quantitativa na explicação dos "ajustes de preços e salários nos diversos setores e das rendas monetárias

das distintas classes sociais". (Vicarelli, 1980, p. 53). Como se as oscilações de preços, salários e rendas não afetassem a poupança, o investimento, a produção e o emprego, os "clássicos" mantinham a separação entre a teoria do valor e teoria monetária. Mas,

"uma mudança no valor do dinheiro, isto é, no nível dos preços, somente é importante para a sociedade na medida em que sua incidência é desigual". (CW IV, p.1).

Essas mudanças afetam a distribuição de riqueza entre as diferentes classes (nesse caso a inflação é mais deletéria) e a produção de riqueza (nesse caso a deflação para Keynes do "Tract", era mais destrutiva).

A fase do capitalismo que se consolidou durante o séc. XIX consagrou a separação entre a gerência e a propriedade de riqueza. A esse capitalismo Keynes denominava sistema de investimento (CW IV, p.4). O "Sistema de propriedade", em geral, designaria um universo mais amplo.⁽¹⁾ A classificação social identifica-se por três classes - investidores (investing class), empresários (business class) e assalariados (earning class).

O surgimento dos "investidores" (que seriam melhor chamados, se aqui já estivesse mais desenvolvida a elaboração de Keynes, de "poupadores") deveu-se precisamente à separação entre propriedade e gerência da riqueza através:

1. da possibilidade de preservar a propriedade de terras, edifícios e máquinas através de títulos de uma "joint stok company";
2. da possibilidade de abrir mão da propriedade

(1) Também Schumpeter constrói uma distinção semelhante, entre "ordem capitalista" e "sistema econômico capitalista".

de riqueza temporariamente em troca de uma soma fixa de dinheiro ("leasing");

3. da possibilidade de abrir mão permanentemente da propriedade em troca de hipotécas, ações, debêntures etc.

A terceira forma através da qual se cristalizou a separação propriedade/gestão representa para Keynes o plano desenvolvimento do "investimento". Assim diferenciam-se os "investidores" (aplicadores de dinheiro de diversas formas financeiras) dos "homens de negócio", ao longo de um período em que a estabilidade dos preços garantia aos aplicadores a conservação ou mesmo ampliação de seu poder de compra. Aplicando crescentemente seus recursos monetários, proporcionavam aos empresários a poupança que estimulou o processo de crescimento. Assim a classe proprietária empregava seus recursos sem se responsabilizar nem se arriscar com a "condução dos negócios".

"A moral, a política, a literatura e a religião dessa era reuniram-se numa grande conspiração para a promoção da poupança. Deus e Mamom se reconciliaram. Paz na terra aos homens de boas posses. Um homem rico poderia, finalmente, entrar no Reino dos Céus - bastaria poupar. Uma nova harmonia soava nas esferas celestiais".

(CW IV, p.6)

Uma extrema confiança na eterna estabilidade no valor do dinheiro aumentava a harmonia de interesses entre classes. O séc. XIX criou o "presente eterno", a confiança na expectativa de que no futuro permaneceriam aquelas experiências felizes. Esse séc. XIX que

"decidiu esquecer que não há garantia histórica para a expectativa do dinheiro continuar sendo representado seja por uma quantidade

constante de algum metal particular, seja, ainda menos, por um poder de compra constante".

(CW IV, p.8)

Aliás, lembrava Keynes, a histórica deterioração progressiva do poder de compra esteve ancorada tanto nas ações estatais quanto na "influência política superior da classe devedora".

Essa tendência do dinheiro à "depreciação" sempre foi um antídoto aos juros compostos e às heranças de fortunas. Sempre foi uma influência capaz de relaxar a rígida distribuição herdada. Cada geração é deserdada pela depreciação do dinheiro (note-se a arguta avaliação presente nessas páginas, da relação entre passado e o futuro que se estabelece através do dinheiro), uma vez que a inflação, constatava Keynes, sempre foi um processo histórico contínuo. (CW IV, p.10)

"(...) quando os acontecimentos reais de séculos não afetam suas ilusões, o homem médio encara o que foi normal por três gerações como parte de um tecido social permanente". (CW IV, p.10).

Qual não foi a surpresa dessa classe de confiantes "investidores" diante as mudanças que passam a se explicitar com a I Guerra Mundial? As suas poupanças foram completamente, ou quase, anuladas. A percepção desses acontecimentos só poderia afetar e modificar a "psicologia social" relacionada às práticas de poupança e investimento (isto é, a percepção das possibilidades de preservação por parte dos proprietários de riqueza, do seu poder de compra). Sem dúvida a inclinação a aplicar essa riqueza nos empreendimentos se via ameaçada, pois a própria riqueza — em títulos — é violentamente destruída.

Mas a classe dos empresários pode se favorecer tanto porque o valor real de suas dívidas diminui quanto por surgirem possibilidades de lucros especulativos, que acompanham a aceleração da inflação. A expectativa de preços futuros mais elevados favorece os empresários comerciais, que compram antes de vender. A atividade comercial (e industrial) transforma-se em jogo de apostas. Tomar dinheiro emprestado torna-se um jogo atraente e os empréstimos bancários expandem-se além do normal ou usual. As antecipações dos preços prospectivos (CW IV, p.19) tornam-se o aspecto central da atividade empresarial. O que importa não é o fato (um dado aumento de preços), mas as expectativas de aumento de preços ainda que o aumento efetivo acabe sendo um fato exógeno. Vemos assim como a análise da alteração dos hábitos monetários acaba levando a um diagnóstico radical tanto das possibilidades de percepção do futuro quanto da própria viabilidade histórica do capitalismo. Pois

"Se a depreciação do dinheiro é uma fonte de ganho para o empresário, é também a ocasião do opróbrio. Para o consumidor os lucros excepcionais do empresário aparecem como a causa (e não como a consequência) da odiada elevação de preços. Em meio à rápida elevação de suas fortunas o próprio empresário perde seus instintos de conservação e começa a pensar mais nos enormes ganhos do momento do que nos menores, porém permanentes, lucros da empresa normal. O bem estar de sua empresa no futuro relativamente distante pesa menos para ele do que antes e os seus pensamentos excitam-se com a idéia de fortuna rápida e liquidação. Seus ganhos excessivos sobrevieram-lhe inesperadamente e sem erro ou plano de sua parte, mas uma vez adquiridos ele não os abandona facilmente e lutará para reter os frutos do saque.

Com tais impulsos e assim colocado, o próprio empresário não está livre de um suprimido desconforto. No seu coração perde a prévia autoconfiança na sua relação com a sociedade, na sua utilidade e necessidade no esquema econômico. Ele teme o futuro de seus negócios e de sua classe e quão menor a segurança por ele conferida à sua fortuna mais ele se aferra a ela.⁽¹⁾ O empresário, o pilar da sociedade e o construtor do futuro, a cujas atividades e rendimentos atribuía-se recentemente uma aprovação quase religiosa, ele que de todos os homens e classes era o mais respeitável, louvado e necessário, junto a quem interferir ora não apenas desastroso mas quase ímpio, agora viria a ser objeto de olhares oblíquos, sentindo-se suspeito e atacado, a vítima de leis injustas e injuriosas — tornara-se, vendo-se a si mesmo envergonhado, um explorador". (CW IV, p.23-4)

Trata-se de um texto formidável, talvez apenas comparável, na sua contundência e riqueza descritiva, ao célebre artigo de 1937, onde Keynes recolocou a mensagem da "Teoria Geral" (mas que não surpreende, se levarmos em consideração a igualmente rica produção polêmica). Eivado de uma inegável porém desprezada dialética: aquele que era mais necessário torna-se não apenas socialmente dispensável, mas conscientemente repudiado (até por si mesmo).

Naturalmente a origem da inflação ainda é exógena (se tão somente já existissem, nessa época, os concei

(1) Na versão original do texto, aparecia ainda a frase "Com esses sentimentos e ansiedades ele é uma vítima natural da intimidação e treme diante de uma palavra".

tos de oligopólio e "mark-up"...)(1) e talvez essa seja mesmo a razão pela qual a análise das expectativas adquire tal densidade e, ainda que sendo um comportamento individual, tamanha ressonância social.

Vale ressaltar a inversão de papéis que se opera e o aspecto fundamental dessa inversão é a completa transformação por que passa a percepção temporal dos agentes. O empresário não atenta mais para o futuro, os consumidores não se fiam mais no passado. No centro dessas transformações está o "ganho do momento", um ganho alimentado por expectativas especulativas. Naturalmente é importante perceber que a origem desse ganho – a depreciação contínua e subitamente acelerada do dinheiro – ainda não foi explicada. Às tautologias da teoria quantitativa Keynes opõe uma refinada análise dos padrões de percepção de passagem do tempo (fulcro de mudança de hábitos monetários e da classificação social), onde o empresário está, do ponto de vista da arquitetura social, estrategicamente colocado para tirar proveito (esse é o sentido, aqui, de "explorar") de uma situação pela qual ele não é em última instância, responsável. Mas se Keynes ainda não identifica a origem, concentrando-se nos canais comunicantes (pois está discutindo os efeitos da inflação sobre a distribuição de renda), está claro que surge com força o caráter determinante (do ponto de vista da orientação da distribuição de riqueza) dos modos pelos quais a classe empresarial exerce seu poder de compra (ou, o que é o mesmo, seu "poder de gasto"). É crucial que repentinamente ("windfall profits") esse poder de gasto se descomprometa com o passado ou com o futuro, através da especulação. A especula

(1) Em Cambridge mesmo, e em grande medida paralelamente ao desenvolvimento intelectual de Keynes, outros economistas apenas começavam a criticar as hipóteses da concorrência perfeita (onde os "preços" são dados pelo mercado...). Cf. Shackle, 1967. O paralelismo deve-se, ainda, à separação tradicional entre teorias do valor e monetária.

ção, entretanto, alimenta dialeticamente o poder empresarial - isto é, vai simultaneamente minando - lhe as posses pessoais, psicológicas e sociais.

As expectativas (como vemos, não apenas do futuro, mas "do passado", se interpretamos "expectativas" como "padrão de percepção temporal") ocupam portanto, também no "Tract", um lugar crucial. São o canal comunicante de um poder, mas são também a forma por excelência pela qual esse poder se exerce conscientemente. Não é outro o significado de "mediação".

Uma vez exploradas as dimensões subjetivas (mas não estritamente individualistas) de determinação do poder de compra ou de gasto, Keynes passa à dimensão temporal propriamente histórica, à qual só é possível chegar por ter identificado também as dimensões subjetivas com as encruzilhadas do fluir temporal.

"Nenhum homem de espírito⁽¹⁾ consentirá em permanecer pobre se acredita que os melhores⁽²⁾ ganharam suas riquezas pela jogatina sortuda. A conversão do empresário em explorador é um golpe no capitalismo, porque destrói o equilíbrio psicológico que permite a perpetuação dos rendimentos desiguais. A doutrina econômica dos lucros normais, vagamente apreendida por qualquer um, é uma condição necessária para a justificação do capitalismo. O empresário só é tolerável na medida em que seus ganhos ainda preservam alguma relação com o que, grosseiramente e em algum sentido, suas atividades contribuíram para a sociedade. (CW IV, p.24)

(1) No sentido de inteligente, capaz.

(2) Os mais ricos.

Esse fragmento já mostra um Keynes consciente (e explicitador) das premissas ideológicas da teoria econômica ortodoxa: daí o caráter autocrítico de sua obra. Ao mesmo tempo, coloca em cena uma discussão à qual pouca ou nenhuma atenção conferem os economistas: pode o capitalismo sustentar-se sem a preservação de seus símbolos, de suas ideologias?

Nesse sentido é inusitado o conceito de "equilíbrio psicológico" (e a ele ainda voltaremos). Demonstra a percepção de Keynes tanto da inexistência de qualquer equilíbrio no "capitalismo real" (como de resto explicita toda a sua rica análise descritiva) quanto do caráter necessário, para a própria continuidade da atividade empresarial, da representação do equilíbrio (em outras palavras, da estabilidade). Mas como compatibilizar estabilidade com expectativas excitadas pela especulação? Essa questão, apenas vislumbrada nesse texto, receberá resposta em momentos posteriores da obra. Quanto aos assalariados, em geral os salários movem-se mais lentamente que os preços. Mas Keynes observa que o fortalecimento da organização sindical garantiu a manutenção relativa do poder de compra dessa classe (aliás possibilitada em alguma medida pelos ganhos especulativos dos próprios empresários)⁽¹⁾.

Mas também no caso da classe assalariada é necessário indicar o alcance temporal das vantagens obtidas. Pois

"Não podemos estimar a estabilidade desse estado de coisas, em comparação com a sua desejabilidade, a não ser que saibamos a fonte de onde o rendimento maior das classes trabalhadoras foi tirado. Foi ele devido a uma modi-

(1) Ao menos durante a fase inflacionista, pois o ciclo dos negócios engata necessariamente, no tava Keynes, em reversão da inflação, em deflação, depressão e desemprego. (CW IV.p.25)

ficacão permanente dos fatores econômicos que determinam a distribuição do produto nacional entre as diferentes classes? Ou foi devido a alguma influência temporária e exaurível ligada à inflação e à desordem resultante no padrão de valor?" (CW IV, p.27)

Já nesses textos Keynes alia às discussões econômicas essa questão fundamental: são os processos e resultados permanentes ou temporários? Qual a relação entre os acontecimentos da economia e o tempo? Pode ocorrer que a sociedade veja distribuída como renda o que não passa de desacumulação de capital real, camuflada pelo aumento contínuo do valor puramente monetário do capital. Mas esse processo não pode ser definido: o valor monetário crescente dos bens de capital da comunidade obscurece apenas temporariamente uma diminuição na quantidade real do estoque, e a classe trabalhadora acaba sofrendo muito mais pelo desemprego do que pela diminuição dos salários reais. O efeito mais deletério é aquele que destrói as possibilidades de futuro. Assim, o pior efeito não é sobre o consumo, mas sobre a acumulação de capital (CW IV, p.29) e sobre a "atmosfera de confiança".

"Se, por qualquer razão — certa ou errada — o mundo empresarial tem expectativas de queda nos preços, os processos de produção tendem a ser inibidos; se há expectativas de elevação dos preços elas tendem a ser super-estimuladas". (CW IV, p.30).

As expectativas de alteração nos preços afetam o próprio processo de produção (e não apenas a distribuição da riqueza existente). Muda o comportamento de prestatários e prestamistas. Ora, a ponte ativa é desempenhada pelos prestatários, pelos que "tomam as decisões que colocam a produção em movimento". Novamente o empresário é identificado como ocupando um

lugar estratégico na condução dos processos econômicos.

A expectativa de queda nos preços pode levá-los a planejar a capacidade ociosa (CW IV, p.31) ainda que isso empobreça a sociedade como um todo. E mesmo que a expectativa seja de elevação dos preços, os empresários podem passar a tomar mais empréstimos aceleradamente levando a produção além do ponto cujo retorno real seria suficiente para recompensar a sociedade como um todo pelo esforço feito.

"Isso é simplesmente dizer que a intensidade da produção é largamente governada nas atuais condições pelo lucro real antecipado pelo empresário. Mas esse critério é o correto para a comunidade como um todo somente quando o delicado ajuste de interesses não é subvertido por flutuações no padrão do valor". (CW IV, p. 32)

Novamente, grande importância atribuída às antecipações.

Mas a fonte da instabilidade ainda é exógena àqueles que decidem e formam expectativas, ainda que esse processo de formação de expectativas ocorra de tal modo que o próprio futuro veja-se ameaçado. Por outro lado, com o desenvolvimento do comércio internacional e com o progresso técnico o montante de risco ligado ao compromisso com a produção e a extensão de tempo durante o qual é preciso suportar esse risco aumentaram muito. Durante esses intervalos de tempo os produtores desembolsam dinheiro (salários e outros custos) na expectativa de recuperá-lo mais tarde. Assim, há uma dimensão especulativa inerente ao mundo empresarial (poder-se-ia dizer... "estrutural"). O temor de preços decrescentes pode levar os empresários a reduzir suas operações, gerando assim desemprego.

Agravando esse estado de coisas ocorre que esse temor, ou a generalização de expectativas, acaba levando à alteração nos preços ainda que temporariamente. Mas basta essa confirmação temporária para que se consolide as expectativas confirmadas ... com o que elas se tornam cumulativas. Assim, um ímpeto inicial comparativamente fraco pode ser adequado para produzir uma flutuação considerável. (CW IV, p.34)

Assim, mesmo não resolvendo a "querela causal" quanto às origens das variações no valor do dinheiro, ao sublinhar a dimensão expectacional Keynes abre caminho para políticas ativas que procurem contrabalançar (sem eliminar) os efeitos perversos da especulação estrutural (que se desenvolve, inevitavelmente, a partir de alterações iniciais no valor do dinheiro cuja origem pode ser totalmente exógena).

III - Conclusão

Havíamos perguntado como, a partir de conceitos herdados da teoria clássica, pudera Keynes elaborar um diagnóstico inovador (até mesmo com proposta de política econômica oposta ao festejado "laissez-faire"). Se pudessemos resumir o "truque" a um passo metodológico estratégico, sem dúvida indicaríamos — tanto na utilização inovadora da equação de Cambridge quanto na rica análise do papel das classes sociais na produção e distribuição de riqueza — a ênfase nas expectativas, na análise da formação e transformação dos padrões de percepção temporal por parte dos agentes. Essa atenção, que em alguma medida já existe em Marshall, mas que é radicalizada assumindo um novo papel em Keynes, permite inclusive um diagnóstico original dos limites do capitalismo no tempo.

Apesar dessa ênfase, é preciso reconhecer que o papel das expectativas como fenômeno problemático, nesses escritos iniciais, pode ser facilmente reduzido

a "fator exógeno". Mas há um aspecto do "truque" absolutamente crucial: a condenação do "longo prazo" ao limbo das ficções.

A rejeição do "longo prazo" é o gesto que cria condições para uma revisão de toda a herança marginalista. Tratava-se de negar a proeminência que o pensamento tradicional sempre deu à cláusula do "ceteris paribus" temporal, dando oportunidade para uma aproximação entre teoria e história.

PARTE III

TEMPO: AVENIDA DE MÃO ÚNICA

PANORAMA IMPERIAL

Viagem através da inflação alemã

II- Um estranho paradoxo: as pessoas têm no espírito, quando agem, apenas o interesse privado o mais estreito, mas são ao mesmo tempo mais que nunca determinadas no seu comportamento pelos instintos de massa. E, mais que nunca, os instintos de massa se perdem e tornam-se alheios à vida. Lá onde o obscuro instinto do animal, como contam inumeráveis anedotas, encontra uma lenda para o perigo iminente que parece ainda invisível, nesta sociedade, contrariamente, onde cada membro não tem em vista mais que seu próprio bem-estar inferior, desfez-se como uma massa cega (com um estupor animal, mas sem o saber vago dos animais) diante de cada perigo, mesmo o mais evidente. A diversidade de fins individuais torna-se insignificante diante da identidade das forças determinantes. Parece sempre que a adaptação da sociedade à vida habitual, que entretanto há muito já se perdeu, é tão rígida que aniquila, mesmo diante de um perigo extremo, o uso propriamente humano da inteligência, isto é, a previsão. De sorte que, face ao perigo, completou-se a imagem da estupidez: incerteza e até perversão dos instintos vitais, impotência e até declínio da inteligência. Eis aí o estado de todos os burgueses alemães."

W. Benjamin

TEMPO: AVENIDA DE MÃO ÚNICA

I. ANTECEDENTES

1. Raízes Marshallianas

A escola neo-clássica desenvolveu-se entre dois extremos: a formalização de Walras e o realismo de Marshall. Marshall: autor do "equilíbrio parcial" e de uma obra fragmentária, sempre atenta às peculiaridades do mundo industrial e inegavelmente seduzida pelo mistério do Tempo.

Sem recuperar o pensamento de Marshall nesse momento, parece-me crucial indicar ao menos certos traços de sua obra, em particular da obra relacionada com a teoria monetária, a partir dos quais a contribuição de Keynes fica melhor situada⁽¹⁾.

Já na análise dos motivos para se reter dinheiro em mãos, Marshall preparava o caminho:

"(...) dinheiro retido em mãos não propicia rendimentos: portanto todo mundo pondera (mais ou menos automática e instintivamente⁽²⁾) os benefícios que se obteria aumentando o estoque de dinheiro em mãos pelos que seriam obtidos pelo investimento de parte desse dinheiro seja em alguma mercadoria - um casaco ou um piano - da qual se derivaria um benefício direto, ou em algum empreendimento industrial ou título da bolsa de valores, que proporcionasse um rendimento monetário". (Marshall, 1923, p. 38-9)

(1) Não apenas Keynes, mas Sraffa, Robertson e Townshend fizeram contribuições "originais" à Escola de Cambridge nitidamente a partir de Marshall. A referência obrigatória nesse particular continua sendo Shackle, 1967.

(2) No célebre artigo de 1937, Keynes aprofunda esse caráter "instintivo" do cálculo de liquidez.

Identifica-se um fato básico: em qualquer momento existe uma intenção de preservar poder de compra por parte das pessoas. Se o nível de renda (ou riqueza, Marshall não fazia essa distinção) é constante e se os hábitos do mundo econômico não se alteram rápida ou frequentemente, esse poder de compra é em si mesmo estável e os preços variam apenas com a variação da quantidade de dinheiro. Essa a versão marshalliana da teoria quantitativa da moeda. Mas já na utilização da teoria quantitativa Marshall incorporava um critério temporal: usava a versão de Fisher para explicações de movimentos de preços de longo prazo e a sua versão ("cash balances") para explicar as flutuações de curto prazo nos preços, acompanhadas de inflações e contrações de crédito, causadas por

"Guerras e rumores de guerras, boas e más colheitas e pela oscilante abertura de novas empresas promissoras e o colapso de muitas das esperanças nelas fundadas". (Marshall, 1887 apud 1925, p. 194)⁽¹⁾

Essas flutuações vinculam-se intimamente, portanto, às expectativas e estado de confiança nos negócios.

"A demanda por um metal⁽²⁾ com o propósito de entesouramento é ampliada por um aumento contínuo no seu valor e diminuída por uma queda contínua, pois as pessoas que entesouram acreditam que aquilo cujo valor tem subido continuará se valorizando e vice-versa". (Marshall, 1926 p.6)

Assim as expectativas surgem como importante elemento mediador entre variações no "ambiente econômico" e oscilações de preços. O caráter distintivo da Versão marshalliana é a incorporação de motivos e decisões na análise da demanda e da velocidade de circulação do dinheiro.

(1) Apoio-me na evidência fornecida por Eshag, 1963.

Entretanto mantenho as referências às obras de Marshall.

(2) Marshall definia dinheiro como metal-dinheiro ou papel-moeda conversível a algum metal precioso, os seus discípulos irão estender a análise, incluindo o crédito bancário na definição de dinheiro.

ro, ao menos no exame do "curto prazo".

Mas o caráter tautológico da teoria quantitativa não era ignorado por Marshall:

"Eu sustento que os preços variam diretamente com o volume de dinheiro, se tudo o mais permanecer constante; mas tudo o mais está constantemente mudando. Essa assim chamada "teoria quantitativa do valor do dinheiro" é tão verdadeira quanto é verdadeiro que a temperatura de um dia varia com o passar do dia, se tudo o mais permanecer igual; mas raramente as outras coisas ficam iguais".

(Marshall 1899 apud 1926, p. 267)

Assim foi aberto o caminho para a "desagregação" das variáveis (vários tipos de estoques de dinheiro operam na economia com velocidades distintas, associando-se a níveis de preços setoriais) e abandono da equação quantitativa como "teoria". Na medida em que abandona-se o afã de mensurar "estoques" e passa-se a sublinhar os diferentes fluxos percorridos por tipos diferentes de "dinheiro" na economia é natural que o elemento tempo venha para o primeiro plano⁽¹⁾. E o próprio Marshall tentou incorporá-lo, não apenas na sua teoria monetária mas também adequando o conceito de equilíbrio ao "curto prazo", ao "período de mercado" ou "corrente" e o "movimento secular" da economia, que era estudada através de mercados singulares. Além disso, e diferentemente da análise "moderna" de curto prazo, os diferentes "prazos" de Marshall eram mutuamente dependentes, em particular o "curto" dependia do "longo" prazo. O método para um conhecimento econômico aprofundado, segundo Marshall, devia se pautar por aproximações sucessivas às condições da vida real. O curto prazo marshalliano, além do mais,

(1) Essa passagem não é problemática na teoria neo-clássica, que considera assimiláveis as escalas de capital (estoque) e investimento (fluxo).

considera dada a planta da empresa (i. e., seu capital fixo) mas não o de toda a economia. Só na versão neo-clássica padronizada do curto prazo capital fixo e circulante são considerados como dados para toda a economia.

Esses elementos permitiram, já na obra de Marshall, o aparecimento das expectativas e da incerteza como fatores determinantes das flutuações econômicas. Mesmo na consideração do equilíbrio, Marshall fazia referência à influência sobre os negócios dos "cálculos com respeito ao futuro". (Marshall, 1952, p. 337)

"(...) os mercados variam com relação ao período de tempo durante o qual admite-se o processo de equilíbrio operará através das forças da oferta e demanda, assim como com relação às suas áreas de extensão. Mas o elemento Tempo requer atenção mais cuidadosa agora que o Espaço. Pois a própria natureza do equilíbrio, e das causas pelas quais ele é determinado, depende do comprimento do período". (Marshall, 1952, p. 330)

Ou ainda:

"Mas não podemos prever o futuro perfeitamente. O inesperado pode acontecer e as tendências existentes podem ser modificadas antes que tenham tempo para efetivar o que agora parece ser sua operação plena e completa. O fato de as condições gerais de vida não serem estacionárias é a fonte de muitas das dificuldades encontradas na aplicação de doutrinas econômicas a problemas práticos" (Marshall, 1952, p. 347)

Todo o livro V dos Principles é pleno de referências e tentativas de adaptar a idéia de equilíbrio ao elemento Tempo - entendendo-se por "Tempo" a definição de períodos de variada extensão ao longo dos quais operam as "forças" da oferta e da demanda. Trata-se de uma concepção quantitativa do tempo, cuja definição não altera a

natureza das "forças" que constituem o mecanismo econômico.

A hipótese de que existem forças operando mecanicamente no interior de um sistema definido sempre foi cara aos economistas clássicos em cuja tradição Marshall se inseria. Compreender a natureza desse mecanicismo é uma condição para se diagnosticar as dificuldades da teoria econômica em integrar o tempo no seu quadro analítico.

O principal conceito a catalizar a visão mecanicista na economia clássica é o de longo prazo. Enraizado em uma cosmologia newtoniana, busca analogias com o modelo físico da mecânica clássica. (1)

A mecânica clássica leva em consideração um sistema de pontos materiais sobre os quais operam forças direccionais, a distâncias que obedecem leis de movimento calculáveis. O principal objeto de estudo era portanto o movimento, mas considerado como um processo reversível e que de forma alguma gera mudanças qualitativas. A visão mecanicista é sustentada por todos que se acreditam observadores em um universo independente e situam todos os eventos e objetos univocamente no tempo-espço. (2)

Para essa visão são cruciais os seguintes elementos:

- a) formação de leis;
- b) possibilidade de cálculo a partir das leis;
- c) emergência de resultados definidos a partir dos cálculos.

(1) cf. Thoben, H. 1982.

(2) cf. Margenan, 1950, apud Thoben, 1982.

O sucesso dessa visão (principalmente em termos de previsibilidade dos resultados) na astronomia, química, ótica etc. seduziu os economistas, a partir mesmo de Adam Smith, ainda que somente a partir de Jevons e Walras o projeto tenha se explicitado nos termos de uma matematização da economia. Mas o fato de que as leis mecânicas incorporam o tempo reversível é uma característica que não emerge apenas onde a teoria foi matematizada.

Desde Adam Smith os economistas procuram decifrar a situação do sistema econômico no "longo prazo". Esse "longo prazo", que em Smith poderia ser entendido como durando até 100 anos, não era estritamente cronológico. Simplesmente a adoção da idéia de longo prazo reflete a crença na operação de forças que governam persistente e sistematicamente a economia capitalista.⁽¹⁾ Entretanto, justamente por ser um longo prazo lógico, isto é, não associado "a priori" a qualquer duração definida, trata-se de uma noção de tempo que só dá oportunidade à irrupção do tempo histórico como extensão empírica, cronológica, estatística. Diante do conceito de longo prazo o economista adia sempre a constatação final de suas predições, mas ao mesmo tempo está sempre medindo e coletando dados com o objetivo de confirmá-las. A história, nas mãos desse economista, reduz-se a um amontoado infinito de informações a serem eternamente manipuladas.

A cronologia estatística implica na desapareição do objeto histórico, do tempo qualitativo e irreversível. A própria periodização passa a depender de critérios estatísticos. O "longo-prazo" acaba se transformando em um método de tratamento do problema econômico, já que não interessa tanto a duração desse prazo mas o exame das condições de operação daquelas

(1) cf. Milgate, 1982.

forças sistemáticas e persistentes. A questão do tempo reduz-se a um problema lógico e a história deixa de ser um objeto de estudo.

Já Adam Smith argumentava em termos de "preços naturais" como um nível de preços em torno do qual os preços de todas as mercadorias gravitam continuamente. Haveria uma tendência contínua no sistema econômico em direção a esse "centro de repouso."⁽¹⁾ Cantillon já tratava dessa noção de preço natural em termos de um "perpétuo vai-vem nos preços de mercado." Ricardo também examinou os problemas teóricos do valor e da distribuição em termos de preços naturais, de modo a excluir da análise o acidental e temporário.⁽²⁾

Assim, cada autor buscava especificar as condições naturais, de "longo-prazo", condições objetivas, legais, autônomas frente aos desejos humanos.

A escola neo-classica ou marginalista herdou essa crença na existência de resultados normais gerados pela livre-concorrência, resultados de uma tendência que "teve tempo para causar seus efeitos." Assim, qualquer situação que não corresponda ao "normal" é lógica e necessariamente transitória.

Marshall situa-se nessa tradição, mas demonstrou inquietação face às hipóteses tradicionais, inquietação que — se não chegou a constituir uma ruptura — abriu caminho para a revisão daquela imagem mecânica em que a continuidade do sistema não sucumbe às inúmeras oscilações de que é "vítima." O fato de que o "longo prazo" aparece frequentemente em sua obra como crença em valores normais e não diretamente como valores normais-como resultado natural de tendências objetivas-abre espaço para a investigação de componentes subjetivas que não são transitórias ou circunstanciais.

(1) Smith, 1937, p. 58

(2) Milgate, 1982, p.21 e ss.

Desse modo, as expectativas acabavam se identificando à confiança nos valores que o mercado estabeleceria, no longo prazo, pelas forças da oferta e da demanda. O diagnóstico marshalliano pode ser assimilado a uma visão do capitalismo como estruturalmente estável, no sentido de que os agentes se comportam em termos de elementos em geral pouco volúveis (ainda que do ponto de vista objetivo possam ocorrer guerras, mudanças populacionais, etc). O processo de revisão de expectativas é, em Marshall, lento e gradual, dotado de grande eficácia⁽¹⁾; dada inclusive a lentidão do processo de acumulação no tempo. Mesmo assim, os Princípios de Marshall estavam imersos em um conflito, que seria desdobrado pelos seus discípulos, entre "a análise, que é puramente estática, e as conclusões daí derivadas, que se aplicam a uma economia desenvolvendo-se através do tempo".⁽²⁾

O problema em última análise parece residir na tendência interna às teorias do equilíbrio a considerarem esse estado como resultado da operação de forças que são concebidas em analogia com a indestrutibilidade das forças naturais. Marshall, tentando incorporar o Tempo, acaba mantendo-o como elemento "externo" justamente pelo fato de que os "períodos" não alteram essa visão do equilíbrio como resultado da operação de forças. A inversão da problemática marshalliana deverá antes de mais nada investigar o princípio e a natureza das próprias "forças", principalmente sua suposta indestrutibilidade. "Integrar" ou "internalizar" o elemento tempo significará então não apenas a cronometragem da operação de forças,

(1) cf. a esse respeito Panico (1981), p. 313.
 (2) Joan Robinson, Prefácio in Kregel, 1973. Com as devidas ressalvas, esse "conflito" entre "base estática e superestrutura dinâmica" continuará presente na obra de Keynes. Cf. Marshall, 1952, livro V, cap. VIII.

mas principalmente a descoberta dos mecanismos através dos quais as "forças do mercado" impõem a ilusão de sua perdurabilidade. Em suma, será necessário responder ao mistério (que nos clássicos pré-Keynesianos aparece como um pressuposto nunca questionado) da origem dessas forças. Como na Física, só que agora a analogia aponta caminhos diferentes, a investigação sobre a origem do universo requer e desperta os cientistas para instrumentos de investigação e análise que repelem a antiga fé em um conjunto ordenado de forças que operariam segundo uma lógica imune à história. O próprio espaço hoje tem a sua história ...

Mas talvez mais importante do que identificar uma origem seja a necessidade de entender porque a própria operação da economia leva-nos à ilusão da durabilidade e, o que é a mesma coisa, à confiança nas expectativas que se formam a partir de convenções de mercado (como o dinheiro, principalmente). O estudo da dinâmica é mais vasto que o da influência do fator Tempo, mas este, necessariamente, faz parte dos dados que se incluem em qualquer problema de dinâmica. É que há uma distinção entre associar eventos à mera ordenação sequencial (como a interação entre preços e quantidades no "teorema da teia de aranha") e propugnar a relação entre temporalidade e destruição. Aqui, impõe-se uma analogia muito mais profícua com a biologia, e não com a física. Essa analogia sugere que a irreversibilidade é um aspecto fundamental. Mas a irreversibilidade pode nos colocar diante de uma nova questão: como é possível saber que um processo chega a seu "fim"? Quais os sinais (objetivos e subjetivos) que indicam a proximidade do esgotamento de um processo? Como podem os agentes econômicos revisar suas expectativas "a tempo" de evitar a catástrofe da crise e depressão? Marshall, ao sugerir inúmeras analogias biológicas, ao menos apontou para essa nova Meca da cien

tificidade no terreno da doutrina econômica⁽¹⁾. Não ignorou a questão da irreversibilidade, principalmente na análise do conceito de capital e da oferta a longo prazo, onde a "prospectividade" é um elemento importante e ignorado pela tradição econômica. (cf. Marshall, 1952, p. 790). A noção de "retornos crescentes", por exemplo, era associada por Marshall a um processo evolucionário de longo prazo, irreversível (op.cit., p.808). Mas muitas dessas observações aparecem em apêndices ao Principles e o conflito apontado por Joan Robinson fica sem solução. A distinção e as relações entre os vários períodos acabam sempre se traduzindo em tendência ao normal, como se a dinâmica conduzisse à estática e não o contrário⁽²⁾. Esse resultado aparentemente absurdo revelar-se-á, entretanto, da maior importância na interpretação da mensagem de Keynes. Vale a pena reproduzir alguns trechos da biografia de Marshall escrita por Keynes, principalmente quanto às principais contribuições de Marshall à evolução da teoria:

"(...) a introdução explícita do elemento tempo como um fator na análise econômica é devida principalmente a Marshall. As concepções de períodos "longos" e "curtos", e um de seus objetivos era traçar "uma linha contínua atravessando e conectando as aplicações da teoria geral do equilíbrio da demanda e oferta a diferentes períodos de tempo". (Principles, livro VI, cap.XI, § 1)
Ligadas a essas há outras distinções, que agora consideramos essenciais a um pensamento claro,

(1) Cf. o juízo de Georgescu-Roegen, 1976, p. 11, cf. tbem Marshall, 1952; p. 772. "A Meca do economista está antes na biologia econômica que na dinâmica econômica", Marshall, 1952, p. XIV.

(2) Cf. Seligman, 1967, p. 560.

explicitadas em Marshall - particularmente entre economias "externas" e "internas" e entre custos "primário" e "suplementário". (...) Entretanto, esse é o terreno em que, na minha opinião, a análise de Marshall é menos completa e satisfatória, e onde há tudo a fazer. Como ele mesmo diz no Prefácio à primeira edição dos Principles, o elemento tempo "é o centro da maior dificuldade de quase todo problema econômico". (CW X, p. 206-7)

2. Um Economista no País das Maravilhas: D.H. Robertson

A partir de Marshall, os economistas de Cambridge procuraram aproximar-se cada vez mais do mundo real, ainda que às vezes pagando o preço de perceber no mundo uma natureza "ilógica" capaz de desafiar as mais arraigadas construções teóricas.

Enquanto Keynes elaborava o "Treatise on Money", Robertson - um ex-aluno e amigo íntimo até os anos 30 - publicava (1926) o clássico "Banking Policy and the Price Level" e jovens economistas como Joan Robinson, Richard Kahn, Piero Sraffa e Maurice Dobb faziam aos poucos valer sua influência sobre o desenvolvimento intelectual em Cambridge. Era a primeira geração pós-marshalliana.

D.H. Robertson chegou a declarar, quanto aos capítulos V e VI do livro de 1926, que "nenhum de nós (Robertson e Keynes) agora sabe quanto das idéias ali contidas cabe a um ou a outro". Já em 1922, Robertson publicara "Money"⁽¹⁾, estudo introdutório à matéria em que cada capítulo é aberto com um trecho de "Alice no País das Maravilhas", onde o real e a lógica quase nunca têm hora certa para um encontro. A respeito de Robertson, é ilustrativo o comentário de Shackle:

"O aparato de Sir Dennys, com sua revigorante

(1) Há edição em espanhol, pela Fondo de Cultura Económica, 1955, "Dinero".

terminologia - "espirro" ("splashing"), "carência" e outras expressões mais - estava voltado a realizar um cuidadoso desemaranhamento da meada monetária. Tem seu lugar duradouro na história do pensamento, ilustra tipicamente o poderoso gênio de seu inventor para dotar a mais estreita análise com a mais livre fantasia, e explica o deleite que seu estilo deu a milhares de pessoas que o escutaram ou leram. O método final de Keynes, por contraste, foi a espada de Alexandre. Cortou, não desemaranhou, o "imbroglio" monetário das idéias". (Shackle, 1969, p. 281)

Ou ainda:

"A baleia keynesiana, sob o manejo da senhora Robinson, pode tragar com facilidade todo peixe que venha a suas mandíbulas. (Shackle refere-se às interpretações que desde 1936 procuram tornar unívoca e acabada a mensagem de Keynes). Tratar de pescar com a linha e o anzol robertsoniano, não importa quão engenhosos os movimentos e estratégias, é muito mais trabalhoso".

(idem, p. 282)

É bastante oportuno, ainda antes de passarmos ao exame do "Treatise", recuperar ao menos algumas das idéias expressas por Robertson em seu livro de 1926 e que possam iluminar a nossa reconstrução do esforço teórico de Keynes.

Seu objetivo central era discutir a relação entre poupança, criação de crédito e crescimento do capital. Em vários momentos, contra as prescrições de política econômica ortodoxa, que se pautavam pela estabilização da produção industrial através da estabilidade de preços, Robertson dizia:

1) que a estabilidade do produto nem sempre é compatível com a estabilidade de preços;

2) que sob certas circunstâncias expansões (contrações) rápidas do produto, acompanhadas de elevação (declínio) dos preços, podem ser economicamente desejáveis. (1)

Mas o aspecto que despertou maior interesse era a análise, dos citados capítulos V e VI, da relação entre a criação de crédito, a formação de capital e a assim denominada "carência" ("lacking", usado como termo alternativo a "abstinências"). Era uma análise de uma economia de pequenos empresários (2). O conceito de "carência induzida", segundo Robertson, foi sugerido por Keynes. Mas, no Treatise, Keynes renegou essa criação.

O fundamental no livro de Robertson é a conexão estabelecida entre movimentos de preços e variações na produção. Em flagrante distanciamento da teoria quantitativa e utilizando o método "passo a passo" ("step by step method") cuja ressonância se faria sentir no Treatise, onde aliás apenas a remuneração dos empresários é completamente móvel.

A preocupação era com a explicação dos ciclos comerciais, e Robertson critica aqueles que explicavam esses ciclos através de fatores monetários ou psicológicos. A instabilidade da produção industrial, dizia, não pode ser reduzida à instabilidade do nível geral de preços. Keynes (3) era qualificado como um defensor moderado dessa visão, capaz de ver causas não - monetárias para as perturbações no nível de preços, mas advogando a aplicação de instrumentos de política monetária para aplacá-los. Como defensor da teoria psicológica, Pigou era o

(1) cf. Robertson, 1949, p. viii.

(2) Alterada por Robertson, em 1933, para ser aplicada a uma sociedade dividida em empresários e assalariados (ou receptores de "renda fixa").

(3) O Keynes do "Tract on Monetary Reform".

criticado.⁽¹⁾

Robertson, em 1915, já elaborava uma teoria real das flutuações industriais, inspirado em Labordère, e Tugan - Baranovsky.⁽²⁾ Para ele, as flutuações industriais eram inevitáveis e até desejáveis, dada a indivisibilidade e longevidade dos bens de capital. Apesar de defender a intervenção pública no mercado, Robertson nunca foi um defensor acrítico da busca do pleno emprego.

O aspecto central de sua teoria de investimento era a questão do período de gestação. O fato do processo de investimento ocorrer no tempo pode implicar na ocorrência de períodos de gestação que geram uma aparência de rentabilidade que desequilibra o mecanismo de preços. Poderia surgir a tentação de ampliar a capacidade produtiva além do requerido para satisfazer uma demanda antecipada. Sendo o investimento irreversível, essa geração excessiva de capacidade prolongaria a depressão.

Robertson procurava chamar a atenção para o caráter, digamos, estrutural da instabilidade da produção, que nenhuma política de manipulação indireta dos mecanismos de mercado resolveria.

"Nesse livro terei ocasião de enfatizar que certas variações na escala da produção industrial, sendo ou não socialmente benéficas, são pelo menos ditadas pelo interesse próprio daqueles que decidem a execução daquela produção. Eu não creio que seja sequer aproximadamente verdade que, se todos os empre-

(1) Robertson, ainda assim, sucederia Pigou como Professor de Cambridge.

(2) "A Study of Industrial Fluctuation". cf. Presley, 1983.

sários atuassem e julgassem segundo seus interesses, a flutuação industrial de caráter claramente rítmico desapareceria". (Robertson, 1949, p.3)

Analisando as causas materiais das flutuações, Robertson põe em evidência um mecanismo de natureza "expectacional":

"(...) a intensidade do desejo de novos instrumentos (de produção) depende parcialmente da expectativa de custos de operação desses instrumentos. Assim, uma queda nos custos reais de operação de qualquer dos nossos grupos industriais vai não apenas exercer influência no aumento de seu produto, mas vai exercer uma influência indireta ulterior na mesma direção ao elevar a intensidade do desejo de seus membros por adquirir novos instrumentos (...)" (idem. p.12)

Surge assim necessidade de uma explícita identificação dos interesses que comandam o processo produtivo.

"(...) há uma ambiguidade quanto ao que exatamente queremos dizer por taxa apropriada ou ótima de produção industrial. Pensamos na taxa ditada pelo interesse próprio dos empregadores, dos trabalhadores ou de seres hipotéticos em cujas per-

sonas os interesses divergentes dos dois são reconciliados ? O primeiro (interesse) será com grande probabilidade sujeito a uma variação consideravelmente maior que o segundo e um pouco maior que o terceiro". (idem, p. 21)

Robertson opta pela taxa que é julgada "apropriada" pela classe empregadora e faz a ressalva de que é uma taxa "ótima" relativamente à organização social e aos poderes de controle sobre as forças do progresso técnico então existentes. Pressuposto comum, aliás, a toda análise de "curto prazo", mas o importante é que a flexibilidade aparece associada a reações dos produtores e não através de salários.

Os capítulos V e VI ("Tipos de Poupança" e "Carência Curta no Ciclo Comercial") são justamente os que incorporam o elemento tempo à análise. Nesses capítulos investiga-se a coisa Capital e a atividade Poupança.

A primeira distinção introduzida é aquela entre a atividade de prover capital e os bens materiais a cuja provisão tal atividade está orientada. A essência dessa atividade, que já foi descrita como "espera", "abstinência" e outros termos que denotam um período ao longo do qual certos benefícios são adiados, está na circunstância de não se consumir imediatamente. A essa atividade Robertson denomina "carência" ("lacking").

"Um homem está carente se durante um dado período ele consome menos que o valor de seu produto econômico corrente". (idem, p. 41, grifos meus).

A carência passada, conclui, está cristalizada no estoque de capital que existe no momento presente. Assim acumula-se um estoque de capital.

Outra distinção bastante própria a Robertson é aquela entre Capital Fixo, Capital Circulante e Capital Imaginário, que são denominados respectivamente Carência Longa, Carência Curta e Carência Improdutiva.

"A Carência Longa visa a prover a sociedade do uso - necessariamente lento e gradual - dos instrumentos de produção fixos e duráveis; a Carência Curta a capacitar a sociedade a produzir - inclusive a produção de instrumentos duráveis - através de métodos tecnicamente eficientes, mas lentos e indiretos. (...) A Carência Improdutiva Nova consiste na abstenção de bens em favor de pessoas que pretendem antecipar seus rendimentos mas não estão engajados na produção de bens mercantilizáveis". (idem, p. 42-5)

Em primeiro lugar, uma definição cuja contrapartida é o capital fixo: fábricas, estradas, máquinas, etc. Logo depois, uma definição de capital circulante: estoques de bens a serem prontamente consumidos e todos os bens em todos os estágios da matéria prima ao produto praticamente acabado⁽¹⁾. Essa definição ampla de Capital Circulante deriva-se da percepção da simultaneidade com que se produz em todos os ramos da economia, ainda que o seu volume dependa da duração média da produção. Quanto à carência improdutiva e sua contrapartida de Capital Imaginário, associa-se ao endividamento do poder público⁽²⁾.

Uma terceira distinção, que é na verdade um desdobramento das anteriores, opera a separação entre Carência Aplicada e Carência Abortada (ou Entesouramento). A Carência Aplicada (direta ou indiretamente) representa disposição de parte de um rendimento no sentido de comprar um instrumento ou pagar trabalhadores produtivos (direta) ou pode ser emprestada a um terceiro que por sua vez venha a aplicá-la (indireta). A Carência Abortada ou Entesouramento representa a mera retirada de circulação de parte do rendimento. Nesse caso trata-se de "poupança pessoal" mas que nada acrescenta ao processo de criação

(1) Nesse particular contrariando Jevons, para quem o capital circulante se reduzia ao estoque de bens acabados.

(2) Identificado por Robertson ao financiamento de guerras.

de capital. Essa reserva monetária mantém alguma relação com os hábitos e preferências, assim como com a renda ou riqueza (nesse ponto, reaparece a versão marshalliana da teoria quantitativa).

A última distinção apresentada por Robertson, e contra a qual Keynes se manifestou, separa a Carência em Es pontânea, Automática e Induzida. A carência espontânea corresponde ao que normalmente se entende por poupança. A carência automática associa-se à diminuição do consumo abaixo de algum nível esperado pelos agentes (ou abaixo de suas correspondentes produções correntes) em função da depreciação do poder de compra. É que a injeção ou retirada de dinheiro do mercado através de decisões de entesouramento altera a distribuição do poder de compra de tal forma que muitos agentes podem ter suas expectativas de consumo não referendadas. A carência induzida é idêntica à automática, porém é consciente e voluntária (i. e., retira-se dinheiro de circulação com o objetivo de manter o valor real do estoque de dinheiro). É justamente esse conceito de carência induzida que foi introduzido por Keynes (Robertson, 1949, p. 49, nota 1).

O importante, nesse conjunto de distinções, é que a análise de contas tem como propósito produzir uma análise qualitativa da demanda por dinheiro em que motivos e expectativas (portanto, o elemento tempo) cumpram um papel de destaque. Nesse sentido é sugestivo que a noção de Carência Induzida tenha sido introduzida por Keynes⁽¹⁾. Quanto ao caráter da análise, afirma Robertson:

"A mecânica interna, por assim dizer, de um processo inflacionário é tão difícil de visualizar quanto a do átomo, e parece requerer o mesmo tipo de hipótese de movimento descontínuo".

(idem, p. 49, nota 1)

(1) Keynes e Robertson compartilhavam o esforço de elaborar uma "complexa taxonomia", no dizer de Minsky (1975, p.10), que aliás reconhece que a análise institucional derivada desse esforço ainda é digna de atenção (idem, p.11). Sobre Robertson, cf. Seligman, 1967, p. 600 e ss.

Essa mecânica atuava sobre os preços do sistema produtivo, que Robertson não supunha estar empregando pelamente seus recursos em virtude do caráter cíclico do investimento. E esse caráter cíclico vinculava-se fortemente a fatores psicológicos e institucionais. Assim, em Robertson a instabilidade dos preços aparece vinculada a descontinuidades no movimento da economia. E essa descontinuidade vinculava-se em última análise às condições desiguais de decisão e negociação entre empresários e trabalhadores.⁽¹⁾ Dessa forma, Robertson chamou a atenção para a distinção entre decisões de investimento (empresariais) e poupança (que sob várias formas surgia no sistema (econômico), distinção a partir da qual Keynes organizaria suas concepções no Treatise on Money.⁽²⁾

Mas o dinheiro não estava completamente integrado no sistema de Robertson, que afinal dependia sempre da alusão a fatores "reais" e da busca das modificações nas condições de produtividade. No caso de Robertson talvez fosse mais adequado falar de ciclicidade, ao invés de descontinuidade.

(1) cf. Seligman, 1967, p. 605.

(2) Schumpeter (1982, p. 1 210, nota 86) chama a atenção para a relação entre o conceito de carência automática ("poupança forçada" ou "involuntária") e o processo de criação de crédito, alertando para a utilidade de uma noção que foi desdenhada pelos economistas Keynesianos. "Como dizia Ricardo, as operações bancárias não podem criar "capital" (meios de produção físicos) (...). Agora, sempre que o gasto financiado com os depósitos criados pelos bancos eleva os preços, ou seja, em condições de pleno emprego (e outros casos) impõe-se um sacrifício no consumo de pessoas cuja renda não cresceu na mesma proporção (...)". Assim, pode-se metaforicamente chamar esse processo de "poupança forçada".

Mas o que é um "movimento descontínuo"? É um "movimento que não segue um padrão único, que obedece a ritmos sucessivamente diferenciados, em suma, é um processo sequencial sem um padrão único de cronometragem. As várias distinções introduzidas refletem a dificuldade de descrever um processo que se efetiva com velocidades diferentes. Ora, falar de velocidades diferentes é o mesmo que admitir a existência de uma pluralidade de ritmos no interior de um mesmo processo (no caso, o processo de produção e acumulação de riqueza mediado pelo dinheiro). Essa pluralidade de ritmos era detectada, na análise de Robertson, através de diferentes tipos de "poupança", i. e., diferentes formas e motivos para esperar o surgimento de produtos no futuro ao invés de procurar consumir bens no presente.

Para tornar inteligível essa pluralidade de ritmos a partir da qual se constitui a atividade econômica, faltava encontrar uma forma adequada de integrar o dinheiro à análise, pois o dinheiro é por excelência o instrumento que põe em contacto as diversas atividades com seus ritmos diferenciados. Para sublinhar esse papel "mediador" do dinheiro deve-se abrir mão de identificá-lo a algum metal, subordinando sua oferta às vicissitudes de uma atividade produtiva específica. Esse é o passo que estava sendo dado pela escola de Cambridge, e Robertson (como Keynes) partia também de uma definição em que o dinheiro é aceito em pagamento de bens ou créditos. Em suma, o dinheiro existe como representação de poder aquisitivo. Resta saber como as oscilações do poder aquisitivo relacionam-se com alterações no nível de atividade, sem que se estabeleça diretamente a relação entre valor e estoque ofertado de moeda.

Entre os dois, podem surgir fatores psicológicos e institucionais, pois o dinheiro é justamente o objeto em que essas dimensões se cruzam. Mas a análise das alterações na poupança (fonte da acumulação de capital) atra-

que sugere a importância do exercício do poder nas questões humanas,

Robertson abria o capítulo sobre o valor do dinheiro, em seu clássico manual, Podemos considerá-lo como modelo do típico esforço realizado em Cambridge nos anos 10 e 20 no sentido de escapar das convenções da ortodoxia neo-clássica. Resumindo, essa luta para escapar se caracterizava pelos seguintes tópicos principais:

- 1) qualificar a teoria quantitativa da moeda, intermediações entre variações no estoque de moeda e nos níveis de preços (exemplos de mediação: o processo de produção e investimento com sua temporalidade específica, hábitos diferenciados nas decisões e trabalhadores quanto ao uso do dinheiro);
- 2) ainda que aceitando a teoria quantitativa como válida no "longo prazo" (tendência natural do sistema econômico), direcionar a análise para desvios, perturbações temporários, acidentes, expectativas, ciclos etc. (1)

(1) O que não deve ser imediatamente confundido com a elaboração de uma teoria do "curto prazo", mas associado a um processo de constituição de uma nova visão do capitalismo e de sua temporalidade.

vés de variações no poder de compra ainda não iam ao ponto de identificar a origem de poder de compra, de tal sorte que em sua teoria é a poupança que aparece como condição do processo de alteração e redistribuição dos recursos da comunidade. Ou seja, no centro do seu conceito de espera está ainda a velha noção de "abstinência", do século XIX. A acumulação acaba aparecendo como um resultado passivo da atividade econômica e não como um princípio ativo. Supor que todos poupam para "garantir" o futuro acaba por retirar da acumulação de riqueza o seu caráter de processo social, levada a efeito por uma classe que nada tem a ver com a abstinência⁽¹⁾. Na sociedade capitalista, acumula quem pode gastar mais (classes mais ricas e sociedades anônimas) e quem não espera por nada. Mas talvez justamente por não confiar tanto na concentração de poder em alguma classe - crença que tem como corolário a proposta de que, havendo um responsável, há uma pena adequada - Robertson absteve-se de defender, como faria Keynes, a ação do Estado na execução de políticas anti-cíclicas⁽²⁾. No fundo, um maior ceticismo, um diagnóstico a tal ponto estrutural do ciclo que as medidas políticas pareciam mero paliativo.⁽³⁾ Um conflito não resolvido, em sua obra, entre descobrir o significado dos processos econômicos e as possibilidades abertas à ação transformadora:

"Quando eu uso uma palavra - disse Humpty Dumpty em tom burlesco - esta significa, nem mais nem menos, o que eu decido que signifique.

A questão está em saber - disse Alice - se podes fazer com que as palavras signifiquem coisas distintas.

A questão está em saber - disse Humpty Dumpty - quem manda. Isso é tudo".

Com essa citação, de "Alice através do Espelho",

(1) cf. Seligman, 1967, p. 609.

(2) Robertson, 1961, p. 114 e ss.

(3) Onde, finalmente, os lados "real" e "monetário" permanecem alheios entre si.

II. SIGNIFICADO GERAL DO "TREATISE ON MONEY"

O "Treatise on Money" foi publicado pela primeira vez em outubro de 1930, após sete anos de trabalho. O objetivo do livro era assim descrito no Prefácio do autor:

"Meu objetivo foi o de encontrar um método que é útil em descrever, não apenas as características do equilíbrio estático, mas também as do desequilíbrio, e descobrir as leis dinâmicas que governam a passagem de um sistema monetário de uma posição de equilíbrio a outra". (CW, p. XVIII)⁽¹⁾

A redação do livro já fazia parte da luta para escapar das idéias tradicionais e o próprio autor afirma a heterogeneidade do conteúdo no Prefácio. Entretanto, e independentemente dos resultados que se julgue efetivamente atingidos pelo livro, o seu propósito frente à teoria marshalliana era claramente explicitado:

"Está a teoria monetária agora preparada para dar o passo adiante crítico que há de colocá-la em contato efetivo com o mundo real? (...) Infelizmente Marshall, na sua ansiedade por levar a teoria econômica ao ponto onde ela retoma contato com o mundo real, esteve algumas vezes um tanto disposto a camuflar o caráter essencialmente estático de sua teoria do equilíbrio com muitos sábios e penetrantes "obiter dicta" sobre problemas dinâmicos. A distinção entre longo e curto prazo é um primeiro passo em direção à teoria de um sistema em movimento. Mas agora finalmente estamos, creio, na fronteira de um novo pas-

(1) Quanto ao significado mais amplo da transição entre equilíbrios para Keynes, vide supra, cap. 1

so adiante, que se dado com sucesso, aumentará enormemente a aplicabilidade da teoria à prática - a saber, um avanço no entendimento do comportamento detalhado de uma economia que não está em equilíbrio estático. Esse Tratado, em contraste com muito do mais antigo trabalho em teoria monetária, pretende ser uma contribuição a essa nova fase da ciência econômica". (CW VI, p. 406-7)

Enquanto permaneceu isolada, a teoria monetária teve como objeto exclusivo o problema da determinação do poder de compra do dinheiro. Qual a relação entre esse "poder" e outros mecanismos do mundo econômico "real"? É crucial reparar que essa questão coloca o problema da relação do dinheiro com o mundo real, isto é, o problema da integração do dinheiro na análise econômica e não apenas a "passagem" de um estudo do "lado monetário" para o "lado real" da economia⁽¹⁾. Além disso, a literatura sobre bancos e finanças é tão isolada, dentro da literatura sobre moeda e crédito, quanto esta última no interior da literatura econômica geral⁽²⁾.

Os passos fundamentais do Treatise no sentido de promover a integração serão a elaboração de uma análise que relaciona tanto o que atualmente se denominaria níveis "micro" e "macro" quanto os fenômenos reais e monetários numa economia em que a incerteza é determinante⁽³⁾. Ainda assim, é uma obra que mantém a linha de continuidade na transformação da teoria quantitativa em teoria "qualitativa". Keynes ali se preocupava em determinar o mecanismo dinâmico através do qual a teoria quantitativa pode ser usada como instrumento descritivo de um período distinto do "longo prazo".

(1) Essa dicotomia entre o "monetário" e o "real", cuja superação faz parte do esforço teórico de Keynes, foi reabilitada pela assim chamada "síntese neo-clássica".

(2) Schumpeter, 1982, p. 1.205.

(3) cf. Kregel, 1975, p. 7.

No longo prazo, afirma a teoria quantitativa, o dinheiro é neutro, isto é, não afeta as variáveis "reais" do sistema econômico.

Mas ainda que o Treatise continue centrado no exame das relações entre dinheiro e níveis de preços, a mediação que lhes é interposta constitui-se a partir das relações entre o mundo industrial e financeiro. Na medida em que essas relações estabelecem um contexto de incerteza, é dado um passo fundamental em direção a uma teoria do produto e do emprego (e não apenas do "dinheiro" isoladamente)⁽¹⁾. É a análise dos fatores que levam a uma discrepância entre investimento e poupança. Essa discrepância implica uma dinâmica de variação de preços e, subsequentemente, no produto⁽²⁾. Mesmo que no centro do Treatise, como no Tract, esteja a questão da estabilidade dos preços, a dissecação feita por Keynes dos determinantes do poder de compra acaba levando-o à identificação dos principais poderes de uma economia capitalista. E além disso, permite-lhe afirmar a influência que se exerce através desses poderes, sobre os comportamentos inter-temporais.

Vem do Treatise a metáfora do caleidoscópio, adaptada por Shackle para esclarecer o caráter do investimento no capitalismo⁽³⁾. Afastando-se da clássica visão mecanicista dos efeitos do dinheiro sobre os preços, Keynes afirma:

"Não devemos (...) argumentar que uma expansão monetária influencia os preços relativos da mesma maneira como a translação da terra no espaço afeta a posição relativa dos objetos em sua superfície. O efeito do movimento do caleidoscópio sobre as peças coloridas de vidro no seu interior é quase uma metáfora melhor para a influência de

(1) Nesse sentido vão as afirmações de Davidson, 1972, capítulo 2.

(2) Davidson, 1972, p. 27.

(3) cf. p.ex., Shackle, 1974.

mutações monetárias sobre os níveis de preços".

Dessa forma Keynes procurava mostrar que mesmo a volta a um novo equilíbrio representa a obtenção de um "equilíbrio" quantitativamente diferente. Pois a noção de "equilíbrio" não está aí associada a um mundo de agentes racionais cujo poder distribui-se uniformemente. Keynes desenvolverá, no Treatise, uma visão da sociedade de classes na linha do Tract, onde as variações de preços distribuem-se de forma desigual porque o poder na sociedade é desigualmente distribuído entre as "classes de compradores".⁽¹⁾ Aqui já aparecerá uma análise mais detalhada, onde os principais poderes são: o estadual, o bancário, o empresarial e o trabalhista.⁽²⁾ Essa desigualdade no processo de difusão das perturbações monetárias manifestasse essencialmente como diferenciação interna ao ritmo de difusão e, portanto, ao tempo relativo de di fusão das perturbações pela sociedade. E foi com base nesse argumento que a noção de um nível geral de preços foi explicitamente recusada por Keynes. (Cf. caps. 5, 6 e 7 do Treatise). Em sua opinião, trata-se apenas de mais um dos muitos "conceitos econômicos quase-matemáticos" que se julgou, no passado, conveniente construir (por analogia com as ciências físicas). CW V, p.78).

O Treatise é um "clássico", ou seja, um livro que ninguém mais procura ler. Muitas razões contribuíram para o insucesso de público, a começar pela acirrada crítica que os conceitos centrais receberam já em Cambridge. É comum opinarem que o Treatise ainda advoga as excelências da política monetária, algo que se tornou ínfimo diante das recomen

(1) Isto é classes distintas segundo o tipo de gasto que são capazes de efetivar. CW V, p.82.

(2) Nesse sentido argumenta, a partir da "Teoria Geral", Barrère, 1979, p. 142-7. Em 1924 ocorreu a primeira greve geral do sindicalismo inglês.

dações posteriores de política fiscal e gasto público feitas por Keynes. Harrod (1958, p. 475) lembra que, já no Treatise, aparecia a proposta de gastos públicos, como, aliás, ocorria no discurso de Keynes desde os anos 20. Mas Keynes no Treatise procura esclarecer as condições financeiras para o exercício dessa política.

"Finalmente, há uma arma de reserva pela qual um país pode parcialmente refazer-se quando o desequilíbrio internacional envolve-o em severo desemprego.⁽¹⁾ Em tal situação, operações de mercado aberto pelo Banco Central visando a baixar a taxa de juros de mercado e estimular o investimento podem, por desventura, estimular a tomada externa de empréstimos e provocar um fluxo para fora de ouro em escala superior à suportável. Em tal caso não basta a Autoridade Central estar pronta para emprestar — pois o dinheiro pode ir parar em mãos erradas — ela deve estar pronta a tomar empréstimos. Em outras palavras, o Governo deve por si mesmo promover um programa de investimento doméstico. (...) Assim o resultado desejado só pode ser obtido por algum método através do qual o Governo subsidie tipos aprovados de investimentos ou por si mesmo dirija esquemas domésticos de desenvolvimento de capital". (CW VI, p. 337).

Novamente, constata-se que estava sendo superada a dicotomia entre a análise de fenômenos reais e monetários. Pois a análise real seria aquela que partisse do "princípio de que todos os fenômenos essenciais da vida econômica são suscetíveis de definição à base de bens e serviços, decisões sobre eles e relações entre eles ... o dinheiro aparecendo como expediente técnico para facilitar as transações, mas neutro numa economia que opera como se

(1) Keynes usou o instrumental de Treatise para estudos de economias abertas.

fosse de troca simples".⁽¹⁾

Essa neutralidade da moeda é um pressuposto ardiloso para o próprio tratamento do tempo na análise "quantitativa". Pois o "longo prazo" acaba sem ter outra definição a não ser a de corresponder ao "tempo no fim do qual a moeda é neutra". Em suma, a neutralidade do dinheiro é um princípio sem o qual a racionalidade dos agentes (sua capacidade de agir conseqüentemente, isto é, com a máxima responsabilidade pelo que acontece depois de suas decisões ou no futuro) fica comprometida". Uma vez que os sujeitos econômicos conhecem o sistema no qual eles agem, podem antecipar perfeitamente todas as relações que têm um caráter sistemático. Eles vivem portanto em um eterno presente com exceção dos choques aleatórios que trazem novamente importância ao dinheiro"⁽²⁾ Ainda assim, mesmo que nos afastemos dessa visão do dinheiro neutro, é preciso não esquecer que muito da funcionalidade do dinheiro está na sua capacidade de dar aos agentes a ilusão de racionalidade e, se não previsão, ao menos habilidade para não assumir projetos excessivamente arriscados e incertos. Portanto, por mais absurdo que isso possa parecer, o dinheiro permite a muitos (e, às vezes, a certas classes sociais) viverem como se estivessem em um eterno presente.

No "eterno presente" as mediações entre coisas e pessoas podem se resolver em relações contemporâneas, isto é, em articulações sincrônicas entre os termos equiprováveis de um conjunto finito. Daí que na análise real os preços em dinheiro são substituídos por relações de troca entre mercadorias, a formação de rendas é traduzida em troca de trabalho por meios físicos de subsistência e a poupança e o investimento são interpretados como poupança de fatores reais de produção e sua conversão em bens de capital reais (edifícios, máquinas, matérias primas).

(1) Schumpeter, 1982, p.323 e ss.

(2) Aglietta, 1982, p.13.

Em outras palavras, os fenômenos ligados a algum tipo de "mercado" são traduzidos em estruturas cuja rigidez (e portanto indestruibilidade) é derivada do uso de alguma variante de conceitos como escala de produção, domínio microeconômico do espaço mercantil através do volume de produção e vendas, ou técnicas cristalizadas em algum conjunto de forças produtivas. Isto é, o "capital" é traduzido em entidades que retiram seu poder (de mercado) da natureza física da produção e sua correspondente aparência de indestrutibilidade e permanência.

O ápice do desenvolvimento desse tipo de análise foi o debate dos anos 60 sobre o capital, no centro do qual estava a mesma Cambridge onde Keynes inaugurara a integração entre análises "real" e "monetária".⁽¹⁾ A questão fundamental do debate, colocada por Joan Robinson e diante da qual Paul Samuelson acabou quase capitulando, pode ser expressa nos seguintes termos: uma "quantidade" de capital é uma lista de máquinas, estoques de materiais e meios de subsistência ou representa uma soma de dinheiro cujo poder de compra sobre recursos investíveis depende de taxas salariais e financeiras? Ora, a investigação de Keynes no Treatise busca esclarecer as raízes dessa capacidade representativa do dinheiro.⁽²⁾

Pois a análise monetária não considera o dinheiro neutro e procura identificar como a sua existência afeta

(1) Cf. Harcourt, 1972.

(2) Seria entretanto apressado identificar apenas as teorias neo-clássicas do equilíbrio a essa interpretação "materialista" do conceito de capital. Muito do que se pretende atualmente legítima "teoria dinâmica" reproduz o mesmo preconceito característico daqueles modelos estáticos. Pense-se nas inúmeras reduções da história econômica à história da tecnologia com os célebres "ciclos longos" ou mesmo em modelos dinâmicos centrados na noção de "estrutura de mercado", caracterizada por barreiras tecnológicas, de escala ou mercantis à "entrada e saída".

o curso "real" tanto em épocas "normais" quanto em períodos de transição, rejeitando o modelo de uma economia de troca. No dizer de Schumpeter, "os traços essenciais do processo capitalista podem depender do véu monetário" e "o rosto que se oculta por trás do véu é incompleto sem o próprio véu". Mas a análise monetária convencional é uma macroanálise (termo usado por Ragnar Frisch) ou uma análise agregativa.

Keynes introduzirá a heterogeneidade nos agregados monetários que na análise convencional são homogêneos. Assim aparece em primeiro plano a descoberta da qualidade daquilo que é monetário (que deixa de se reduzir a "aquilo que pode ser convertido em ouro", por exemplo) e portanto a análise da especificidade das formas de organização monetária.⁽¹⁾ Só escapando ao "fantasma da homogeneidade" um tal modo de análise torna-se possível.⁽²⁾ Keynes, atento à realidade concreta do capitalismo, operará uma torção no método neo-clássico para poder apreender e transmitir um conteúdo crítico, não reducionista.

O problema econômico fundamental cuja explicação é apresentada no Treatise é o das crises cíclicas. Keynes não apresenta nenhuma teoria causal do mecanismo cíclico, mas a partir dos fenômenos monetários e financeiros esclarece porque as flutuações nos preços e na produção capitalista podem ser catalizadas numa crise. Isso é possível porque os efeitos desordenadores de deterioração do poder de compra difundem-se pela sociedade desigualmente não em função de qualquer "rigidez" monetária localizada (essa era a explicação de Wicksell) mas porque a dinâmica econômica só é contínua enquanto é possível harmonizar os poderes do mundo empresarial e do mundo financeiro. Como aconteceria com a Teoria Geral, muitas dessas mensagens só ficariam claras ao longo dos debates que

(1) Aglietta, 1982, p.15.

(2) Idem, p.31.

sucederam-se à publicação do Treatise.

Mesmo a recepção atual do Treatise continua lacônica, Schumpeter, que saudou por carta efusivamente a aparição do livro, ⁽¹⁾ acabou tratando-o como obra confusa e são poucas as linhas que ele dedica à obra na sua História da Análise Econômica. Minsky ignora-o totalmente, após aceitar que foi uma contribuição interessante à taxonomia das instituições financeiras. Outros autores ⁽²⁾ concentram-se exclusivamente nas "equações fundamentais" ou outros aspectos parciais, quando muito incorporando elementos da análise dos mecanismos financeiros ao "aparato" da Teoria Geral. Raros juízos favoráveis e mais abrangentes são encontráveis nos escritos de Harrod e Joan Robinson. Entretanto, ocorre que a heterodoxia do Treatise é de difícil compreensão, justamente por se encontrar, mais que a Teoria Geral, a meio caminho entre o pensamento tradicional e a tentativa de diagnosticar diretamente os processos da dinâmica capitalista. A Teoria Geral, que por inúmeras razões é geralmente interpretada segundo a perspectiva estática (ou, no máximo, de estática comparativa), foi mais rápida e facilmente "fagocitada" pelo pensamento conservador. ⁽³⁾

III - DEFINIÇÕES

A "complexa taxonomia" de Keynes, mesmo sendo menos prolífica que a de Robertson, envolve também uma ampliação do conceito tradicional do dinheiro e de suas relações com a economia. O propósito dessa seção continua sendo, como ao longo de todo o texto, muito mais ressaltar aspectos da elaboração de Keynes mais estreitamente vinculados ao tratamento do tempo do que retratar fiel ou completamente a obra

(1) Cf. CW XIII, p.176 e p.201.

(2) Davidson (1972), Patinkin (1977), Hicks (1967), Leijonhufvud (1979)

(3) Tal juízo é emitido com maior brilho por Graziani (1981)

original. Mas no caso das definições, se o vínculo com a integração do tempo parece à primeira vista indireto, é crucial estender-se um pouco mais. O conjunto de definições divide-se em dois conjuntos básicos: quanto à natureza do dinheiro e preparatórias às equações fundamentais.

1 - DINHEIRO

Dinheiro de Conta:- O dinheiro como unidade de conta ("money of account") é o dinheiro em que dívidas, preços e poder de compra em geral são expressos. É o conceito primário de uma teoria do dinheiro. Mas o próprio Keynes, no célebre artigo de 1937 no "Quarterly Journal of Economics", declara que "atuando como unidade monetária de conta o dinheiro facilita a troca sem que tenha necessariamente que vir à cena como objeto substantivo; nesse sentido é algo conveniente mas sem significado ou influência real".⁽¹⁾ O que é distintivo na definição do Treatise é sua ênfase no fato de que uma unidade de conta só pode existir na medida em que se constroem dívidas, isto é, contratos de pagamentos diferido. Muitas coisas podem ser usadas como dinheiro num ato de troca, mas só quando esses "dinheiros" têm como referência uma unidade em nome da qual aceita-se esperar por pagamentos futuros é que surge o dinheiro com pleno sentido.

Essa relação do dinheiro com a existência de dívidas leva-nos diretamente ao Estado, que é a instituição sustentadora de leis e costumes, isto é, a instituição que em última instância regula a reprodução da instituição monetária ao longo do tempo, sem o que o dinheiro perde a fundamental característica da continuidade.⁽²⁾

(1) CNXIV, p.115...

(2) Pode ocorrer "uma catástrofe em que todos os contratos existentes são simultaneamente cancelados". Mas cabe ao Estado regular ao limite as condições para a continuidade do dinheiro no tempo. Eis aí o germe da proposta de política monetária ativa e anti-cíclica.

Dinheiro Bancário:- Uma vez que a existência do próprio dinheiro associa-se à criação de contratos e dívidas, está aberto o caminho para a descoberta de que "para muitos propósitos os reconhecimentos de dívidas são em si mesmos um substituto útil para o dinheiro no estabelecimento de transações". Quando tais dívidas são assim usadas, chamam-se dinheiro bancário. Assim convivem lado a lado, o dinheiro estatal e o dinheiro bancário (ou reconhecimento de dívidas). Trata-se dos próprios depósitos bancários privados.

Dinheiro Representativo:- Surge quando o Estado transforma algum tipo de dívidas em dívida pública que a partir de então passa a operar como instrumento de contratação. (1) Keynes define ainda como dinheiro representativo o dinheiro "fiat" e "administrado". Por "fiat money" entende-se qualquer objeto cujo valor monetário nada tem a ver com o valor do material de que é feito o objeto (p.ex. as moedas modernas e o papel-moeda). O dinheiro "administrado" é semelhante ao "fiat", mas corresponde a um instrumento cujo valor e emissão são facilmente manipuláveis pelo Estado, em geral por referência a algum padrão objetivo. O dinheiro estatal pode também assumir a forma-mercadoria, quando sua oferta é governada pela escassez e custo de produção.

Dinheiro Corrente:- É o agregado de dinheiro estatal e dinheiro bancário. Esse agregado é retido por vários agentes (cf. a "árvore genealógica" no Anexo I).

Dinheiro e depósitos bancários são, pois, co-extensivos e qualquer dívida pode ser considerada como poder de compra diferido (por quanto tempo é matéria totalmente arbitrária). (2)

(1) É comum, p.ex., firmarem-se contratos em termos de títulos públicos, como as ORTN.

(2) Cf. CW VII, p. 167.

Keynes passa então à demonstração de que os bancos possuem o poder de ativamente criar depósitos, emprestando e investindo. Criar "depósitos" significa para o banco operar com um raio de manobra o mecanismo de criar direitos a dinheiro contra si mesmo. Como a experiência histórica ensinou aos banqueiros que "raramente" esses direitos são todos exigidos simultaneamente, os bancos podem ampliar ativamente depósitos superiores às suas reservas efetivas. É na descrição desse mecanismo que aparece a primeira referência no Treatise ao processo de formação de expectativas, pois

"(...) o comportamento de cada banco, ainda que não possa adiantar-se muito ao dos outros ⁽¹⁾, será governado pelo comportamento médio dos bancos em seu conjunto (...) cada banqueiro (...) pode considerar-se o instrumento passivo de forças exteriores sobre as quais não tem controle; mas essas "forças externas" podem nada mais ser que ele mesmo e seus sócios, e certamente não serão os depositantes." (CW V, p.23).

Esse é o típico processo de formação de expectativas, onde cada agente procura moldar o seu comportamento de acordo com uma avaliação do comportamento médio (como na metáfora da Teoria Geral: procura votar no candidato que acredita vai ser mais votado pelos outros). Dessa forma a criação de crédito é um processo que, mesmo sendo vinculado à ampliação no tempo de poder de compra, é "cego para o futuro", pois tem como base apenas a avaliação do comportamento médio no presente. Se todos agem assim, ninguém pensa no futuro.

"Um sistema monetário desse tipo possui uma instabilidade inerente, pois qualquer evento que tendesse a influenciar o comportamento da maioria dos bancos na mesma direção, progressiva ou

(1) Na criação ativa de depósitos.

regressivamente, não encontraria qualquer resistência e seria capaz de instaurar um movimento violento de todo o sistema." (CWV, p.23).

Naturalmente isso "raramente" acontece... Mais importante do que a constatação da instável capacidade de potenciação das próprias reservas pelos bancos, mecanismo aliás exposto em qualquer manual, é a descrição do comportamento típico dos banqueiros. Esse comportamento e o tipo de vínculo que ele estabelece com o "presente" será objeto de ulteriores comentários.⁽¹⁾

Tipos de Depósitos:- No capítulo 3 do Treatise Keynes começa uma análise que antecipa em alguns aspectos a análise dos motivos que governam a retenção de dinheiro típico da Teoria Geral. A classificação dos tipos de depósitos tem como princípio a incerteza. Pois

"Seja longo ou curto, geralmente há algum intervalo entre a remuneração e o gasto de um indivíduo. Além disso, ele não sabe sempre prever a data precisa de um ou outro. Deve, então, reter um estoque de dinheiro, ou um comando imediato sobre dinheiro na forma de depósito bancário, para cobrir os intervalos de tempo entre receitas e gastos e para se precaver contra contingências" (C W V, p.30-1).

Tais depósitos são denominados depósitos de renda ("income deposits"). Assim como no caso dos gastos pessoais, também

"No caso do gasto empresarial, a data precisa à qual dever-se-á cumprir obrigações não pode ser sempre prevista". (idem).

(1) Cf. CWV, p.26, onde é reafirmada a dificuldade de "restringir a instabilidade inerente ao sistema" na medida em que o ritmo de expansão dos bancos tem como base essa criação ativa de depósitos.

Essa reserva de contingência é denominada depósito empresarial ("business deposit"). O conjunto desses depósitos recebe o nome de depósito de caixa ("cash deposits").

Um terceiro tipo de depósito é discriminado por Keynes: os depósitos de poupança ("Savings deposits"). A opção por esse tipo de depósito já revela algum tipo de avaliação sobre o futuro que é compensada pela taxa de juros oferecida pelo banco, ou então o indivíduo pode julgar que outras aplicações no decorrer do tempo serão menos rentáveis monetariamente, etc. O critério é ser um depósito que não é requisitado para pagamentos correntes. Aqui já aparecem as raízes da futura teoria da "Preferência pela Liquidez".

2 - CIRCULAÇÃO INDUSTRIAL E CIRCULAÇÃO FINANCEIRA

A partir dessas definições Keynes caracteriza dois tipos distintos de fluxos monetários:

- a) depósitos empresariais retidos com o propósito de fazer face às funções produtivas - pagamentos ou fatores de produção⁽¹⁾ e materiais usados no estágio corrente ou no que vai se iniciar - constituem a Circulação Industrial, governada pela produção corrente;
- b) transações especulativas em bens de capital ou mercadorias⁽²⁾ e transações financeiras (com títulos públicos ou mudanças nas formas de aplicação) são tipos de transações que não são governadas pela produção corrente, e em conjunto com os depósitos de poupança constituem a Circulação Financeira.

(1) Esses pagamentos constituirão os "depósitos de renda" ("income deposits"). Esses depósitos de renda são dotados de maior estabilidade que os depósitos empresariais como um todo, do qual são derivados. (CIV, p.40-1).

(2) Lembrar que, para Keynes, a produção capitalista forçosamente mantém uma posição especulativa, pois é constituída de despesas monetárias.

"O ritmo com que um círculo de financistas, especuladores e investidores transferem-se mutuamente porções de riqueza, ou títulos dando direitos a tais porções, que eles não estão nem produzindo nem consumindo, mas meramente intercambiando - não tem qualquer relação definida com a taxa de produção corrente. O volume de tais transações é sujeito a flutuações muito amplas e incalculáveis, facilmente duplicam de um momento para outro na dependência de fatores como o estado de sentimento especulativo - e ainda que possivelmente seja estimulado pela atividade e deprimido pela inatividade da produção, suas flutuações são bastante diferentes em grau daquelas da produção. Além do que, o nível de preços dos bens de capital assim negociados pode variar de modo bem distinto daquele dos bens de consumo." (CWV, p.42) (grifos meus).

O "estado do sentimento especulativo" é um termo anterior a "expectativas". Assim, além da distinção entre "industrial" e "financeiro" Keynes adota a separação crucial entre determinantes dos preços de bens de capital e bens de consumo. Tudo a partir de uma separação básica: retenção de dinheiro para fins imediatos e correntes ou utilização do dinheiro como ponte para atividades futuras.⁽¹⁾ Mas o futuro, em grande parte definível a partir da circulação financeira, subordina-se ao "estado do sentimento especulativo".

3 - RENDA:

Três expressões são sinônimas no Treatise:
- a renda monetária da comunidade

(1) Sintoma de que a análise convencional "não leva o tempo a sério" é o modelo da economia em "mercados" de bens, títulos, dinheiro e trabalho. A partir dessa classificação, sempre que o tempo for introduzido permanecerá um elemento exterior. Voltaremos a esse ponto cf. Leijonhufvud, 1979, p.221.

- a remuneração dos fatores de produção
- o custo de produção

O traço marcante dessa definição de renda é a ausência dos lucros.

Lucros = (custo de produção do produto corrente) -
(receitas de vendas realizadas).

A definição de renda inclui:

- salários e ordenados
- a remuneração normal dos empresários
- juros e rendas

Os lucros (ou perdas) alteram a riqueza acumulada dos empresários e, portanto, não são incluídos no fluxo de rendimentos correntes. Essa riqueza acumulada constitui um estoque, podendo ou não ser utilizada (quando há perdas, há uma diminuição do estoque). Mas essa distinção entre lucros e renda depende de uma definição prévia de "remuneração normal" dos empresários.

4 - REMUNERAÇÃO NORMAL DOS EMPRESÁRIOS:

A remuneração normal dos empresários é, em qualquer momento, a taxa de remuneração que, se eles entrassem em novas barganhas com todos os fatores de produção que estão sendo remunerados a taxas correntes, não daria aos empresários nenhum motivo para aumentar ou diminuir a sua escala de operações.

Assim, se o resultado das vendas exceder o custo de produção e não houver pressões por melhoria salarial, surgem lucros que estimulam os empresários a expandir a escala de operações, mantidos os custos salariais (i.e., mantida constante a renda).

Poupança:- É o conjunto das diferenças entre a renda monetária dos indivíduos e seu gasto monetário em consumo corrente.

Investimento:- A taxa de investimento é o incremento líquido, durante um período de tempo, do capital da comunidade. O valor do investimento não é o incremento do valor do capital total, mas é o valor do incremento do capital durante um período qualquer.

Valor do investimento corrente = poupança + lucros

Importa observar, nessas definições, que a divisão da sociedade em empresários e assalariados já confere uma característica peculiar à própria explicação que se venha a dar dos processos econômicos. Pois numa tal sociedade, só o rendimento dos empresários é completamente móvel.⁽¹⁾ Os trabalhadores podem decidir quanto gastam a partir de uma renda monetária dada enquanto os empresários, por acumularem riqueza, têm um maior raio de ação em termos de decisões de gasto. Mas os trabalhadores não podem decidir a quantidade de bens de consumo a ser adquirida. Pois tal montante dependerá do nível de preços que encontrarão no mercado (o rendimento dos fatores está fora da circulação financeira e, portanto, completamente desprotegido face ao futuro). Sobretudo, há um limite mais agudo à capacidade de gasto dos trabalhadores: em última análise, a quantidade de bens de consumo que os empresários decidirão produzir. Ou seja, os trabalhadores podem, mas apenas dentro de limites severos, "decidir" quanto gastam.⁽²⁾

Quanto à definição de renda e à distinção entre lucros e remuneração normal dos empresários, trata-se de

(1) O que é bem diferente de afirmar abstratamente que os salários são "rígidos". Esse foi a principal modificação incorporada por Robertson após a publicação do "Banking Policy..." Apesar de formulada "prolixamente, essa hipótese abre caminho antes do que se costuma supor à sintética máxima de que os "trabalhadores gastam o que ganham e os capitalistas ganham o que gastam".

(2) Graziani, 1981, p.216.

uma elaboração a partir da tradição marshalliana. Tratava-se de um conceito, na obra do Marshall, colocado no centro de um conflito insolúvel: "o dilema encontrado por Marshall entre uma análise estática e o panorama dinâmico do mundo vem à superfície na definição de lucros normais. Se uma taxa dada de lucro é o preço de oferta de uma quantidade dada de capital e empresa, então a oferta é constante quando os lucros são normais e se requeriria a aparição de lucros superiores aos normais para que surgisse um incremento no estoque de capital. Mas se a acumulação vai se efetuando, os "lucros normais" devem significar o nível de lucros que permite uma taxa normal de acumulação. Esse conflito não está resolvido em parte alguma". (1)

O dilema, que reaparece transformando, no Treatise, é basicamente o dilema entre analisar variações de preços (portanto, dado o produto) que acabam determinando variações no volume de produção (e, portanto, no volume gerado de renda). Mas se se pressupunha um dado produto, como supor que ele e a renda se alteram? A solução imediata fornecida por Keynes foi a de não considerar como parte da renda os lucros surgidos com a variação de preços. Mas esses lucros, podendo ser acumulados, afetam as decisões de gasto dos períodos subsequentes! Assim, Keynes necessariamente constrói uma visão dinâmica da economia, na medida em que decisões de um período estão vinculadas a outros períodos.

Mas a análise fica incompleta, pois se há variação no produto em períodos subsequentes, a análise deveria transformar-se em análise da flutuação da produção e do emprego, enquanto no Treatise o instrumento analítico descreve apenas esse efeito inicial de variação de preços.

(1) Robinson, 1974, p.308. Cf., acima a discussão sobre "Raízes Marshallianas". O normal como tendência de longo prazo pode, entretanto, ser interpretado como "expectativas de longo prazo".

O importante é que, uma vez dado esse passo, o dilema apontado por Joan Robinson deixa de existir pela destruição de um de seus termos, pois já não há como falar de "acumulação normal". Quando surgem lucros, a alteração decorrente no estoque de capital não está diretamente ligada à produção corrente. Qualquer relação de proporcionalidade entre nível de investimento, crescimento do produto e taxa de acumulação perde o sentido,⁽¹⁾ pois se os lucros estão fora da renda, também não são identificados à "poupança".

Entretanto, mesmo incompleta, o foco da análise agora repousa sobre uma variável cujo comportamento é imprevisível. Os lucros⁽²⁾ não precisam estar a um nível determinado "a priori". A noção de remuneração normal, ainda que seja uma noção que reflete a reiteração de uma decisão no tempo, nem por isso deixa de ter um caráter expectacional, subjetivo. A concepção do que é "normal" aplica-se tanto às condições objetivas quanto às expectativas de magnitudes das variações econômicas enquadradas por essas condições.⁽³⁾ Em última análise, a remuneração normal relaciona-se apenas com expectativas não revisadas de ganho e podem, portanto, ocorrer a qualquer nível de emprego. Nada têm a ver com qualquer imperativo de equilíbrio geral dos mercados. O preço normal e a remuneração a ele associada mantêm muito pouca relação com o preço que seria determinado no movimento cotidiano dos "leilões" de mercado, pois referem-se a uma economia em que os bens são produzidos no tempo, "num sistema que distingue e reconhece presente e futuro, ligando os dois através de contratos denominados 'em dinheiro'".⁽⁴⁾

(1) Ainda assim, as teorias pós-Keynesianas de crescimento buscam "modelar" um padrão de evolução do sistema econômico no tempo a partir dessas relações. Cf. Kregel, 1973. Davidson, 1972, p 131.

(2) "Windfalls", lucros inesperados.

(3) Kregel, 1973, p.37-8

(4) Idem.

O longo prazo não existe. É apenas uma representação, um tipo de decisão que é, entretanto, tomada no "curto prazo". Parafraseando, a longo prazo o longo prazo estará morto.

A identificação entre lucros e rendimentos aparecia já em um texto de 1919. (Keynes, 1963, p.77). Deve-se notar a "forte porém tácita perspectiva expectacional do pensamento de Keynes nessa passagem e em toda a concepção do Treatise. Pois a renda está sendo definida como renda esperada. Está claramente implicado que se os empresários estivessem certos, no início de cada intervalo, de qual seria o resultado das vendas de cada possível quantidade de bens confiada aos consumidores, suas decisões individuais resultariam numa tal quantidade sendo confiada que lhes desse essa remuneração "normal"(...) É a remuneração normal que eles esperam".⁽¹⁾ Shackle faz uma extensão do caráter expectacional dos lucros para a renda, pois se a remuneração normal (que é parte da renda) tem caráter expectacional, então o mesmo se dá com a magnitude de que é parte.

Os lucros, considerados como remuneração inesperada, em última instância impedem qualquer explicação do tipo "hidráulico" para a volta ao equilíbrio no período em que eles ocorrem. Mas é justamente no momento em que Keynes procura reencontrar a outra "parte da transição, isto é um novo equilíbrio, que surge uma análise em termos de supor que o excesso de lucros, voltar-se-ia para o consumo de bens de consumo" (CWV, cap.10, item 11). Shackle entretanto aponta o perigo dessa opção, pois a experiência e o fato registrado de tais lucros são podem ter implicações sobre o gasto dos empresários no futuro. Uma vez que, em um período, surgem os "lucros" inesperados, eles são podem afetar a decisão referente ao período subsequente. Se Keynes dota seus conceitos de caráter expectacional, isto é, são conceitos inerentemente vincu-

(1) Shackle, 1967, p.170.

lados com a passagem do tempo, surge a questão crucial: se o longo prazo é um horizonte expectacional específico, qual a natureza do período de tempo no interior do qual ocorrem os processos analisados pelos conceitos do Treatise?

IV- SOBREINVESTIMENTO

Antes de responder à questão, é necessário passar das definições dos conceitos à análise propriamente dita e que deles faz uso. Faremos esse percurso através de duas etapas: a questão de sobreinvestimento e as equações fundamentais.

A idéia de sobreinvestimento surge em textos onde a análise do Treatise é utilizada para explicar problemas econômicos concretos. Antes portanto de nos envolvermos com as manipulações conceituais "a seco", vale a pena apreender um pouco do contexto em que tais conceitos eram usados.

Em 1913 Keynes escreveu em texto,⁽¹⁾ que teve influência sobre os trabalhos de Robertson, em que é feita uma crítica à Teoria de Fischer do ciclo de crédito, que explicava a irrupção da crise pela súbita percepção pelos banqueiros de que o nível de reservas ao longo do tempo tinha-se reduzido perigosamente, momento a partir do qual repentinamente resolvem cortar o crédito provocando a crise. Esses podem ser muitas vezes os sintomas, escreve Keynes, mas não as causas de uma crise.

A teoria do sobreinvestimento não é considerada correta por Keynes, mas é a que dá significativas "sugestões de idéias úteis". (CW XIII, p.4).

(1) "How far are bankers responsible for the alternations of crisis and depression?" ("Em que medida os banqueiros são responsáveis pelas alternâncias da crise e depressão?"), in CW XIII, p.2-14.

"Alternadamente, diz-se, levados por esperanças excessivas ou retidos por temores exagerados, uma proporção grande demais ou pequena demais das reservas do mundo é fixada na forma de melhorias de capital permanente." (idem)

A partir dessa constatação, são feitas duas sugestões errôneas pois entendem por sobreinvestimento:

- que houve um excesso de investimento no sentido de que se investiu mais capital do que aquele que efetivamente existe;
- que houve um excesso de investimento no sentido de que se investiu além do que seria lucrativo.

A primeira interpretação, tomada literalmente, é impossível. A segunda não é suficientemente amparada pelos fatos.

"Alguns investimentos são feitos bestamente tanto em tempos de "boom" quanto em tempos de depressão. Mas os assim chamados períodos de sobreinvestimento frequentemente ocorrem por uma súbita grande expansão das oportunidades de investimento excepcional lucrativos." (idem)

Keynes então divide os recursos da comunidade durante um período (um ano) em três partes: uma é gasta, outra é poupada e uma terceira é retida pelos indivíduos em suspense, como recursos livres para serem gastos ou poupados de acordo com circunstâncias futuras. Essa parte retida em suspense face ao futuro incerto, diz Keynes, vai para os bancos. Os bancos têm portanto no capitalismo a capacidade de adquirir o poder de determinar quem tem o controle imediato (ou seja, temporário) dos recursos materiais, comandáveis pelos depósitos correspondentes às reservas. Podem transferir o controle desse

poder de gasto segundo critérios próprios. Mas esse poder de gasto só pode ser exercido por dois tipos de pessoas:

- aquelas que estão sustentando (levando adiante) estoques de bens consumíveis ou que usam esses bens em processos que rapidamente geram mais estoques de bens de consumo;
- aquelas que gastam em formação de capital que não vai gerar em qualquer momento próximo bens consumíveis de valor equivalente ao valor do gasto inicial.

Vemos surgir aqui, já com ênfase, a relação entre os setores de bens de consumo e bens de capital expressa em termos de perspectiva temporal: da distância entre o momento do gasto e o momento do consumo.

Os fundos disponíveis para formação de capital têm portanto origem dupla: por um lado aquela parte da riqueza especificamente destinada a isso, e por outro uma parte dos recursos bancários que pode ter esse fim. A partir daí a noção de sobreinvestimento é redefinida por Keynes.

"(...) em cada ano o valor dos bens materiais efetivamente usados para a formação de capital pode exceder ou não o valor deliberadamente poupado, na dependência da maior ou menor magnitude dos avanços realizados pelos bancos para fins de gastos de capital. Eu digo que há uma tendência ao sobreinvestimento (...) quando a proporção dos fundos nas mãos dos banqueiros que acaba se fixando em formação de capital permanente está aumentando." (CW XIII, p.5)

Essa tendência ao sobreinvestimento liga-se diretamente à existência de diferentes percepções do tempo na

sociedade. Em outras palavras, às diferentes exigências de liquidez por parte de "indivíduos" versus "comunidade".

"Pois alguma parte considerável dos fundos deixados com os banqueiros podem ser investidos em formas fixas com perfeita segurança. Enquanto cada indivíduo acha conveniente manter o que tem com os banqueiros sob forma líquida, a comunidade como um todo, baseando-se na lei das médias, pode permitir-se manter sob forma líquida um volume menor que o agregado das exigências individuais." (CW XIII, p.5-6)

Em 1913 Keynes ainda confia na "lei das médias". (1) Mas o ponto importante está no surgimento de uma discrepância entre o que os indivíduos deliberadamente decidem reservar para o futuro e o que os banqueiros decidem adicionar ao fluxo de construção de consumo futuro (formação de capital). Entre o que os indivíduos decidem não consumir e o que os banqueiros decidem (pela comunidade) não ser consumido imediatamente. Dois grupos com exigências de liquidez (e portanto avaliações do futuro) completamente distintas decidem, por um lado quanto é poupado, por outro quanto é investido. Só por casualidade esses dois "quanta" coincidem. (2)

O "boom" representa um excesso de investimento sobre poupança e a depressão em excesso de poupança sobre investimento. Mas nesse momento, é a maquinária bancária que torna possível essa discrepância. E nada garante que os critérios de avaliação de liquidez de empréstimos

(1) O Tratado sobre Probabilidade só foi publicado em 1921.

(2) É uma análise de decisões e reações a decisões ao longo do tempo. Claro que no final do período, ao se fazer a contabilidade nacional, o volume de recursos não empregados coincide com o acréscimo novo ao estoque de riqueza. Isto é, poupança + reservas nos bancos = investimento + dívidas.

dos bancos sejam capazes de evitar esse incremento na taxa de transformações dos recursos livres da comunidade em riqueza permanente fixa, que acaba levando ao sobreinvestimento.

"(...) a distinção entre bons e maus emprestadores nada tem a ver com qualquer distinção baseada no modo pelo qual eles estão usando seus fundos. Um empréstimo pode ser líquido do ponto de vista de um banqueiro individual porque ele sabe que pode conseguir o dinheiro de volta se quiser, embora os rendimentos dele sejam empregados em formas fixas. E pode não ser vantajoso para o banqueiro individual desencorajar empréstimos para um cliente em particular meramente por esse cliente pertence à classe que vai depressa demais para os interesses da comunidade.

Assim é extremamente difícil para um banqueiro saber com certeza quando um período de sobreinvestimento está em progresso, e pode não ser necessariamente vantajoso para o banqueiro desencorajar emprestadores (...) para formação de capital mesmo quando ele sabe que o sobreinvestimento está em curso. Sua ação individual não poderia obstar apreciavelmente o sobreinvestimento, enquanto no meio tempo ele estaria perdendo bons negócios se não emprestasse." (CW XIII, p.7-8)

Em suma (e já aqui estamos a léguas da teoria quantitativa):

"O que precipita uma redução nas facilidades bancárias e portanto a crise não é a falta de dinheiro, i.e., de moedas de ouro, mas a falta de capital em forma livre, não investido. Não é tanto a proporção dos compromissos bancários face às suas reservas, mas o caráter dos compromissos." (CW XIII, p.9).

A diminuição de reservas é apenas um sintoma e não a causa. Tanto é que, caso houvesse uma ampliação na oferta de dinheiro ou um aumento inesperado de caixa isso apenas retardaria a crise.

Antecipando argumentos que ressurgiram transformados muito tempo depois, Keynes afirma que o perigo de sobreinvestimento (positivo ou negativo) torna-se cada vez maior na medida em que se desenvolve o mercado de capitais e as aplicações de curto prazo (CW XIII, p.10). O sobreinvestimento só é "curado" com a crise, isto é, com a depressão nas indústrias de bens de capital. Aí o trabalho de definir o futuro da comunidade deve ser prometicamente recomeçado, uma vez que se percorreu uma trilha inconsistente do ponto de vista social, mas que individualmente parecia boas oportunidades de investimento. O antro de desequilíbrio não é, portanto, qualquer noção apriorística de "excesso" de investimento face a algum padrão absoluto de crescimento, mas é a impossibilidade (aqui atribuída à maquinária bancária) de coordenar o que é uma boa oportunidade para alguns indivíduos com o que é oportuno e necessário socialmente.

Nota-se, além de tudo, que uma idéia inicial fica sempre no fundo: a de "recursos" ou "riqueza" da comunidade. Como já ocorria em Marshall, Keynes não distinguia entre riqueza e renda.⁽¹⁾ A análise depende, também, da hipótese de que esse conjunto de recursos é um estoque dado desde o início. A análise apenas indica de que forma os mecanismos de uma economia monetária (isto é, bancária) administram e distribuem no tempo de tal forma seus recursos que há uma tendência à ruptura da própria continuidade das atividades. Mas a indistinção entre renda e riqueza, e portanto entre estoques e fluxos, deixa na penumbra a questão de qual seria um última análise a causa da discrepância entre poupança e investimento. A crise é possível devido à maquinaria dos bancos, mas isso

(1) Cf. Patinkim, 1976, p.27.

não explica as decisões dos empresários, isto é a lógica do cálculo daqueles que vão tomar os empréstimos nos bancos. Sem esse esclarecimento, a própria noção de "período" (no caso, um ano) é totalmente arbitrária, e fica-se sem saber a partir de que momento foi possível aos empresários acreditarem na maior ou menor existência de oportunidades de lucro. Dada a riqueza, só a determinação arbitrária de um período dá sentido à variação no estoque. E sem a distinção entre riqueza e renda, e dados os recursos da sociedade, o processo continua tendo a aparência de que os bancos são "responsáveis" pela crise e depressão.

"Por um acidente de nossa organização econômica, as demandas flutuantes da indústria por direitos sobre a renda real corrente (ou demanda da indústria por poder de compra), que podem, ao se fornecer salários mais ao trabalho e de outras formas, ser convertidas em processamento de bens, são satisfeitas principalmente através dos bancos. (...) Os bancos não podem, por si mesmos, criar poder de compra real (...) mas enquanto isso é verdade quanto ao volume de poder de compra real que os bancos podem emprestar, já não é verdade quanto ao volume de dinheiro bancário que eles podem emprestar - pelo menos em relação aos bancos como um todo." (CW XIII, p.20) ⁽¹⁾

De qualquer forma, aos poucos fica clara a questão que emerge das sucessivas transformações que a teoria quantitativa sofre nas mãos de Keynes. Trata-se de saber como é possível o surgimento de poder de gasto adicional na sociedade. ⁽²⁾ Partindo da discussão sobre as flutuações nesse poder, aos poucos vemos que a questão relevante refere-se na verdade à descoberta de que classe de com

(1) Trata-se de um excerto do "Sumário da Teoria do autor", rascunho do primeiro capítulo do Treatise, novembro de 1924.

(2) No Treatise, a exclusão dos lucros da definição de renda torna esse poder adicional possível, reconhecendo-se o papel central de uma interpretação expectacional da sua definição de renda, como fez Shackle. cf. também Schmitt, 1972.

pradores, na sociedade capitalista, tem a capacidade de gastar com maior independência, a tal ponto que mesmo dada a riqueza é possível surgir um acréscimo (ou decréscimo) no poder de gasto e portanto de consumo e investimento. O problema de se supor dada a renda e a riqueza é que essa auto-ampliação do gasto redunde em inflação (ou deflação no caso de retração de gasto). Como em 1913 a preocupação era com a crise, esse resultado não aparece claramente. Mas no Treatise ele ressurgiu como consequência natural das "equações fundamentais": variações no poder de gasto implicam oscilações no nível de preços e subseqüentemente na produção corrente. Além disso, no Treatise não serão mais os bancos os "culpados" imediatos da não percepção de que alguns indivíduos estão "indo depressa demais para a sociedade". E, numa carta a Keynes, ⁽¹⁾ o economista e íntimo colaborador R.G. Hawtrey alertava:

"Mas eu acredito que o motivo predominante é o desejo por liquidez, não o desejo de esperar por uma oportunidade de investimento mais favorável. Com os negócios ativos a liquidez poderia traduzir-se em inflação, mas não seria difícil para os bancos evitá-lo se fosse ameaçador."

V - AS EQUAÇÕES FUNDAMENTAIS

1 - DERIVAÇÃO DAS EQUAÇÕES

Ainda que tenhamos apontado os limites da hipótese de "riqueza" dada, há algumas características da visão fornecida pelos conceitos do Treatise que é crucial explicitar para que as "equações" fundamentais tenham seu alcance compreendido.

(1) 7 de outubro de 1928, CW XIII, p.77.

Na medida em que o processo de investimento pode avançar além das opções feitas pela comunidade como um todo em termos de consumo imediato e consumo futuro, rompe-se a conexão da teoria tradicional entre produção e consumo. Essa é a hipótese de base de qualquer sistema completo, no sentido lógico de determinação de preços. Nesses sistemas as equações expressam a hipótese de que a produção se faz pelo consumo, pela absorção dos meios de produção (que são produtos). O problema de sobreinvestimento é basicamente o de criação e destruição de capacidade produtiva independentemente de qualquer relação proporcional entre o que é produzido e o que é consumido. Ou seja, trata-se de um sistema onde não vale a "lei de conservação de energia" - não há nenhuma ligação objetiva ou absoluta entre as mercadorias.⁽¹⁾ Isso porque a moeda, e o fato de produção ser antes de mais nada uma decisão em termos monetários, implica em apostar em algum futuro que nada garante corresponderá ao futuro em que estão apostando outros agentes. Mas até aqui vimos Keynes identificar esse modo da aposta apenas às decisões e comportamento do sistema bancário. De qualquer maneira já se trata de uma ruptura com a visão do sistema econômico como um processo circular que se reproduz intacto ao longo do tempo. A partir daí, Keynes já se situa na linha da teoria moderna que, segundo Sraffa, é uma visão de avenida de mão única.⁽²⁾ Que no caso discutido tem sua irreversibilidade perigosamente acentuada quando a velocidade do tráfego é estimulada pelo poder dos bancos "criarem" riqueza.

As "equações fundamentais" visam a explicar ainda o mesmo fenômeno: a desigualdade no processo de difusão

(1) Tal juízo encontra-se formulado de modo mais detalhado em Schmitt, 1975, p.195.

(2) É claramente no "Tableau Economique" de Quesnay que se encontra a perspectiva original da produção e consumo como um processo circular, o que contrasta fortemente com a visão apresentada pela teoria moderna, de uma avenida de mão única que leva dos "Fatores de Produção" aos "Bens de Consumo". Sraffa., 1960, p.43 cf. Schmitt, 1975. Nada assegura o retorno ao equilíbrio inicial.

das alterações nos níveis de preços. Localiza como fator causal das oscilações no poder de compra, também, a desigualdade entre poupança e investimento. Mas o elo anterior de sobreinvestimento fica por identificar, continua ausente; qual a origem dessa discrepância? No texto de 1913, boa parte da responsabilidade era atribuída aos bancos. Já no Treatise, a fonte de perturbação é o surgimento "ex-abrupto" de lucros, isto é, de remuneração acima da esperada pelos empresários. A existência de tal surpresa constitui o "elemento dinâmico". Mas o que gera tal surpresa? Certamente a obtenção de receitas com vendas superiores aos custos incorridos. Então a surpresa é determinada por um nível de preços de bens de consumo inesperadamente alto (ou baixo). Mas o objetivo das equações é justamente explicar o que determina a oscilação do nível de preços (tanto de bens de consumo como de bens de capital).

Agora, além dos bancos não aparecerem em primeiro plano, Keynes apresenta uma divisão dos recursos da comunidade diferente daquela apresentada no texto de 1913. O fluxo da renda monetária é dividido em:

- partes recebidas como remuneração pela produção de bens de consumo e bens de investimento;
- partes gastas em bens de consumo e poupança.

A origem da discrepância entre poupança e investimento está na desproporção que venha eventualmente a surgir na relação entre:

bens de consumo	←→	consumo
-----		-----
bens de capital		poupança

"(...) a divisão do produto entre investimento e bens de consumo não é necessariamente a mesma que se afetiva na divisão da renda entre poupança e gasto em consumo. Pois trabalhadores são igualmente pagos tanto quando produzem para investimento quanto no caso de produzirem para consumo; mas tendo recebido seus salários. São eles que decidem se vão ou não gastá-lo em consumo. Nesse ínterim, os empresários já decidiram de modo completamente independente em que proporções produzirão as duas categorias de produto". (CWV, p.123)

A independência entre decisões de produzir e decisões de gastar é portanto a causa potencial da desigualdade entre poupança e investimento. Assim, duas são as equações fundamentais: uma relaciona-se ao nível de preços de bens de consumo e a outra ao nível geral de preços ponderado pelo nível de preços de bens de investimento.

Derivação das Equações Fundamentais

- E ... renda monetária da nação
- O ... produção total de bens (em termos de unidades que têm o mesmo custo de produção na data base) no período
- I' ... parte de E recebida pelos fatores que produzem bens de investimento (valor dos investimentos ao custo de produção de bens de consumo)
- E-I' ... custo de produção da produção corrente de bens de consumo
- R ... volume líquido de bens de consumo e serviços fluindo ao mercado e comprado pelos consumidores (fluxo de produção de bens de consumo)
- C ... aumento líquido do investimento
- (O = R + C)
- P ... nível de preços de bens de consumo
- P.R ... gasto corrente em bens de consumo
- S ... poupança
- E-S ... gasto corrente em consumo

$E \cdot \frac{C}{O}$... custo de produção do novo investimento (= I')

Como gasto em consumo = renda - poupança

$$P \cdot R = E - S = \frac{E}{O} (R + C) - S = \frac{E}{O} \cdot R + I' - S$$

$$P = \frac{E}{O} + \frac{I' - S}{R}$$

1ª equação fundamental

Se

W ... taxa de rendimentos

$W1$... taxa de rendimentos por unidade de produto

e ... coeficiente de eficiência

$$e = \frac{W}{W1}$$

$$W1 = \frac{E}{O}$$

portanto,

$$P = W1 + \frac{I' - S}{R}$$

ou,

$$P = \frac{1}{e} \cdot W + \frac{I' - S}{R}$$

Pode-se assim dizer que o nível de preços dos bens de consumo é composto de dois termos: o custo de produção e a relação entre custo dos novos investimentos e volume de poupança corrente. O nível de preços de bens de consumo é completamente independente do nível de preços de bens de investimento (notar que na equação entra o custo do inves-

timento novo, não seu preço). (1)

Ora, pelo menos à primeira vista os determinantes do nível de preços de bens de consumo são variáveis reais. Assim, a causalidade é a seguinte:

desproporção entre a <u>distribuição</u> <u>relativa da</u> produção e da renda entre consumo e investimento	———— investimento ≠ poupança ————	preços ≠ custo unitário de produção (P ≠ W)
--	-----------------------------------	--

Se $I' > S$, os preços aumentam. Se $I' < S$, os preços baixam.

Se essa diferença for positiva ($P > W$) há lucros, ou seja, remuneração inesperada acima do normal. Em suma, se os preços gerarem um resultado de vendas superior aos custos, há lucros. Do ponto de vista individual, são lucros inesperados. Do ponto de vista da comunidade eles têm origem numa desproporção entre bc/bk e consumo/poupança. Mas nessa situação, o produtor individual é estimulado a rever suas decisões. Resta saber qual a estratégia de revisão que está ao seu alcance, uma vez que há uma questão não respondida: como é possível surgir aquela desproporção entre investi-

(1) "A estrutura agregativa da Teoria Geral é uma versão condensada do modelo do Treatise (...) a distinção entre "bens de capital" e "bens de consumo" é essencial — a decisão inicial de Keynes por abandonar o molde da tradição da teoria quantitativa baseou-se principalmente na importância por ele atribuída a variações nos preços relativos desses dois agregados. "Cf. Leijonhufvud, 1979, p.40."

mento e poupança? Já vimos que são dois tipos de decisão independentes e que sã casualmente vêm a coincidir. Mas o que garante a independência das decisões? Só uma análise dos determinantes dessas decisões pode responder a essa questão. Como já está claro que as decisões de poupar dependem da renda (que é considerada como um dado), resta saber o que governa as decisões de investir. A concepção da Treatise repousa sobre essa distinção entre o comportamento poupador dos que recebem renda e as decisões de investir e produzir dos empresários.

A independência das decisões de empresários e trabalhadores (CWV, p. 123) implica na necessidade de outra equação, assumindo como dados bens de investimentos determine o nível geral de preços. A determinação das decisões de produção de bens de investimento vincula-se a fatores que posteriormente analisaremos, pois se o nível de preços de bens de consumo relacionava-se com custos de produção a lógica que explica os preços de bens de investimento é mais estritamente ligada às opções financeiras dos poupadores e do sistema bancário.

Sendo,

P' ... nível de preços dos novos bens de investimento

Π ... nível de preços do produto como todo

$I = P' C$... o valor do incremento de novos bens de investimento (distinto do I' , custo de produção desses bens)

então,

$$\Pi = \frac{P \cdot R + P' C}{0}$$

$$= \frac{(E - S) + I}{0}$$

$\Pi = \frac{E}{0} + \frac{I - S}{0}$

2ª equação fundamental

Aqui a diferença entre investimento e poupança é expressa em valor, enquanto na 1ª equação fundamental ela se expressava em termos de custo de produção.

A equação, analogamente, pode ser escrita

$$II = W1 + \frac{I - S}{0}$$

$$= \frac{1}{e} W + \frac{I - S}{0}$$

O nível médio de preços afastava-se do custo unitário de produção ($W1 = E/0$) em função da diferença entre o valor de mercado dos investimentos e o volume de poupança. Quanto aos lucros,

Q ... lucro total

Q1 ... lucro no setor de bens de consumo

Q2 ... lucro no setor de bens de investimento

$$Q2 = I - I'$$

$$Q1 = I' - S$$

$$Q = Q1 + Q2 = I - S$$

$Q = I - S$

Portanto, assim como em P, o II só se iguala aos custos de produção se o lucro total é nulo.

(Por exemplo, se se elevam P' , eleva-se $Q2$ e daí I' , elevando-se P).

"Essas conclusões são, claramente, óbvias e deviam servir para nos lembrarmos de que todas essas equações são puramente formais, são meras identidades, truismos que não nos dizem nada por si mesmos. Nesse aspecto, lembram todas as outras versões da teoria quantitativa do dinheiro." (CW V, p. 125)

Em suma essas relações só ganham sentido se associamos às identidades um conjunto de conceitos que esclareçam o tipo de causalidade em operação. Raros comentadores percebem o caráter limitado e secundário das equações fundamentais no Treatise.⁽¹⁾

"Nossa conclusão no momento é, em primeiro lugar, que lucros (ou perdas) são um efeito do resto da situação e não uma causa dele.

(...) mas, em segundo lugar, lucros (ou perdas) tendo vindo a existir tornam-se (...) causa do que ocorre subsequentemente; de fato, a força motriz da mudança no sistema econômico existente. Essa é a razão essencial pela qual é vital segregá-los na nossa equação fundamental." (CW V, p. 126) (grifos meus).

Trata-se de uma noção bastante especial de causalidade, pois o que é efeito pode passar a ser causa, desde que nos preocupemos com o que sucede subsequentemente, isto é, desde que nossa percepção temporal amplie-se. Nessa ótica, é certamente impossível ao empresário individual decidir quanto vai lucrar, mas o lucro abre-lhe (assim como as perdas) perspectiva de gasto completamente distintas dos consumidores. Trata-se de um poder de gasto característico dos empresários capitalistas.⁽²⁾ Por outro lado, os lucros apenas surgiram devido à discrepância entre poupança e investimento. Como a poupança depende da renda, resta investigar os determinantes das decisões de investir. Só com investimento os lucros passados tornam-se determinantes das decisões de investir. Só

(1) Uma exceção é Klein, 1947, p. 17

(2) Em outras palavras, é um poder que repousa sobre a possibilidade de formação de expectativas a partir da emergência de lucros. Pois só pode ocorrer mais ou menos diferenças enquanto se define renda excluindo os lucros empresariais. cf. Schmitt, 1972, cap. 3 adiante voltaremos a esse aspecto crucial.

com investimento os lucros passados tornam-se gasto responsável por produção futura.

Pois se a renda é dada, o surgimento de lucros pode apenas afetar as decisões de produção do período seguinte (inclusive de produção de bens de investimento). Se o surgimento de lucros é um desvio do equilíbrio mas a decisão de ampliar ou reduzir a produção só pode se efetivar no período seguinte, de onde vem a força desequilibrante da relação investimento/poupança? Não pode ser, do ponto de vista do período subsequente, um mero resultado da diferença preço/custo, pois ela resulta da própria desproporção que se quer explicar. Se a renda é dada e a revisão das decisões de produzir só pode se dar no período seguinte, de onde vem a força motriz que desnivela o investimento?

A questão é crucial, pois é a brecha através da qual Keynes irá se distanciar da teoria quantitativa tradicional. A moeda afeta os preços, mas através de desajustes entre investimento e poupança cujo resultado são os lucros (ou perdas). Que dimensão monetária seria essencial ao investimento e à poupança, de tal sorte que tornasse intelegível a noção de que esses fatores são causas de desequilíbrios (no caso do Treatise, desequilíbrios entre os níveis de preços e portanto na distribuição do poder de gasto da sociedade)?

Já em Marshall estava a semente para o afastamento da teoria quantitativa tradicional:

"Essa "doutrina quantitativa" é de ajuda até onde vai: mas não indica quais são as "outras coisas" que se deve supor constantes de modo a justificar a proposição — e não explica as causas que governam a rapidez da circulação. É quase um truismo (...)." (Marshall, 1965, p. 48)

O processo causal tem de ser remetido às decisões quanto à apropriação e manutenção de riqueza em forma

monetária pelos indivíduos. No Treatise, afirma Keynes que:

"As formas de teoria quantitativa (...) em que fomos formados (...) são mal adaptadas (para "exibir o processo causal pelo qual o nível de preços é determinado, e o método de transição de uma posição de equilíbrio a outra"). (...) têm a vantagem de destacar os fatores através dos quais o processo causal realmente opera durante um período de mudança." (CW V, p. 120) (grifos meus)

No Treatise, "a criança já tinha nascido mas o cordão umbilical ainda não tinha sido cortado."⁽¹⁾

A dificuldade em responder essa questão no Treatise vincula-se essencialmente à noção de período implícita na definição da equação fundamental. As diversas interpretações que se tem dado às equações fundamentais estão diretamente vinculados à definição de período e, portanto, ao que se entende pela relação entre o tempo e a economia. Pois os lucros só levam a gastos no período seguinte, se no período que acaba de se esgotar (e no qual eles surgiram) o investimento não deixou ainda de se ser uma atividade atraente.

"Esqueça tudo que sabe sobre períodos", disse Keynes certa vez a um aluno.⁽²⁾ Pois os lucros, sendo resultado da atividade de um período, só podem ser compreendidos através da análise do investimento nesse mesmo período que acaba de terminar.

(1) Kahn, 1978, p. 548

(2) Schumpeter, 1982, p. 1 280, nota 28.

2- A questão dos períodos

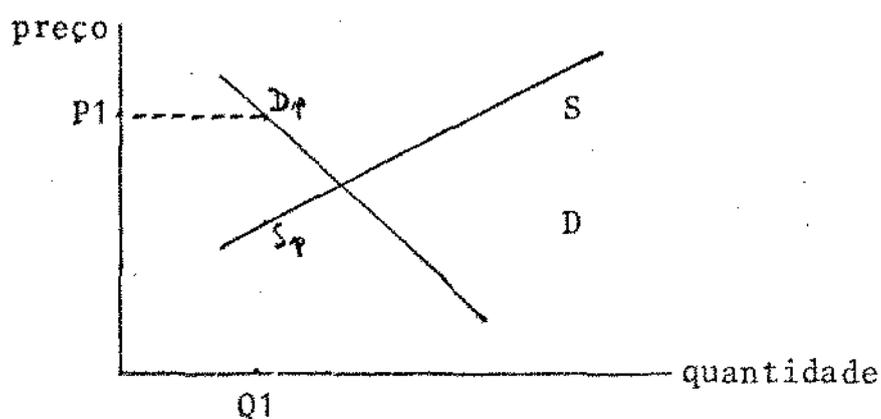
Se a renda da sociedade é a medida monetária da produção em um dado período, a poupança é a diferença entre essa renda e os gastos em consumo e o investimento é o valor monetário do excesso de produção sobre o consumo, então é tautológico afirmar a identidade entre poupança e investimento. Como pode então Keynes definir essas magnitudes a fim de localizar na diferença entre poupança e investimento o fulcro do desequilíbrio?⁽¹⁾

Em outras palavras, qual o sentido das expressões tão usadas por Keynes, tanto nos escritos "populares" quanto no Treatise, "período de mudança" ou "período de transição"?

Davidson (1972) esclarece que essa diferença entre investimento e poupança relaciona-se a um desequilíbrio na medida em que tem-se o "período de mercado" como referência. Adaptando-se a terminologia mashaiana e chamando o preço de demanda por investimento e o preço de oferta por poupança, pode-se então argumentar que quando o investimento excede (ou fica aquém) a poupança, o preço de demanda excede (ou fica aquém) o preço do fluxo de ofertas de curto prazo. Isto é, o preço que torna vantajosa para os empresários a contratação de fatores (o que inclui os lucros normais) para um dado fluxo de produto (Q_1). Assim, no período de mercado, as transações ocorrem ao preço de demanda P_1 (cf. a figura). Isso resulta em lucros inesperados (ou

(1) A formulação da questão com clareza deve-se a Shackle (1967, cap. 13) e (1974, cap. 2)

perdas) se a receita exceder (ou ficar aquém) os requisitos normais de oferta. A mão invisível do mercado então opera induzindo os empresários a expandir (ou contrair) o produto e o emprego. "É a análise dos fatores que levam à discrepância entre os preços de oferta e demanda que leva à mudança dinâmica nos preços e subsequentemente no produto no Treatise". (Davidson, 1972, p. 27)



Dp ... preço de demanda
Sp ... preço de oferta

Mas nessa versão, fica-se novamente no escuro quanto ao papel desempenhado pelo termo "subsequentemente".

Já que se trata da discussão de um processo de alteração do nível de preços, vale então a pena explicitar a questão central do problema de medida de variações de preço: qual o período base a partir do qual se faz a medida.

Patinkin (1976, p. 34) é da opinião que o período de base, explícita ou implicitamente, é uma situação de equilíbrio (no sentido de que há igualdade entre preços e custos unitários tanto no setor de bens de consumo como no de bens de investimento). A medida do produto correto pode ser feita então seja a preços seja a custos de produção de período base. Assim, a mudança no custo de produção com relação ao período-base, nos dois setores, é $\frac{E}{O} = \frac{W}{e} = W1$. Assim, as equações fundamentais

passam a simplesmente enunciar a igualdade entre a variação no nível de preços (com relação ao período base) e a soma da variação nos custos unitários de produção e nos lucros unitários (supostos nulos no período base). Assim como Davidson, Patinkin supõe dado um período. Para Davidson, o período de mercado. Para Patinkin, o período compreendido entre um equilíbrio e outro, sendo que a transição dá-se exclusivamente através de oscilações de preços.

Hicks (1967) também identifica o processo descrito no Treatise a variações nos preços flexíveis do sistema econômico. Novamente as equações fundamentais são assimiladas ao perfeito funcionamento dos mecanismos de mercado com o resultado da restauração do equilíbrio. O desequilíbrio não passa de um desajuste temporário entre preços flexíveis e preços rígidos, mas que ao fim se realinham. Tanto em Patinkin quanto em Hicks o desequilíbrio é reduzido ao equilíbrio através da operação de sistema de preços. Mas para que o modelo do Treatise seja identificado à oscilação apenas dos preços flexíveis, Hicks associa-o ao "ultra-curto-prazo" (1967, p. 200).

Como o Treatise supõe dada a renda, Hicks precisa (para que o equilíbrio tenha seu sentido determinado) identificar quais os preços capazes de se ajustar com rapidez suficiente. Mas a definição do período torna-se totalmente circular: é o tempo que certos preços levam para se ajustar, dada a produção e os salários. Trata-se de uma definição arbitrária na medida em que pressupõe o que se pretende "provar": o equilíbrio como critério de avaliação das variações do sistema. Se é a distância entre posições de equilíbrio que define o período, basta diferenciar os preços em flexíveis e rígidos para se ter vários ti-

pos de período.⁽¹⁾ O tempo torna-se um eixo homogêneo ao longo do qual é sempre o mesmo processo que é cronometrado (o ajuste através dos preços do sistema econômico). Essa concepção é comum a Davidson, Patinkin e Hicks.⁽²⁾

Entretanto a questão mais pretenciosa que vem surgindo desde os primeiros escritos de Keynes não é a de como um processo pode ocorrer com durações diferentes (essa era a questão colocada e respondida por Marshall com seus equilíbrios diferenciados) mas a de como um mesmo processo (variações nos preços) tem significados radicalmente diferentes, e até conflituosos, de acordo com as classes sociais, isto é, com as diferentes capacidades de exercício de poder de gasto socialmente distribuído. Em outras palavras, como diferentes poderes de gasto representam compromissos distintos com o passado e o futuro, o processo de difusão das variações de preços é ao mesmo tempo vários processos de alteração de diferentes compromissos com o tempo. Dessa perspectiva, falar em equilíbrio ou supor de antemão que o "período" é definido pelo espaço entre equilíbrios é descartar precisamente a emergência inusitada de vários processos simultâneos mas com temporalidades conflituosas. O período, definido a partir do conceito de equilíbrio, salva a coerência "hidráulica" do sistema econômico ao custo de expulsar qualquer diferenciação qualitativa do tempo. Alcança-se apenas conceitos formais do tempo,

(1) Hicks define três "estágios": 1) variação de preços flexíveis, 2) variação nas quantidades, 3) variação nos preços rígidos de consumo e de investimento.

(2) Davidson, entretanto, pretende chegar ao "tempo histórico".

ou seja, durações maiores ou menores. A extensão do período é dada pela medida em que certos mecanismos já chegaram a atuar (como nos três estágios de Hicks). Mas Keynes vinha apontando um processo conflituoso através do qual ao mesmo tempo diferentes tempos armam-se no interior da estrutura econômica.

Diferentes capacidades de exercer poder de compra representam possibilidades variadas de planejar e alcançar um momento futuro. "Diferentes tempos" significa "diferentes poderes de gasto". As duas questões cruciais que surgem podem ser assim definidas:

- a) Que fenômeno econômico é o responsável em última análise por essa diferenciação entre poderes de gasto? Certamente o acesso a lucros extraordinários implica na obtenção de um poder de gasto privilegiado. Mas o caráter inesperado das variações de preços que propiciam essa remuneração-extra faz da "incerteza em geral" um determinante totalmente exógeno do poder dos capitalistas.
- b) Que fenômeno econômico assegura, apesar da diferenciação entre poderes de gasto (e portanto entre compromissos com o passado e o futuro), a simultaneidade com que interagem os poderes dos diferentes agentes econômicos?

O que, em suma, no interior do sistema econômico, permite simultaneamente a diferenciação e a integração entre os poderes de gasto dos diversos agentes?

Quando se diz que o tempo derivado da noção de equilíbrio é lógico, que não é a expressão de um movimento ou que é um "avatar da estática"⁽¹⁾, procura-

(1) Aglietta, 1979, p. 3

-se justamente sugerir que a hipótese de resolução dos conflitos sócio-econômicos "em tempo hábil" (em algum período definido) exclui precisamente a possibilidade de apreender a transformação a partir dos elementos internos ao sistema capitalista. Assim, não são as transformações históricas reduzem-se a obra do acaso ou de forças exteriores - portanto não controláveis ou suprimíveis politicamente - mas o próprio tempo torna-se um elemento cuja natureza está de tal forma comprometida com a eternidade da eficiência dos mecanismos espontâneos de mercado que já se trata de um tempo homogêneo. Ora, a representação mais acabada do tempo homogêneo - isto é, do tempo como cronometria (ou ainda, do tempo como coisa universal) é a representação matemática do tempo. Assim, o relógio de um trabalhador não pode ser diferente do relógio de um capitalista. Por analogia com supostas simetrias estáveis da natureza formalizadas em sistemas de medida objetivas, aceita-se a noção de tempo como sucessão de instantes. A essa sucessão vários processos sequenciais podem ser justapostos, mas essa convivência entre o tempo e os processos sequenciais nada tem a ver necessariamente com a lógica interna de transformação do sistema sócio-econômico. Por isso, fala-se também de tempo "exterior" ou meramente "introduzido" no sistema. Na medida em que é um tempo criado por analogia com a visão mecanista da natureza física, a mudança qualitativa e a ruptura não podem ser "medidas" nesse tempo.

O tempo "levado a sério" abre as portas à história política e sua interpretação.⁽¹⁾ O equilíbrio pode até ser um ponto de partida hipotético (como o "estado de natureza" da teoria política clássica) mas se for adotada a noção de período como de antemão situado entre equilíbrios, a história fica definitivamente excluída, junto com qualquer diagnóstico acerca de co-

(1) "O dinheiro não é unicamente a medida da atividade econômica, mas é também a força que dá vigor ao fenômeno que pretende medir... é um instrumento racionalizador que fixa modelos de comportamento de um modo específico e condicionados historicamente." Seligman, 1967, p. 883

mo conflitos internos ao sistema sócio-econômico abrem possibilidades políticas de transformação.

O Keynes do Treatise, como na Teoria Geral (os "livros sérios", no dizer de Kahn), fala de transição, desequilíbrio, dinâmica, mas não escapa do modelo tradicional que procura sempre localizar um novo equilíbrio como fim do processo de alterações nas magnitudes das variáveis.

No sentido formal as "equações fundamentais" aparecem como totalmente estáticas.⁽¹⁾ Mas ocorre que se Keynes formaliza variáveis estáticas, a dinâmica associada a essas variáveis não é formalizada. Essa "falha" de Keynes — não formalizar a dinâmica ou os ciclos — pode entretanto ser uma opção e não a impossibilidade ou incapacidade de colocar as variáveis no tempo. As reações por ele associadas às variáveis são dinâmicas e muito da caracterização da determinação do nível de preços dos bens de investimento também o é, como veremos.

Mas qual a noção apropriada de dinâmica, se recusamos as definições apriorísticas ou formais de período? Que tipo de dinâmica pode ser extraída dos escritos de Keynes que não se reduza à justaposição de processos em um tempo universal abstrato? Parece haver apenas uma resposta: a dinâmica econômica é o estudo dos limites à ordenação do sistema sócio-eco-

(1) Esse juízo e várias de suas implicações tem origem no trabalho de Klein (1947), esp. p. 28 e 55. Entretanto, Klein interpreta o Treatise como análise de oscilações em torno de um nível de equilíbrio.

nômico impostos pelas várias formas de incerteza quanto ao futuro. Assim, a dinâmica não é a descrição de um processo que "acontece" (isto é, já aconteceu) entre t_1 e t_2 , mas é a identificação dos vários conflitos que emergem a partir da incerteza⁽¹⁾, conflitos cujo resultado é imprevisível de antemão (e que pode até ser, eventualmente, um novo "equilíbrio", mas jamais necessariamente).

A dinâmica é o estudo de como surgem situações indecíveis no sistema econômico e não de como certas soluções necessárias – teoricamente – surgem no tempo.

O único a buscar uma interpretação dessa espécie, já nos escritos do Treatise, é G. L. S. Shackle. É a única forma de não reduzir o processo descrito por Keynes ao registro de um desvio que é corrigido pela recorrência do equilíbrio é interpretar as variáveis como sinais ou registros de expectativas e não de resultados já efetivados. Para levar o tempo a sério é preciso levar o futuro a sério. O intervalo de tempo é um período a ser encarado através de uma visão bifocal, "o reconhecimento de que o conteúdo esperado e o registro de um segmento de calendário nomeado e identificado são diferentes por natureza". (Shackle, 1974, p.15)

A diferença entre investimento e poupança no Treatise deve-se à definição de renda, que não representa o valor realizado da produção pelas vendas do produto, mas o valor antecipado pelos empresários quando estão decidindo quanto irão produzir. A renda, nas equações fundamentais, é uma conjectura que pode estar errada (e não um resultado já alcançado). O grau do erro é o lucro positivo ou negativo, em suma, um rendimento empresarial inesperado.

(1) E que até mesmo radicalizam-na, fazendo-a assumir novas formas.

Por outro lado, há uma série de condições para que a conjectura possa vir a ser formada. Essas condições para a formação de conjecturas são a existência do dinheiro e de relações salariais. O dinheiro existe como gravitação de instituições bancárias e financeiras que propiciam o modo de cálculo fundamental do mundo empresarial, desde que se possa contar com a estabilidade da relação salarial. Por isso a remuneração normal, que corresponde às expectativas correntes, é a que não altere as decisões empresariais mesmo que ele entre em novas barganhas com os fatores de produção, Assim como em Marx, a existência plena da moeda requer e associa-se à existência do trabalho assalariado.⁽¹⁾ Voltaremos a essas condições da elaboração de conjecturas ou expectativas.

Nas "equações fundamentais", os dois componentes podem então ser reinterpretados como expectativa de custo de produção e uma divergência entre expectativas e montante realizado pelas vendas. A linguagem adequada ao Treatise é a das expectativas e das comparações entre o esperado e o acontecido. (Shackle, 1974, p. 16)

A primeira equação implicitamente compara dois estados do nível de preços dos consumidores. É uma visão "a posteriori" de um período qualquer que mostra o preço esperado pelos empresários e o preço efetivo realizado. Entretanto, uma vez comparados o esperado e o realizado, o resultado dessa comparação é avaliado segundo a experiência de períodos anteriores, o que leva a uma nova presunção sobre o futuro.

(1) Cf. D'Antonio, 1981, p. 198.

Assim, representando essas comparações através de um eixo:

A

B

A ... um preço esperado levou os empresários a decidirem certo volume de produção

B ... o gasto efetivo de sociedade implicou a realização de vendas distintas do esperado

Se $A \neq B$, os empresários decidem a produção do período seguinte em novas bases expectacionais.

Ocorre entretanto, que nada é dito por Keynes quanto ao que ocorre antes de A e depois de B. Shackle identifica a formação de expectativas em um intervalo de tempo, mas reclama a inexistência de qualquer análise da sequência de períodos ou do que ocorre entre os intervalos. Como as decisões de empresários e consumidores devem se dar antes da "ida ao mercado", o intervalo AB deve ser o mais curto possível. Assim, como nas análises anteriores, é identificada uma tendência, interna ao mecanismo de exercício do poder de gasto, a encurtar o mais possível a distância entre a decisão e a realização. Em suma, a diminuir ao máximo os compromissos com a passagem de tempo. Quanto mais tempo passar, ou seja, quanto mais "futuro" houver, maiores são os riscos associados à incerteza. Mas Shackle não segue essa direção, ficando com a distinção "ex ante-ex post" e a procura de um intervalo o mais curto possível. (Shackle, 1967, p.164-5)

O interesse da interpretação de Shackle está muito mais em extrair dos conceitos de Keynes tudo que eles sugerem de relações possíveis com um futuro incerto do que em identificar precisamente qual o "intervalo" relevante. E é por isso que ele se afasta das interpretações tradicionais, pois a ênfase nos com-

promissos temporais dos conceitos não implica automaticamente a busca de uma medida homogênea e abstrata de tempo como são os "períodos", inclusive marshallianos. O elemento tempo torna-se um reflexo de compromissos econômicos objetivos e intenções sociais subjetivas diferenciadas, sem que "períodos" ou "equilíbrio" estejam em primeiro plano.

Assim, a remuneração normal dos empresários é um incentivo, algo cuja natureza é essencialmente prospectiva.⁽¹⁾ É o que Shackle denomina de algo "ex ante". (Shackle, 1974, p. 17). Mas o lucro efetivo só pode influenciar decisões de um período subsequente. A equação fundamental representa a decisão tomada, portanto, entre um intervalo e outro, e onde não há necessariamente equilíbrio. Com lucros (ou prejuízos) a produção do período seguinte poderá se expandir (ou retrair). Assim, a análise do Treatise não é feita apenas em termos de preços nem de um único intervalo. Keynes não define qualquer intervalo pré-concebido de tempo, apenas sugere os instrumentos através dos quais sua passagem se faz sentir diferencialmente. Não importa tanto o tamanho do intervalo, mas se ele já passou ou ainda passará. Pois passado o futuro são diferentes por natureza. As equações descrevem um momento entre o passado e o futuro. E essa é a razão fundamental para que seja um "intervalo" o mais curto possível—em suma, que não haja uma demora associável a uma interrupção no fluxo de produção. Mas o fato de Keynes situar-se no momento de transição de um intervalo a outro (e não de um equilíbrio a outro) abre a

(1) De fato, como vimos, o "normal" marshalliano corresponde ao "longo prazo", ou nada mais que a expectativa de longo prazo.

possibilidade dessa ruptura vir a ocorrer.⁽¹⁾ O aspecto dinâmico refere-se portanto à situação de estar-se diante do futuro, tendo que tomar alguma decisão. Ora, só os empresários têm acesso a decisões diretamente ligadas ao futuro, já que a renda é uma definição expectacional justamente na medida em que é derivada da componente empresarial. Como já se observou, Keynes supõe uma estabilidade maior dos contratos salariais, se comparados à remuneração dos empresários. Chegamos assim, esclarecida a questão do "período relevante", novamente à questão inicial: o que determina a discrepância entre poupança e investimento? Se a definição de renda que dá margem a essa discrepância depende das expectativas dos empresários, resta saber então como a cada momento de decisão os empresários avaliam o futuro. São as formas de avaliação do futuro, propiciadas por ganhos extraordinários, que determinam as decisões dos empresários ou, pelo contrário, a avaliação já implica normalmente a expectativa de que surjam ganhos extraordinários? É o ganho inesperado que determina o gasto ou o gasto que determina o ganho inesperado? Que fatores e circunstâncias determinam o poder de gasto capitalista?

(1) No Treatise o efeito se dá diretamente sobre decisões de produção e não sobre os estoques, cf. Davidson, 1972, p. 29, nota 1. Shackle observa, também, que não há nenhuma sugestão explícita no texto do livro III quanto a tomarmos as equações com referência a um intervalo de tempo de duração finita. Cf. Shackle, 1967, p.178; Keynes, na Teoria Geral adverte que o Treatise não analisa os efeitos de mudanças no nível de produto, mas isso não descarta que ali tenham sido tratadas as causas cf. Leijonhufvud 1979, p. 24, n. 16.

VI - O PODER DE GASTO CAPITALISTA

1 - Definições

A resolução da questão dos períodos através da opção pelo foco no momento em que o capitalista decide a produção requer maiores esclarecimentos quanto às distinções entre produção e investimento, assim como entre poupança e investimento. É justamente no debate dessas distinções que a temporalidade e a causalidade econômicas mais têm sido obscuramente interligadas.⁽¹⁾ O aspecto central desses debates vincula-se à dificuldade em definir um conceito de capital e de gasto capitalista que combinem as dimensões "estoque" e "fluxo", o que frequentemente se traduz em divergências quanto à definição da duração dos períodos e, portanto, às velocidades de adaptação dos vários parâmetros econômicos à mudança (o que levou os neo-clássicos à curiosa definição de "capital ge-léia").⁽²⁾ Novas definições quanto ao papel do tempo na diferenciação dos bens econômicos tornam-se necessárias, portanto, se vamos enfrentar a questão dos determinantes da discrepância entre poupança e investimento.

1.1 - Produto disponível e não-disponível

O produto corrente, distinto da renda monetária, é um fluxo de bens e serviços que consiste de duas partes:

(1) Cf. a mesma impressão em Leijonhufvud, 1979, p.62.

(2) Cf. Kregel, 1973, Prefácio (de Joan Robinson).

- a) fluxo de bens e serviços líquidos sob forma disponível ao consumo imediato (produto disponível);
- b) fluxo de incrementos de bens de capital e capital de empréstimo que estão sob forma não disponível para o consumo imediato (produto não disponível).

O produto disponível (ou "líquido") é composto de dois fluxos:

- a) fluxo de uso advindo do capital final;
- b) fluxo de bens finais emergentes do processo produtivo sob forma líquida.

O produto não disponível é composto por:

- a) excesso do fluxo de incremento de bens não acabados em processo face ao fluxo de bens acabados (fixos ou líquidos) emergentes do processo produtivo;
- b) excesso do fluxo de capital fixo emergente do processo produtivo face ao desgaste corrente do capital fixo velho, mais o aumento líquido de capital de empréstimo.

Assim,

Consumo corrente = produto disponível + variações nos estoques de bens de consumo líquidos (ou -entesouramento)

Investimento corrente = produto não disponível + variações no entesouramento

"Assim, o consumo é governado pelo montante de produto disponível (mais quaisquer saques do entesouramento) e não pelo montante de produto total, enquanto que — na medida em que as taxas monetárias de remuneração dos fatores de produção não se alteram — a renda monetária da

comunidade tendo a mover-se com o produto total." (CW V, p. 115)

Há portanto uma tendência à discrepância entre renda e consumo, que são governados pelo produto disponível e pelo produto total, pois o produto disponível é apenas parcela do produto total. A idéia de liquidez aqui apresentada é mais ampla que a usual, pois aplica-se a produtos e à velocidade com que vêm a ser consumidos ou colocados à disposição de consumo, isto é, mercadologicamente realizados.⁽¹⁾

1.2 - A Classificação do Capital

O estoque de capital real ou riqueza material que existe a qualquer momento corporifica-se em:

- a) bens em uso que são capazes de serem consumidos apenas gradualmente (capital fixo);
- b) bens em processo (em curso de preparação pelo cultivo ou manufatura para uso em consumo, transporte, com negociantes ou esperando mudanças de estação), (capital circulante);
- c) bens em estoque, que não estão fornecendo nada mas podem vir a ser usados ou consumidos a qualquer momento (capital líquido).

Em (a), é determinante o tempo que se leva para usar ou consumir certos bens; em (b) é o tempo levado para produzir certos bens e em (c) há dependência de bens que possam ser "conservados".

(1) Cf. Leijonhufvud, 1979, p.79. Hicks, 1979, p.95 enfatiza em outro sentido a importância de problema de liquidez como sendo maior na "esfera não financeira".

O capital de empréstimo representa endividamento externo. O valor do investimento (numa economia aberta) é a soma do capital real (fixo + circulante + líquido) e capital de empréstimo. Essas definições permitem reescrever:

$$\begin{array}{l} \text{Produção de bens} \\ \text{de capital} \end{array} = \begin{array}{l} \text{fluxo de capital} \\ \text{fixo} \end{array} + \begin{array}{l} \text{aumento de capital} \\ \text{circulante que emer-} \\ \text{girá do processo pro-} \\ \text{ductivo como capital} \\ \text{fixo.} \end{array}$$

$$\begin{array}{l} \text{Produção de bens} \\ \text{de investimento} \end{array} = \begin{array}{l} \text{produto não dispoível} \\ \text{+} \end{array} \begin{array}{l} \text{aumento de} \\ \text{entesouramento} \end{array}$$

2 - O nível de preços de novos bens de investimento

Vimos, anteriormente, a peculiaridade da noção de causa usada por Keynes no Treatise. Os lucros devem ser considerados como um efeito, dada a renda de um período, mas no momento de transição de um "período" a outro os lucros tornam-se causa do que ocorre subsequentemente.

Imaginando que o período "já passou", os lucros são o efeito da discrepância entre investimento e poupança. Mas quando o período "já passou"? Exatamente no momento em que se vai decidir a produção do "período" subsequente. Qual a relação entre lucros, poupança e investimento, se no momento de decisão os lucros aparecem como fator causal? Em que sentido os lucros são causa? Enquanto efeito os lucros não passam de um agregado contábil. Mas a existência de lucros equivale à irrupção de um momento privilegiado para os empresários. Pois o surgimento de lucros (rendimento inesperado) faz do empresário o sujeito de uma avaliação muito especial. Especial pois a destinação que se dá aos lucros (ou seja, o tipo de gasto que se lhes associa) depende de expectativas de rendimento futuro. Mas o próprio surgimento de lucros re-

presentou a destruição e necessidade de revisão das expectativas convencionais de rendimento dos empresários. Que tipo de cálculo é viável no momento em que as expectativas solidárias com um nível de remuneração normal foram abaladas?

Os empresários gastam o que ganham, mas ganhar além (ou aquém) do normal é algo que solapa as bases convencionais de cálculo. Pode implicar — dependendo do cálculo que se opera nesse momento — gastar com expectativas de ganhar ainda muito mais. Pode implicar na crença de que se o gasto fôr maior, o ganho será ainda maior. ⁽¹⁾

A existência de lucros traz à tona com clareza a especificidade do gasto estritamente capitalista. Pois indica a existência, para o empresário, de uma opção mais complexa que a decisão do consumidor entre consumir agora ou depois. Os tipos de compromisso com o fluxo temporal são mais variados no caso do empresário.

A decisão de produzir mais ou menos está ligada a avaliações correntes do volume de vendas. Quando surgem lucros, a decisão de produzir mais pode encadear-se com uma reavaliação da própria capacidade produtiva instalada. Se além de alterar o volume de produção o empresário decide modificar a sua capacidade produtiva, estará decidindo não apenas sobre a produção mas sobre o investimento. Entretanto, foi justa-

(1) A usual máxima Kaleckiana ganha assim uma reformulação: os consumidores gastam o que ganham, os empresários, ao ganharem mais que o normal, podem gastar ainda mais na expectativa de virem a ganhar proporcionalmente mais. A possibilidade aqui é condicionada pelo tipo de expectativa que regula o cálculo econômico.

mente uma discrepância entre poupança e investimento que lhe trouxe a remuneração extraordinária. Assim, no mesmo momento ("final" de um período qualquer) em que toma decisões referentes à produção, poderá estar decidindo investir.

O investimento dos lucros é o momento em que eles deixam de ser efeito para tornar-se causa. Mas causa de que? Bem, a destinação que dá aos lucros, o seu emprego, depende justamente de um cálculo que reflita o estágio ou a natureza da discrepância entre poupança e investimento que gerou os mesmos lucros. Portanto, é o nível de investimento "por trás" dos lucros que deve ser investigado. Os lucros são uma "causa" em sentido bem estrito, pois é ainda o investimento anterior que aparece como determinante do investimento futuro. Os lucros são apenas causa na medida em que provocam, sugerem, exigem um exame não apenas do que se produziu e vendeu (nesse caso os lucros são mero efeito do resto da situação) mas do que se investiu no passado. É um momento de avaliação da massa de riqueza já acumulada. A decisão é afetada pela riqueza e não pela renda.

"Quando um homem está decidindo que proporção de sua renda monetária poupar, ele está optando entre consumo presente e propriedade de riqueza. Na medida em que se decide pelo consumo, deve necessariamente comprar bens — pois não pode consumir dinheiro. Mas na medida em que se decide pela poupança, há ainda uma decisão ulterior a ser tomada. Pois ele pode possuir riqueza retendo-a na forma de dinheiro (ou o equivalente líquido do dinheiro) ou em outras formas de capital real ou de empréstimo. Esta segunda decisão pode ser convenientemente descrita como a opção entre "entresourar" e "investir" ou, alternativamente, como a opção entre "depósitos bancários" e

"títulos".

Há ainda uma diferença significativa entre os dois tipos de decisão. A decisão quanto ao volume de poupança, e também a decisão relativa ao volume de novo investimento, relacionam-se totalmente às atividades correntes. Mas a decisão relativa à retenção de depósitos bancários ou títulos relaciona-se não apenas ao incremento corrente da riqueza dos indivíduos, mas também ao bloco total de seu capital existente. De fato, como o incremento corrente é apenas uma proporção ínfima de bloco de riqueza existente, trata-se de um elemento menor na matéria." (CW V, p. 127)

As decisões relacionadas ao estoque total de riqueza referem-se a conversões entre formas não-monetárias e monetárias de riqueza. Investir e entesourar assumem novos significados:

	DEFINIÇÃO ANTERIOR	DEFINIÇÃO NOVA
INVESTIR	ato empresarial de aumentar o capital da comunidade	compra de títulos pelo público
ENTESOURAR	estoques de bens de consumo líquidos	retenção de riqueza sob forma monetária

A partir das novas definições, Keynes afirma que a opção do proprietário de riqueza depende das expectativas de retorno futuro asseguradas através de preços dos títulos e nível da taxa de juros. Esses preços e juros dependem da forma como operam os bancos. A decisão de "investir" depende portanto do "sentimento do público" e do comportamento do sistema bancário. Pode ocorrer,

"(...) que "duas opiniões" constituam-se entre diferentes escolas do público, uma favorecendo depósitos bancários mais que antes e a outra a favor de títulos. Nesse caso o re-

sultado depende da disposição do sistema bancário para agir como um intermediário entre os dois criando depósitos bancários, não contra títulos, mas contra avanços líquidos de curto prazo." (CW V, p. 129)

Mas qual o "público" a que se faz referência? Naturalmente, todos os proprietários de riqueza. Entretanto, há uma classe de proprietários que estão especialmente ligados ao processo de revisão de expectativas: os empresários. Sempre que ocorrem lucros, ainda que o estoque de riqueza não seja significativamente alterado (ou seja, o passado, a riqueza herdada), a emergência de lucros ativa nos empresários um interesse pelas formas de obtenção de retorno futuro. Vínculo íntimo com as expectativas que qualifica-os como a parcela mais importante do "público" que determina o nível de preços dos "investimentos". "O preço de demanda pelos "títulos" existentes (...) é também o preço de demanda pelos novos, que representam equipamento que os empresários investidores poderiam agora encomendar. Por que montar uma nova firma com equipamento a ser ainda construído, se uma firma existente pode ser comprada mais barato (...)?"

(Shackle, 1967, p. 17) Portanto, variações na liquidez — diretamente relacionadas à emergência de lucros no setor produtor de bens de consumo — afetam a propensão empresarial a investir. Desde que percebamos que os "compradores potenciais" no mercado de poupanças são os empresários. Além disso, há uma mudança no tipo de expectativas: o produtor pensa em lucros futuros, o investidor em retorno futuro.⁽¹⁾ As expectativas não dependem portanto da intuição empresarial frente a um futuro incerto, mas de um cálculo baseado no comportamento presente do sistema bancário.

(1) Onde a taxa de juros tem uma influência direta, dadas as expectativas de lucro das empresas cujos títulos se negociam. Cf. Shackle, 1967, p. 172.

O gasto capitalista é estimulado pelas expectativas de lucros mas é regulado pela ação do sistema bancário, cujas expectativas têm menos a ver com o futuro e mais com a composição presente de seus estoques de riqueza em termos de liquidez. Esses efeitos mútuos, que fazem do gasto capitalista na verdade uma força composta de três vetores (setor produtor de bens de consumo, de bens de investimento e bancos), são assim resumidos por Keynes:

"(...) o nível de preços dos bens de consumo, relativamente ao custo de produção, depende unicamente do resultado das decisões do público quanto à proporção de suas rendas que é poupada e das decisões dos empresários quanto à proporção de sua produção que eles devotam à geração de bens de investimento — ainda que ambas as decisões, particularmente a última, podem ser parcialmente influenciadas pelo nível de preços dos bens de investimento." (CW V, p. 129)

"Assim, as condições para o equilíbrio do poder de compra do dinheiro implicam no sistema bancário regular sua taxa de empréstimos de tal forma que o valor do investimento é igual à poupança; de outro modo os empresários irão, sob a influência de lucros positivos ou negativos, interessar-se e ao mesmo tempo influenciados pela abundância ou escassez de crédito bancário, aumentar ou diminuir a taxa média de remuneração W_1 que oferecem aos fatores de produção. Mas as condições para o equilíbrio também requerem que o custo do novo investimento iguale-se à poupança, pois de outro modo os produtores de bens de consumo tentarão, sob a influência de lucros ou perdas, alterar a sua escala de produção." (CW V, p. 137)

As expectativas de retorno futuro são afetadas portanto por duas fontes: lucros e política bancária.

ria.⁽¹⁾ A decisão do proprietário de riqueza, estimulada pelos acontecimentos no mundo da produção, é condicionada pelos acontecimentos do mundo financeiro. O nível de preços dos novos investimentos depende dessa mútua interação, enquanto os preços de bens de consumo são afetadas mais imediatamente pelas decisões dos recebedores de renda e pela proporção da produção nacional voltada a bens de investimento. Em resumo,

"dada a taxa de novo investimento e o custo de produção, o nível de preços de bens de consumo é determinado unicamente pela disposição do público a "poupar". É dado o volume de depósitos de poupança criados pelo sistema bancário, o nível de preços dos bens de investimento (velhos ou novos) é unicamente determinado pela disposição do público a "entresourar" dinheiro." (CW V, p. 129-30)⁽²⁾

Poupar e investir são, dessa forma, dois atos completamente distintos, determinados por fatores díspares. Assim, o gasto total com bens de consumo é o resultado em parte do gasto realizado pelos que recebem seus rendimentos do setor produtor de bens de consumo e em parte dos que recebem seus rendimentos do setor produtor de bens de investimento. Mas na medida em que parte dos rendimentos do setor produtor de bens de investimento é desviado para o setor de bens de consumo, há um afluxo de dinheiro no setor produtor de bens de consumo superior ao esperado. Assim surgem os lucros (rendimento inesperado) no setor produ-

(1) Na medida em que se considera como "público" a classe empresarial, que é a real "proprietária de riqueza".

(2) A partir dessa visão sobre a determinação do nível de preços dos bens de investimento desenvolveu-se o conceito de "preferência pela liquidez". Entretanto, no Treatise são analisados apenas os efeitos e não as causas de um aperto na liquidez. Cf. Shackle, 1967. p. 174

tor de bens de consumo. A receita dos bens de consumo acaba sendo superior aos custos de produção.

Por outro lado, parte da produção de bens de investimento (isto é, bens que não foram consumidos) precisava ser financiada. As possibilidades de financiamento dessa riqueza ainda não realizada no mercado dependem das reservas de riqueza líquida existentes. Os investidores, bancos e mercados de títulos refletem no seu comportamento uma avaliação da relação entre a massa de riqueza existente e o custo de produção de riqueza nova.

Mesmo quando procuram apenas expandir a produção em resposta ao surgimento de lucros, os empresários afetam as taxas de pagamento associadas à produção de meios de produção (bens de investimento). Assim, ainda que os dois setores básicos da economia formem preços obedecendo a determinações distintas, há uma relação entre eles que privilegia o caráter determinante dos investimentos (mesmo que os lucros sejam "causadores" de tomadas de decisão dos empresários). Uma elevação nos preços dos bens de investimento afeta positivamente os lucros desse setor e influi sobre seu nível de produção e seu custo de produção. Isso por sua vez estimula os preços dos bens de consumo. Todas as causas que modificam o nível de preços dos bens de investimento (opções financeiras, empresariais e bancárias) afetam indiretamente o nível de preços dos bens de consumo. Por outro lado, alterações nas expectativas de vendas de bens de consumo influenciam as opções financeiras do público.⁽¹⁾ A acumulação de riquezas é possível na medida em que gerações sucessivas abrem mão de consumo presente em favor de consumo futuro. Mas a abstinência não é em si condição suficiente para criar mais riqueza material. A análise do Treatise mostra que se essas alterações na poupança não forem acom-

(1) Cf. Vicarelli, 1977, p.92

panhadas de um fluxo adequado de investimentos o resultado será apenas uma diminuição de preços e, portanto, uma redistribuição do poder aquisitivo. Como os costumes de poupança são mais ou menos estáveis ao longo do tempo, tudo depende do rumo que se dê aos lucros, rumo calculado em termos de conveniência econômica e financeira para os empresários capitalistas.

"Entretanto, e levando tudo em consideração, não me eximo de uma preferência por uma política, hoje, que evite a deflação a qualquer custo e objetive a estabilidade do poder de compra como seu ideal. Talvez a solução em última análise resida em que a taxa de desenvolvimento do capital torne-se cada vez mais um negócio de Estado, determinado pela sabedoria coletiva e por visões de longo prazo. Se a tarefa da acumulação vier a depender menos do capricho individual, de sorte a não ficar mais à mercê de cálculos parcialmente referidos à expectativa de vida de homens mortais particulares que estão vivos hoje, o dilema entre abstinência e lucro como meios de assegurar a taxa de crescimento da riqueza agregada da comunidade mais desejável deixará de se apresentar." (CW VI, p. 145)

Mas esse papel crucial do investimento (que transforma lucros passados em riqueza nova) só pode ser realizado se a expectativa de lucros for sancionada pelas avaliações feitas, agora, no setor financeiro.

"O investimento ser atrativo é algo que depende do rendimento prospectivo que o empresário antecipa a partir do investimento corrente relativamente à taxa de juros que ele tem de pagar para poder financiar sua produção — ou, em outras palavras, o valor dos bens de capital depende da taxa de juros

pela qual os seus rendimentos prospectivos são capitalizados. Isto é, quanto maior a taxa de juros, menor será, o resto permanecendo igual, o valor dos bens de capital. Portanto, se sobem as taxas de juros, o nível de preços dos bens de capital tenderá a cair, o que rebaixará a taxa de lucros na produção de bens de capital, o que será impeditivo ao novo investimento. Assim uma alta taxa de juros tenderá a diminuir tanto o nível de preços quanto o volume de bens de capital. A taxa de poupança, por outro lado, é estimulada por uma alta taxa de juros. Segue-se que um aumento na taxa de juros tende a fazer a taxa de investimento (medida seja pelo seu custo e pelo seu valor) decair relativamente à taxa de poupança". (CW V, p. 138) (grifos adicionados)

Temos presente, aqui, o embrião da futura teoria da eficiência marginal do capital, que apareceria na Teoria Geral. Os rendimentos empresariais esperados ou futuros a partir do uso de equipamento encomendado agora são comparados com o preço de oferta desse equipamento. A "poupança" nas mãos dos empresários pode se transformar em investimento, mas isso dependerá do gasto na produção de bens de capital que já se realizou (portanto na diferença atual entre custo de produção e valor de venda dos bens de capital). A poupança enquanto tal, os "lucros acumulados", não tem nenhum papel causal no sentido estrito. Apenas dão oportunidade para uma avaliação, um cálculo que reflete o nível já atingido pela produção do setor produtor de bens de produção. O momento de decisão empresarial é fundamentalmente uma avaliação que compara o passado com as expectativas futuras.⁽¹⁾

(1) Cf. Shackle, 1967, p. 177.

O crucial no gasto dos capitalistas não é que eles se dirijam à produção, investimento, consumo, ou seja lá o que for. O crucial é o fato econômico de que só os capitalistas dispõem de um poder especial de gasto que os coloca frente a avaliações produtivas e financeiras. Mas esse poder, no Treatise só se efetiva de modo inesperado. Nesse sentido não se deve dizer que os lucros são a base da decisão capitalista, pois os lucros são rendimentos inesperados. Keynes diferencia o poder capitalista de gasto, mas sem identificá-lo a uma origem determinada e certa de uma vez por todas. (1)

O poder de gasto capitalista aparece assim como a fonte das variações nas magnitudes de preços e quantidades no sistema econômico, sem que a origem dos recursos que viabilizam esse gasto seja uma questão de primeiro plano. Isso implica não apenas numa forma "sui generis" de diferenciação, mas é um modo de afastar a noção de "equilíbrio" de qualquer papel regulador desse gasto. É claro que a alternância dos lucros, que ora desempenham o papel de efeito, ora de causa, não anula o caráter central da remuneração (onde essa remuneração pode ser um prejuízo) empresarial como "leitmotif" da atividade no sistema econômico. Mas a presença de estímulo não implica em qualquer tipo automático de resposta. Nisso reside a autonomia dos capitalistas e a peculiaridade de suas avaliações quanto ao grau de acumulação de riquezas em que se encontram. É a ação dos empresários, sob a influência de lucros positivos ou negativos, que representa a ocasião mais usual e importante de mudança no sistema econômico, com aumento ou diminuição do volume de emprego. (CW V, p.141) A alteração dos lucros pode induzir os empresários a produzir, investir e empregar. Apenas induzir, pois a decisão depende de um confronto com outras formas

(1) Cf. Shackle, idem. Essa é uma diferença frente, por exemplo, a Kalecki.

de manutenção e apropriação de riqueza que passam necessariamente pelo "sistema bancário". A decisão empresarial é induzida pelos lucros passados e regulada pelas finanças. Mas o seu caráter mais eminente está no fato social de que só o poder de gasto capitalista repousa essencialmente sobre avaliações do futuro.

"Temos falado até agora como se os empresários fossem influenciados nos seus planejamentos prospectivos por total referência à existência de lucros ou perdas sobre a produção corrente levada ao mercado. Na medida, entretanto, em que a produção leva tempo... e na medida em que os empresários são capazes no início de um período de produção de prever a relação entre poupança e investimento nos seus efeitos sobre a demanda de seus produtos no final desse período produtivo, são obviamente os lucros ou perdas antecipados, muito mais que os lucros e perdas reais em negócios recém concluídos, que influenciam as decisões quanto à escala de produção e às ofertas que vale a pena fazer aos fatores de produção. Estritamente, portanto, deveríamos dizer que é o lucro ou perda antecipados que são a principal fonte de mudança, e que ao causar antecipações do tipo apropriado o sistema bancário é capaz de influenciar o nível de preços. De fato é bem sabido que uma razão para a rápida eficiência de mudanças na taxa bancária no sentido de modificar as ações dos empresários são as antecipações a que eles dão lugar. Assim, os empresários vão algumas vezes começar a agir antes da mudança de preços, que justifica sua ação, ter ocorrido." (CW V, p. 143).

Aqui reside o sentido último da autonomia do poder de gasto capitalista: trata-se de uma resposta a um estímulo que não é exógeno mas sustentado subjetivamente pelos próprios empresários. É um auto-estímulo, imaginário, fictício, baseado em previsões do futuro. Estímulo e resposta encontram-se no mesmo agente - o que previne qualquer forma de padronização de mecanismos automáticos de resposta, fazendo da transversal do tempo uma incógnita.

Expectativas que se generalizam, por outro lado, tendem "por algum tempo" (CWV, p.144), a originar sua própria verificação, mesmo que não tenham base fora de si mesmas.

"Assim, quando eu digo que o desequilíbrio entre poupança e investimento é a principal fonte de mudança, não quero negar que o comportamento do empresário em qualquer momento é baseado numa mistura de experiência e antecipação." (idem)

3 - As Críticas de Pierre Vilar

Nossa reconstrução da teoria econômica de Keynes, ao procurar identificar os compromissos dessa teoria com a temporalidade, pretende explicitar a estrutura conceitual da sua visão histórica.

De acordo com o historiador marxista Pierre Vilar, "a crise do pensamento econômico, não isenta de relações com as dificuldades gerais do capitalismo a partir de 1929, conduziu alguns historiadores a entregarem-se a simplificações teóricas excessivas que não podem deixar de ser anti-históricas."⁽¹⁾

(1) Vilar, 1982, p. 79

Essas "simplificações teóricas" estão na origem de uma querela acerca das "relações entre três séries de fatos ligados entre si: a invasão da Europa pelos metais americanos, o aumento geral dos preços no século XVI e as transformações que nesta mesma época sofreram as relações econômicas, sociais e, por vezes, políticas."

O fenômeno, observado e estudado desde o próprio século XVI, adquiriu novo interesse quando, em 1926, o estudioso E. J. Hamilton voltou às fontes originais e, em 1928-29, publicou seus resultados.⁽¹⁾ A tese central de Hamilton derivava o desenvolvimento capitalista do século XVI do atraso dos salários relativamente aos preços. Outra tese em geral associada a essa é a de que os preços subiram proporcionalmente à entrada de metais preciosos. Segundo Vilar, as interpretações de Hamilton influenciaram Keynes, autor daquilo que Vilar chama de "pensamento inflacionista" do Treatise. Citando Keynes,

"Seria uma tarefa fascinante reescrever à luz destas idéias a história econômica desde os seus primórdios longínquos, averiguando se as civilizações dos sumérios e do Egito não terão extraído o seu estímulo do ouro da Arábia e do cobre africano, ouro e cobre que, sendo metais amoeáveis, deixaram uma trilha de lucro atrás de si no decurso de sua distribuição através das terras que se encontram entre o Mediterrâneo e o Golfo Pérsico, e talvez noutras; em que medida a grandeza de Atenas dependeu das minas de prata do Lávrio — não porque os metais amoeáveis sejam uma riqueza mais autêntica do que outras, mas porque graças ao seu efeito sobre os preços fornecem a mola do lucro; em que

(1) A pesquisa foi realizada no "Arquivo das Índias" de Sevilha.

medida a dispersão feita por Alexander das reservas do Banco da Pérsia, que representavam os impostos sobre os tesouros dos impérios que se tinham sucedido acumulados durante os muitos séculos precedentes, foi responsável pelo florescimento do progresso econômico na bacia mediterrânea, do qual Cartago tentou e Roma conseguiu colher os frutos, se foi apenas uma coincidência o fato de o declínio de Roma se ter verificado na época da mais longa e drástica deflação de que havia memória, se a longa estagnação da Idade Média não pode ter sido mais segura e inevitavelmente causada pelas reduzidas reservas de metais amoeáveis do que pelo monasticismo ou pelo delírio gótico; e em quanto a revolução gloriosa foi devedora a Mr. Phipps. (...) Este é um esboço aproximado do andamento dos preços. Mas o ensinamento que se pode extrair desse tratado é que a riqueza das nações não aumenta durante as inflações do rendimento mas durante as inflações do lucro quando os preços se afastam dos custos." (CW VI, p. 134-137) (grifos de Vilar)

Segundo Vilar, a noção de estímulo se transformou gradualmente na de fator responsável, para terminar como causa, assim como fluxo de metais transforma-se em reserva ("reserva medieval de metais").⁽¹⁾

Por outro lado, Vilar cita Marx:

"As referências, tão caras aos discípulos de Hume, ao aumento dos preços na Roma Antiga a seguir à conquista da Macedônia, do Egito e da Ásia Menor não têm qualquer pertinência (...) O material necessário para uma obser-

(1) Vilar, 1982, p. 85

vação pormenorizada da circulação do dinheiro, por um lado a história selecionada dos preços das mercadorias e, por outro, as estatísticas oficiais e contínuas da expansão e da contração do meio circulante, do fluxo e da saída dos metais nobres etc., material que geralmente se forma apenas quando existe um sistema bancário plenamente desenvolvido, faltava a Hume tal como a todos os outros escritores do século XVIII."

Entretanto, além das disputas acerca da confiabilidade do material empírico, coloca-se aqui uma eminente disputa sobre as causas da transformação econômico-social. Seria o desenvolvimento da civilização um efeito do afluxo de metais preciosos, que fazem os preços aumentar mais que os custos, aumentando os lucros? Estaria o espírito da empresa dependente dessa fonte de ampliação de lucros?

Os argumentos "Keynesianos" são sumarizados por Vilar:

- 1) É o lucro, e não a poupança, que estimula a iniciativa e portanto a produção. Baixar juros e lucros altos significam prosperidade;
- 2) Os aumentos de preços criam expectativas de lucros, na medida em que, por exemplo, os débitos se desvalorizam com a inflação;
- 3) O emprego torna-se uma questão importante;
- 4) São reabilitadas as teses mercantilistas: a doutrina do afluxo de metais preciosos e da função criadora das despesas de luxo.

A tese central acaba se convertendo na idéia de que o investimento capitalista exige uma queda dos

salários reais, queda obtida através do aumento de preços. (1)

Vilar reclama uma teoria objetiva dos lucros, que explique-lhes a origem "de maneira concreta e direta". Recusa a noção de "expectativas de lucro" pois o "homo oeconomicus já não se contenta desde há algum tempo com promessas como a ilusão de curta duração criada por moedas instáveis".(2) "O acento posto nos movimentos do lucro como se este fosse a única força criativa e efetiva pode até implicar a hipótese (mais ou menos consciente) de que o "sacrifício" da classe trabalhadora seja necessário, qualquer que seja o regime. Não obstante, a confusão teórica entre "inflação dos lucros" e o lucro produzido apenas pela inflação leva a atribuir a acumulação de capital não à exploração do trabalho, mas a uma espécie de providência chamada "conjuntura".(3) Finalmente, Vilar rejeita o monetarismo quantitativista dos Keynesianos.

As críticas de Vilar exibem uma inconsistência do Treatise que foi explicitada na discussão da obra feita já em Cambridge. Trata-se sobretudo dos limites impostos pela teoria quantitativa e dos quais Keynes procurava se libertar recorrendo justamente a uma nova concepção das relações entre causalidade e temporalidade. Naturalmente existe uma relação entre volume de meio circulante e níveis de preços, mas o que determina as flutuações dessas magnitudes?

Examinando as formas pelas quais se diferencia o poder de compra, Keynes chegou a identificar nos desequilíbrios entre investimento e poupança a raiz das oscilações nas expectativas de lucros.

(1) Vilar, 1982, p. 87

(2) Vilar afirma, ainda, que "a história deveria trabalhar como uma ciência natural: era esse o ideal de Marx." Op cit. p. 92

(3) Vilar, 1982 p. 96-7

Entretanto, nas suas "Ilustrações Históricas"⁽¹⁾, Keynes isola o afluxo de metais como fator causal, assumindo a teoria quantitativa da qual procurava escapar. Mesmo assim, e apesar do que fizeram os historiadores Keynesianos criticados por Vilar, os propósitos de Keynes nesse capítulo não se reduzem à aplicação da velha teoria, mas abrem terreno inédito na explicação dos processos econômicos. Keynes procura através da análise do dinheiro iluminar a natureza do processo de acumulação de riquezas capitalista e não apenas demonstrar empiricamente a validade da equação de Fisher.

Vilar, seguindo Marx, esclarece que o efeito dos metais sobre os lucros e a empresa não é casual, mas depende sobretudo do vigor econômico diferenciado da exploração produtiva nas várias regiões e épocas. Assim, o metal é procurado e afluí justamente àqueles que já estão na dianteira do processo produtivo e tecnológico. Exatamente no capítulo sobre as "Ilustrações Históricas", Keynes procura esclarecer seu propósito ao investigar os fluxos de metais ao longo do tempo:

"Tem sido usual conceber a riqueza acumulada do mundo como tendo sido arduamente constituída a partir da abstinência voluntária de indivíduos quanto à fruição imediata no consumo, que é a chamada poupança ("Thrift"). Mas deveria ser óbvio que a mera abstinência não é suficiente por si mesma para constituir cidades ou drenar pântanos. A abstinência dos indivíduos não aumenta necessariamente a riqueza acumulada; pode contrariamente servir para aumentar o consumo corrente de outros indivíduos. Assim a poupança de um homem pode levar tanto a um aumento da riqueza-capital ou a uma melhoria do poder

(1) Keynes, CW VI, cap. 30

de compra de consumidores. Não há como saber qual prevalece, até que tenhamos examinado outro fator econômico.

A saber, o empreendimento: é o empreendimento que constitui e melhora as possessões do mundo. Agora, assim como os frutos da poupança podem ir em auxílio da acumulação de capital ou de uma melhoria no valor monetário da renda de consumidores, também os frutos do empreendimento podem ser retirados seja da poupança seja às expensas do consumo do consumidor médio. Pior ainda, não apenas pode a poupança existir sem empreendimento, mas à medida em que a poupança vai além do empreendimento, ela positivamente desencoraja a recuperação do empreendimento e instaura um círculo vicioso através do seu efeito adverso sobre os lucros. Se o empreendimento está dinâmico, acumula-se riqueza aconteça o que for à poupança; e se o empreendimento adormece, a riqueza decresce ocorra o que for à poupança (...). O motor que dirige a empresa não é a poupança, mas o lucro.

Agora, para que o empreendimento seja ativo, duas condições devem ser cumpridas. Deve existir uma expectativa de lucro, e deve ser possível aos empresários obter comando de recursos suficientes para executar seus projetos. Suas expectativas dependem parcialmente de influências não-monetárias — guerra e paz, invenções, leis, raça, educação, população etc. Mas o argumento do nosso primeiro volume procurou mostrar que o seu poder de executar projetos em termos que eles considerem atraivos depende quase inteiramente do comportamento do sistema bancário e monetário.

Assim, a taxa com que o mundo tem acumulado riqueza tem sido bem mais variada que os hábitos de poupança (...)." (CW VI, p. 132-3)

Essas são as idéias em função das quais "seria uma tarefa fascinante reescrever a história econômica." Aqui os lucros nunca deixaram de ser um estímulo e, mesmo quando aparecem como causa, trata-se de uma causalidade temporária que não se sustenta isoladamente.

As características cruciais do empreendimento são aqui identificados com as expectativas de lucro e com o poder de gasto capitalista (poder de comandar recursos com a finalidade de executar projetos potencialmente lucrativos). O afluxo de metais não afeta indiscriminadamente o nível de preços, mas afeta os cálculos dos empresários quanto à lucratividade de seus empreendimentos. Esses cálculos e empreendimentos é que são estratégicos, não as oscilações de preços em si mesmos. É o decurso dos empreendimentos, transformando ou não as "poupanças" em projetos produtivos, que por sua vez determina o futuro de preços e produção.

Voltamos assim à nossa definição de "dinâmica econômica": é o estudo dos limites à ordenação do sistema econômico impostos pelas várias formas de incerteza quanto ao futuro. Esses limites, que se expressam em conflitos entre a riqueza velha e as possibilidades de geração de riqueza nova, não têm um resultado previsível de antemão. A "dinâmica", em contraposição à "história", é o estudo do que pode acontecer, não do que já aconteceu.

É nesse sentido que a economia de Keynes é mais política do que a economia política criticada por Marx. É menos uma análise da gênese⁽¹⁾ das riquezas do que um exame das possibilidades de manutenção e ampliação da propriedade de riqueza. Por isso os lucros inflacionários podem aparecer como um estímulo dinâmico. Já Marx, e Vilar quando exige uma teoria objetiva dos lucros, procuram estabelecer as condições históricas sobre as quais o capitalismo se constituiu, i.e., vem

(1) No sentido de "origem natural".

a existir. Entre a identificação (genética) dos fundamentos do capitalismo e a análise (morfológica) dos critérios de funcionamento do capitalismo há uma diferença. Diferença comumente resumida na distinção entre "leis gerais do desenvolvimento capitalista" e "esfera da concorrência capitalista". De um lado está uma definição histórica da estrutura, de outro a identificação das formas pelas quais os limites existenciais da estrutura se manifestam conjuntamente. Em suma, Keynes aponta os critérios motrizes da racionalidade dos capitalistas no seu esforço recorrente pela manutenção e ampliação de um poder cuja origem não é discutida. As expectativas de lucro surgem então como fator causal sem que seja necessária qualquer hipótese restritiva sobre o comportamento dos salários. A "exploração" está na diferenciação do poder de gasto, mas a "origem" do valor não é univocamente determinada.

O aspecto crucial da "concorrência" não é o grau de exploração. Um empresário explorador ao máximo pode desaparecer se não procurar executar projetos oportunos. O capitalismo talvez dependa da exploração do trabalho, mas os capitalistas dependem da capacidade de avaliar e planejar corretamente o futuro.

Na medida em que os "erros" dos capitalistas tornam-se uma ameaça mais grave para a existência do capitalismo do que qualquer ameaça imediatamente política⁽¹⁾, Keynes enfatiza o aspecto subjetivo dos lucros. O importante não é quem gera valor, quem intro-

(1) Em outros termos, Keynes sempre afirmou que, face ao risco de uma revolução proletária, seria preferível corrigir "em tempo hábil" as tendências recorrentes e anti-sociais (anti-empresariais) dos capitalistas. Com outro fundamento, também Schumpeter destacou a tendência à estagnação do espírito empresarial capitalista.

duz uma inovação, quem descobre novas fontes de recursos produtivos, mas quem é capaz de se tornar e manter proprietário dessas fontes de valor que surgem e desaparecem ao longo da história. tornar-se proprietário, no capitalismo, é sinônimo de poder de comprar. Ora, muitas vezes a diferenciação do poder de compra depende de forma crucial da maneira pela qual o valor já existente é consumido, sem que entre em questão se a origem desse valor é um excedente obtido pela exploração do trabalho ou pela descoberta casual de uma mina de metais preciosos. Assim, o importante no afluxo de metais ou na inflação de lucros são as formas em que eles se convertem. O acúmulo de tesouros em cavernas geraria tanta riqueza quanto a inflação se esse se distribuísse homogêaneamente pela sociedade. O importante para Keynes não é estritamente o "pauperismo" dos trabalhadores, pois a abstinência dos trabalhadores poderia representar apenas mais consumido de outros indivíduos (capitalistas); mas não significaria acumulação de riquezas sem a execução de projetos lucrativos. A lucratividade sempre acaba tendo, a posteriori, alguma relação com o grau de exploração do trabalho e de outros recursos produtivos. Mas a exploração em si mesma não garante a lucratividade futura. Em suma, os lucros são função de tudo o que pode ocorrer na "esfera da concorrência" e não apenas do que ocorre no processo de produção. Keynes acabou por desenvolver o estudo da dinâmica concorrencial, correndo às vezes o risco apontado por Vilar: o de discutir o capital sem definir o capitalismo,⁽¹⁾ ou o investimento sem o conceito de capital. Entretanto desde que se perceba por trás do investimento (poder de gasto capitalista) uma ênfase na prioridade da decisão produtiva, em uma economia monetária, é possível reconhecer em Keynes um teórico que abre caminho à história. Pois a economia "como via de mão única" significou uma visão que aceita a irreversibilidade determinada, de modo am-

(1) Vilar, 1982, p. 102.

gíquo, pela capacidade empresarial de mobilizar dinheiro. (1)

Pois analisar os processos econômicos como "via de mão única" significa reconhecer na irreversibilidade uma característica fundamental. Se as variantes do paradigma do "equilíbrio" deixam a desejar quanto à compreensão das relações entre dinâmica econômica e história é por não incorporarem à sua metodologia esse pressuposto de uma irreversibilidade fundamental. Ainda que, como aparece em Keynes, o tempo irreversível esteja marcado por uma ambigüidade que tem origem na capacidade empresarial de mobilizar dinheiro. O dinheiro circula, mas o poder de gasto, quando se realiza, gera cenários que são o sintoma do modo irreversível pelo qual a estrutura econômica vai se transformando.

Foi abrindo espaço à percepção dessas relações que J. M. Keynes, mesmo sem o conceito de Capital, inaugurou um campo de conhecimento econômico aberto à historicidade.

(1) Cf. Shmitt, 1975, p. 10.

4 - Investimento, Poupança e Lucros

A discussão feita anteriormente tornou possível esclarecer de que forma o poder de gasto capitalista, como definido por Keynes no Treatise, corresponde ao que se costuma chamar "esfera da concorrência" e a uma visão particular da "dinâmica econômica." Vamos examinar com mais detalhe o mecanismo através do qual opera o poder de gasto capitalista.

A instabilidade do processo de acumulação de capital aparece no Treatise a partir da ótica de "curto prazo" das variações repentinas nas decisões de produção de bens de investimento.⁽¹⁾ É a partir de uma mudança nas expectativas de lucro desse setor que se inicia o ciclo de uma economia industrializada. Na medida em que as decisões de poupança nada têm a ver com as decisões formadas pelos empresários do setor produtor de bens de investimento, irrompe um desequilíbrio entre poupança e investimento que representa um excesso de demanda. Sobem os preços e, por conseguinte, os lucros do setor produtor de bens de consumo. Enquanto os níveis de poupança e investimento não se tornarem compatíveis com a proporção da renda dedicada ao consumo o desequilíbrio permanece.

(1) Cf. Vicarelli, 1980, p. 97. "O "curto prazo", quem sabe, não sobrevive à existência de um homem. O "curto prazo", entretanto, é longo o suficiente para incluir (e, talvez, determinar) a ascensão e queda da grandeza de uma nação. NOTA: Adam Smith não subestimava a duração dos prazos curtos. "Noventa anos", disse ele, é o tempo suficiente para reduzir qualquer mercadoria não monopolizada a seu preço natural".) Cf. CW VI, p. 141.

Já alertamos para a possibilidade de interpretar esse curto prazo como uma nova concepção da temporalidade capitalista, e não simplesmente como desvios face à tendência natural do "longo prazo".

"(...) se as decisões quanto às proporções do fluxo de produção futura em forma disponível e não disponível fossem tomadas pelas mesmas pessoas que decidam a cada momento quanto deve ser "poupado", nenhum problema surgiria. Mas se as decisões são tomadas, como de fato ocorre, por pessoas diferentes, então (...) o incremento líquido à riqueza-capital da comunidade como um todo vai ser diferente em certa medida (mais ou menos) do agregado de poupanças dos indivíduos ("cash savings"), entendendo por "poupança" as porções das rendas em dinheiro que os indivíduos deixam de gastar em consumo". (CW V, p.158)

Em resumo do argumento, pelo próprio Keynes:

"(...) se o nível de preços dos bens que são consumidos é de fato igual ou desigual ao seu custo de produção depende de que a proporção da renda da comunidade gasta em consumo seja ou igual à proporção do produto da comunidade que assume a forma de bens de consumo; em outras palavras, depende da divisão da renda entre poupança e gasto em consumo ser ou não igual à divisão do custo de produção do produto entre o custo dos bens adicionados ao capital e o custo dos bens que são consumidos. Se a primeira proporção é maior que a segunda, então os produtores de bens de consumo percebem lucros; se a primeira proporção é menor que a segunda, os produtores de bens de consumo realizam um prejuízo.

Assim, o nível de preços dos bens que são consumidos (i.e. o inverso do poder de compra de dinheiro) excede ou não seus custos de produção na medida em que o volume da poupança fique aquém ou além do custo de produção do novo investimento (i.e., dos bens que são adicionados ao estoque de capital). Portanto, se o volume de pou-

panças excede o custo do investimento, os produtores dos bens que estão sendo consumidos sofrem uma perda, e se o custo do investimento excede o volume de poupanças, eles lucram.

O que acontece com o nível de preços dos novos investimentos, i.e., dos bens que são adicionados ao estoque de capital?

(...) De modo geral, ele depende do nível de preços antecipado das utilidades que esses investimento renderão em alguma data futura e da taxa de juros à qual essas utilidades futuras são descontadas com o propósito de fixar seu valor-capital presente. Assim, o lucro ou prejuízo dos produtores de bens de investimento depende das expectativas do mercado quanto a preços futuros e das taxas de juros prevalescentes variarem favorável ou adversamente a esses produtores. Não depende do lucro ou prejuízo dos produtores de bens de consumo." (CW V, p. 161-2)

Mas a distinção entre os dois processos de formação de preços não implica na ausência de interações mútuas. Aliás, é justamente o exame dessas interações que revela a prioridade das decisões de investimento na determinação do ritmo das flutuações de preços e produção.

(...) movimentos em nossos dois tipos de nível de preços estão ligados e se dão, geralmente, na mesma direção. Pois se produtores de bens de investimento estão obtendo lucros, haverá uma tendência por parte deles no sentido de aumentar o protudo, i.e. a aumentar o investimento que irá, portanto tender — a não ser que as poupanças aumentem na mesma proporção — a aumentar os preços dos bens de consumo; e vice versa." (CWV, p. 162)

O crucial é não esquecer que esses lucros só se transformam em novas decisões de produção, investimento e portanto implicam novos níveis de preços na dependência da capacidade dos empresários "comandarem uma quantidade apropriada de dinheiro e recursos - capital". A seqüência causal pode ser analisada para frente e para trás. Para frente: os lucros causam (estimulam) aumentos na produção e no investimento. Para trás: os lucros só têm esse papel causal se for viável produzir ou investir, isto é, se o nível da taxa de juros não for proibitivo. E o nível da taxa de juros depende da disposição da comunidade a não consumir, magnitude que por sua vez depende da proporção entre produção de bens de consumo e bens de investimento. Na medida em que os lucros são interpretados como distribuição diferenciada dos efeitos sobre os preços das desproporções no crescimento dos setores produtivos de bens de consumo e investimento, distribuição cuja desigualdade reside em última instância na capacidade de os empresários anteciparem lucros futuros e comandarem recursos financeiros ("bancários", no Treatise), pode-se identificar já em 1930 a mensagem central de Keynes: as mudanças na magnitude da produção no capitalismo dependem dos incentivos a investir.⁽¹⁾ O investimento é o motor do capitalismo, as expectativas de lucros e os juros operam como acelerador e freios, respectivamente. Quanto ao combustível e ao modelo do veículo, como já dissemos, são questões de que não se ocupa Keynes, para quem o maior perigo era a ausência de rumo com que se movia o inusitado bélico.

A semelhança com as idéias da Teoria Geral é grande. Mas a principal diferença está no papel privilegiado que se confere, no Treatise, às manipulações das condições de crédito fornecidas pelo sistema bancário e não às possibilidades de intervenção direta sobre o investimento. Por esta razão os ciclos aparecem no Treatise como ciclos de crédito.

(1) Cf. Shackle, 1967, p. 184.

"Assim, o primeiro elo na seqüência causal é o comportamento do sistema bancário, o segundo é o custo do investimento (na medida em que revela o poder de compra do dinheiro) e o valor do investimento (na medida em que releva o nível de preços do produto como um todo), o terceiro é a emergência de lucros e perdas e o quarto é a taxa de remuneração oferecida pelos empresários aos fatores de produção. Variando o preço e a quantidade do crédito bancário o sistema bancário governa o valor do investimento; da relação entre o valor do investimento e o volume de poupanças depende a emergência de lucros ou perdas aos produtores; a taxa de remuneração oferecida aos fatores de produção tende a aumentar ou cair de acordo com a emergência de lucros ou perdas; e o nível de preços da produção de comunidade como um todo é a soma da taxa média de remuneração eficiente dos fatores de produção e da taxa média de lucro dos empresários." (CW V, p. 164)

São as conveniências econômicas previsíveis dos investimentos, não contrarrestadas imediatamente por variações nos custos de financiamento, as causas da instabilidade econômica e das crises.⁽¹⁾ Keynes só não chega a uma teoria das crises na medida em que os ajustes, no Treatise, acabam se dando através dos preços e com uma tendência ao restabelecimento da remuneração normal dos empresários: a interrupção da atividade produtiva ainda não aparece como possibilidade relevante. As flutuações nas taxas de investimento são separadas por Keynes em três categorias: flutuações no capital fixo, capital de trabalho e capital líquido.

"Quando há um desequilíbrio entre poupança e investimento, isso muito mais frequentemente é devido a flutuações na taxa de investi-

(1) Cf. Vicarelli, 1980, p. 104

timento do que a mudanças na taxa de poupança que é, em circunstâncias normais, de um caráter francamente estável." (CW V, p. 85)

Aceitando a visão de Schumpeter quanto ao papel crucial desempenhado pelo empresário inovador e pelas ondas de inovação, Keynes entretanto ressalta que os empresários envolvidos na produção de capital fixo decidem com base em expectativas de lucro que sejam referendadas pelo funcionamento do sistema bancário.

Quanto à periodicidade dessas flutuações, Keynes rejeita a possibilidade de determinação estatística da extensão das "ondas". Um aspecto interessante (e que prejudica a definição de períodos determinados com base no exame do mercado de títulos) é a falta de sincronização entre a emissão de título e o momento em que o investimento correspondente é feito.

"(...) encontro-me fortemente simpático à escola de escritores — Tugan-Baranovsky, Hull, Spiethoff e Schumpeter — dos quais Tugan-Baranovsky foi o primeiro e mais original; e especialmente com a forma que a teoria assumiu nas obras de Tugan-Baranovsky e dois economistas amadores americanos, Lorty e Tohnnsen." (CW VI, p. 90)

Por outro lado, flutuações no capital de trabalho⁽¹⁾ ("working capital") correlacionam-se a flutuações no volume de emprego. A importância prática desse fundo de capital de trabalho está na magnitude que pode assumir frente à taxa temporal com que o novo investimento o requer. O auge cíclico "pode representar uma luta, oculta sob o véu do sistema de crédito, para repor capital de trabalho mais rapidamente do que seria factível sob um regime de preços estáveis".

(1) Bens em processo, tanto bens de consumo quanto bens de investimento.

(CW VI p.31) Mas essas exigências de reposição do fundo de capital de trabalho só se verificam quando não é possível usar os estoques de capital líquido ou poupanças correntes. A magnitude de capital de trabalho fornece portanto a relação ponderada entre o volume de produção e o volume de emprego.

"Se, entretanto, a taxa de insumo não é estável e o emprego flutua (...) a expressão "volume de produção" torna-se ambígua. Às vezes não é claro se por ela entendemos volume de emprego ou volume de produção (...) e durante as flutuações ambas vão temporariamente separar-se."

"Erros são feitos frequentemente, tanto pelos que procuram explicar eventos passados quanto pelos que pretendem prever os futuros, por darem atenção insuficiente ao decurso temporal entre as três manifestações - produto, demanda por capital de trabalho e emprego." (CW VI, p 106)

Mais ainda, é preciso distinguir o consumo improdutivo. Quando há um investimento (substituição da produção de bens de consumo pela produção de capital fixo) muda a proporção da renda que aparece sob forma não-disponível. Daí Keynes infere que o nível correspondente de consumo corrente se reduz, o que não ocorreria no caso de um aumento no capital de trabalho associado ao aumento da produção e do emprego. Nesse segundo caso também há investimento, mas sem que seja necessário reduzir o consumo. Em suma, o aumento de capital fixo implica em abstenção por parte da comunidade, enquanto que o aumento no capital de trabalho implica uma redistribuição do consumo do resto da comunidade para os recém-empregados. O investimento exige uma redistribuição do consumo corrente mas não uma redução no seu agregado, substituindo consumo improdutivo. Assim, o investimento pôde aumentar não

pela redução do consumo mas pelo aumento da produção, ainda que algum setor possa vir a ter seu consumo prejudicado.

"Em qualquer momento, portanto, uma comunidade deve tomar dois conjuntos de decisões — uma com relação à proporção de renda futura que estará disponível para o consumo ou para capital fixo, a outra com relação a que proporção da renda presente deverá ser consumida produtivamente e qual improdutivamente. O primeiro conjunto de decisões corresponde ao que temos em mente pensamos em poupança e investimento. Mas é do segundo tipo que depende o emprego ou desemprego. O pleno emprego dos fatores de produção requer uma redistribuição, não uma redução do consumo agregado."(CW VI, p. 112)

O propósito teórico de Keynes consiste em mostrar que os desequilíbrios do sistema econômico devem-se menos à diminuição da atividade em si, mas à diferenciação de poderes de gasto, entendida principalmente como "diferentes formas de planejar o futuro". Essas diferentes formas dependem dos cálculos empresariais vinculados à oportunidade de esperar pela realização de expectativas de lucro e da inexistência de formas mais imediatas de valorização. Assim, o incremento da riqueza não aparece como consequência da abstinência, mas do tipo de decisão capitalista: produzir mais ou investir mais. O crucial da dinâmica econômica é a distinção entre esses dois tipos de gasto, que entretanto frequentemente aparecem como formas diversas de consumo. O "consumo improdutivo" é um tipo de consumo que, mesmo não sendo realizado, não implica em diminuição do emprego. É apenas outra forma de definir o conjunto de bens em processo que, não consumidos, associam-se entretanto à geração de emprego. O "consumo produtivo" é aquele cuja redução implica imediatamente redução no próprio "esforço pro-

utivo" do consumidor. Mas essas apenas são maneiras (da ótica do consumo) de definir o processo de acumulação de capital em que o determinante é a divisão entre decisões de produção ou de investimento.

"Adições ao capital fixo, ao capital líquido ou ao capital de trabalho são, todas, apenas possíveis na medida em que há passagem do tempo para a comunidade como um todo entre o momento da desutilidade de trabalhar e o momento do efetivo aproveitamento da renda. Mas a forma de investimento que resulta do emprego adicional dos fatores de produção em consumo imediato adicional para a comunidade como um todo não consiste, entretanto, em abstenção do consumo de renda disponível da comunidade, mas na permissão para que essa renda seja consumida por pessoas engajadas em um processo produtivo que não fornecerá renda em retorno a não ser depois que tenha passado um certo período de tempo." (CW VI, p. 113)

O investimento acaba aparecendo, portanto, como mudança nos tipos e datas de consumo, ainda que dependa das decisões daqueles que esperam maiores lucros, e não maior consumo. Há entretanto um conflito entre o motivo (expectativas de lucros) e os meios (redistribuição do poder de compra existente) para a criação de riqueza. O Treatise coloca ênfase principalmente nos meios, i.e., nas várias formas de redistribuição do poder de compra (inflação, deflação, alteração nos perfis de consumo, magnitude dos estoques de capital fixo e capital líquido). Frequentemente o motivo aparece, mas ainda não ocupa o lugar central da análise. Daí que o ciclo de crédito seja o principal fenômeno estudado, na medida em que o sistema bancário é essencialmente o intermediário, i.e., o agente responsável pela administração dos meios para a criação de riqueza. Entretanto, apesar dos meios se-

rem administrados ou regulados pelo sistema bancário, são de natureza eminentemente material. E apesar do motivo guiar a decisão dos proprietários dos meios materiais produtivos, ele é de natureza eminentemente financeira.

5. Circulação Industrial e Financeira

A análise qualitativa em que se converteu a teoria quantitativa nas mãos de Keynes caracteriza-se pela identificação de dois poderes de gasto cuja importância é estratégica na definição do tempo econômico: o gasto capitalista (produção e investimento) e o crédito (poder regulatório sobre o gasto capitalista).

Esses dois poderes explicitados por Keynes são, ao mesmo tempo, os sustentáculos de dois espaços econômicos singulares: a circulação industrial e a circulação financeira. Mas o dinheiro está presente nas duas "esferas", apenas os propósitos com que é usado diferem para cada uma delas. A própria existência do dinheiro associa-se à existência de dívidas de tal sorte que o poder de compra dos agentes econômicos é sempre, simultaneamente, também um instrumento para a consecução de contratos de pagamento diferido.⁽¹⁾ Oferta de dinheiro e volume de contratos estão correlacionados. Entretanto, dois tipos básicos de contrato podem estabelecer-se numa economia capitalista: um implica contratação de fatores, produção corrente e geração de renda, o outro vincula-se às negociações com títulos de riqueza (ações, empréstimos, especulação).

Os dois poderes, tipos de contrato e circulação expressam o grau máximo a que chegou, no Keynes do Treatise, o interesse em diferenciar investimento de poupança. O investimento relaciona-se à produção de novos bens de capital, e poupança vincula-se à circulação de contratos e títulos de riqueza passada ou futura. Novamente o desequilíbrio que indica a natureza dinâmica da economia se dá entre as perspectivas de produção e as de valorização financeira.

"O crédito é a estrada ao longo do qual a produção viaja, e se os banqueiros soubessem

(1) CW V, p.3

o seu dever, providenciariam as facilidades de transporte na medida requerida para que os poderes produtivos da comunidade fossem empregados à plena capacidade." (CW VI, p. 220) ⁽¹⁾

O conflito entre os meios e os propósitos da criação de riqueza manifestam-se plenamente no capitalismo. Já no Treatise torna-se claro que o problema não é a falta de meios, mas a incongruência dos propósitos.

A indústria requer a utilização de certa parte do estoque total de dinheiro: depósitos de renda (income deposits) e parte de depósitos dos negócios ("business deposits") a finança atrai os depósitos de poupança e outra parte dos depósitos dos negócios.

Constituem-se assim dois circuitos monetários, um atendendo a propósitos derivados do empreendimento, outro atendendo a propósitos "poupadores".

A compra de bens e o pagamento de salários são duas faces da circulação industrial e refletem toda e qualquer flutuação na atividade. Assim, variações nos depósitos de renda transformam-se parcial e recorrentemente em depósitos de negócios através das vendas de produtos. Mesmo a parte dos depósitos de negócios que é mantida para fazer frente a custos de produção, capital de trabalho ou bens de capital recém-terminados reflete-se nas variações nos depósitos de renda. Entretanto, há razões para que os depósitos empresariais não variem na mesma proporção que os rendimentos. ⁽²⁾

(1) Cf. Davidson, 1972, cap. 13

(2) CW V, p. 219 e SS.

- a) mudanças nos preços relativos de diferentes categorias de produtos (ou mudanças no caráter da produção);
- b) os depósitos empresariais não são dotados da periodicidade com que ocorrem os depósitos de rendimentos (regularidade das datas de pagamento) e mudam de velocidade com o nível de emprego e com o caráter da produção;
- c) a emergência de lucros altera também os hábitos e frequência dos depósitos empresariais.

Por essas razões, o volume da circulação industrial, que a princípio parecia estar diretamente ligado ao nível de atividade, acaba se divorciando de mudanças nos depósitos de rendimentos (i.e., as rendas monetárias agregadas, ou o volume e custo de produção corrente).

Por outro lado, os fatores que afetam a finança são de outra ordem, pois o volume de negócios realizados através de instrumentos financeiros, ou a "atividade" financeira, é tão variável quanto apenas indiretamente ligada ao volume de produção de bens de capital ou de bens de consumo. É que o volume corrente de produção de capital fixo é pequeno se comparado ao estoque existente de riqueza. Novamente surge a questão do "choque de valor" entre a riqueza velha e o volume de títulos representante da riqueza já existente. As transações com esses títulos não guardam qualquer dependência face à taxa com que se adiciona riqueza aos estoques físicos. Assim, na "moderna comunidade equipada com bolsas de valores"⁽¹⁾ o circui-

(1) CW V, p. 222. Aqui, o conflito entre estoques e fluxos é resolvido em favor dos estoques cf. Schackle, 1967, p. 208. A integração do tempo (e do dinheiro) no discurso da ciência econômica requer a devida priorização dos estoques na análise. Na teoria ortodoxa a ausência da dimensão temporal é a outra face da ausência de moeda e da prioridade conferida à idéia de uma produção imediatamente consumível — portanto dos fluxos. cf. D'Antonio, 1981, p. 193 e p. 202,n.

to de produção corrente de capital fixo é apenas uma proporção pequena do giro global de títulos.

Mesmo o preço dos títulos existentes independe ao longo de períodos curtos seja do custo de produção ou do preço de capital fixo novo.

"Pois os títulos existentes consistem grandemente de propriedades que não podem ser rapidamente reproduzidas, de recursos naturais que sequer podem ser reproduzidos e do valor capitalizado de renda futura antecipada pela posse de quase-monopólios de vantagens quaisquer. O "boom" de investimento nos E.U.A. em 1929 foi um bom exemplo de um aumento no preço dos títulos como um todo que não foi acompanhado por qualquer aumento no preço da produção corrente de capital fixo novo." (CW V, p. 222)

A influência dos depósitos empresariais sobre o volume do giro financeiro é reduzida, levando-se em conta a velocidade alta com que esse dinheiro gira. A principal fonte de variação na demanda de dinheiro para propósitos financeiros está, portanto, nos próprios depósitos de poupança.

"A existência de depósitos de poupanças é uma indicação de que há pessoas que preferem manter seus recursos sob a forma de reclamos de dinheiro de caráter líquido realizável imediatamente. Por outro lado, há uma outra classe de pessoas que emprestam dos bancos de modo a financiar uma retenção de títulos maior que aquela possível apenas com recursos próprios." (CW V, p. 223)

Deve-se portanto diferenciar a "poupança, que resulta de opções individuais⁽¹⁾, e é um estrato bas-

(1) Aqui os motivos que depois Keynes sintetizaria, na Teoria Geral, na teoria da preferência pela liquidez.

tante estável, da categoria de agentes denominada "proprietários de riqueza", i.e, aqueles que preferem permanentemente reter depósitos de poupança e não títulos.

Esses "proprietários de riqueza" são denominados, em linguagem de bolsa", os "ursos". São aqueles que vendem títulos dos quais não são proprietários ou que preferem manter uma posição de liquidez sob a forma de depósitos de poupança. Em oposição aos "ursos" há os "touros".

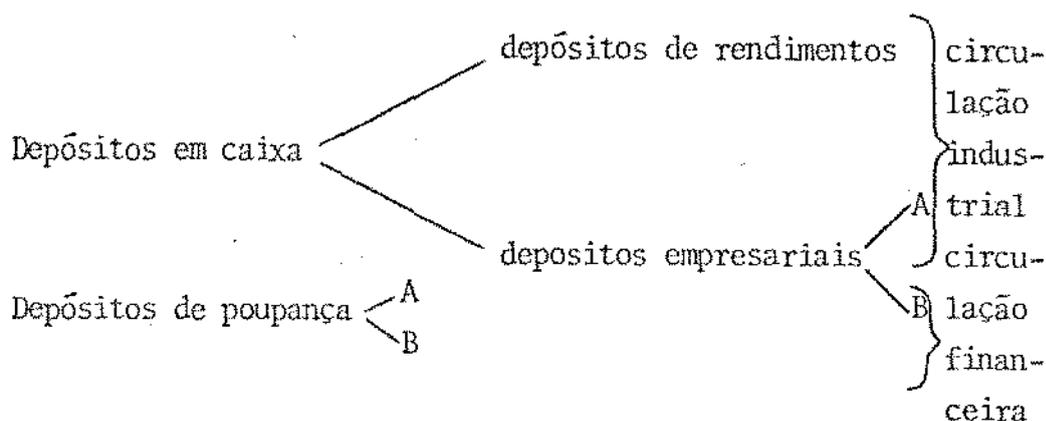
"Um urso é alguém que prefere momentaneamente evitar títulos e empresta dinheiro, correspondentemente um touro é alguém que prefere reter títulos e tomar dinheiro emprestado — o primeiro antecipando uma queda no valor em dinheiro dos títulos e o segundo antecipando uma elevação." (CW V, p.224)

Daí serem os "ursos" baixistas, e os "touros" altistas.

Quando o sentimento altista predomina, há uma tendência à queda nos depósitos de poupança. A magnitude dessa queda depende da velocidade e montante em que as taxas de juros de curto prazo caem frente ao aumento nos preços dos títulos, contrabalançando o sentimento altista. A aceleração do sentimento altista só pode ser referendada se o sistema bancário, seja através de compras de títulos, seja tirando proveito da diferença de opinião entre altistas e baixistas, intermediar a transferência de fundos de poupança para aplicações em títulos. Assim, se uma parcela do público se vê tentada, pelo crédito fácil, a tomar emprestado para a compra especulativa de títulos, os preços dos títulos podem ser elevados até que uma outra parcela do público prefira depósitos de poupança.

O nível de preços dos títulos depende portanto do grau de sentimento altista e do comportamento do sistema bancário. Enquanto a elevação nos preços dos títulos não gerar um sentimento contrário, forma-se um consenso de opinião em favor da retenção de títulos.

Temos, esquematicamente:



onde:

- depósitos de rendimentos } parte do estoque de dinheiro
- depósitos empresariais A } usado na produção e no consumo
(circulação industrial)
- depósitos empresariais B ... dinheiro usado no mercado de ações
- depósitos de poupança A ... estrato estável retido por razões pessoais
- depósitos de poupança B ... depende da oposição entre "ursos" e "touroros"

As flutuações nos depósitos de poupança B são considerados por Keynes como provavelmente o mais importante elemento de viabilidade na demanda monetária devida ao motivo financeiro. Dessa forma, o montante total de circulação financeira depende parcialmente da atividade (transações) mas principalmente da magnitude da posição altista.

Feita essa análise, podem ser caracterizados quatro tipos de mercados especulativos:

- 1) mercado de "touros" tendo consenso de opinião, com subida nos preços dos títulos na queda nos depósitos de poupança; os ursos fecham suas posições em um mercado altista;
- 2) mercado de "touros" com opinião dividida, os preços dos títulos sobem mais do que suficientemente a ponto de elevarem-se os depósitos de poupança, os "ursos" aumentam suas posições em um mercado altista;
- 3) mercado de "ursos" com opinião dividida, os preços dos títulos caem a ponto de caírem os depósitos de poupança, os "ursos" fecham suas posições com um mercado baixista;
- 4) mercado de "ursos" tendo consenso de opinião, os preços dos títulos caem insuficiente de tal sorte que se elevam os depósitos de poupança, os "ursos" aumentam suas posições em um mercado baixista.

Movimentos especulativos do tipo 1 e 3 afetam a indústria como se se tratasse de um aumento na oferta de dinheiro, pois uma queda no volume dos depósitos de poupança não compensada pela ação dos bancos (diminuindo a oferta de ativos), aumenta o montante de dinheiro disponível para a circulação industrial. Especulação dos tipos 2 e 4 têm um efeito análogo a uma diminuição na oferta de dinheiro.

Por outro lado, uma elevação nos preços dos títulos estimula um aumento no nível de preços do novo investimento.⁽¹⁾ Especulação do tipo 1 reduz o poder de compra do dinheiro em termos de títulos e de novo

(1) CW V, p. 226.

investimento. Na medida em que ocorre um aumento na oferta de dinheiro à circulação industrial permitem uma expansão do investimento, o oposto ocorre na especulação do tipo 4, e nos casos 2 e 3 há forças contrárias agindo simultaneamente.

"Concluimos, portanto, que mudanças na situação financeira são capazes de causar mudanças no valor do dinheiro de dois modos. Têm o efeito de alterar a quantidade de dinheiro disponível à circulação industrial e podem ter o efeito de alterar a atratividade do investimento. Assim, enquanto o primeiro efeito não for compensado por uma mudança na quantidade total de dinheiro e o segundo por mudanças nas condições de empréstimo, resultará uma instabilidade no nível de preços da produção corrente." (CW V, p. 227)⁽¹⁾

O risco inerente à distribuição entre os dois circuitos reside na possibilidade da circulação financeira roubar recursos da circulação industrial, encorajando a posição altista ("touros"). A elevação cumulativa do nível de preços dos novos investimentos acaba deflagrando posteriormente um sobre-investimento. Se os bancos apertarem as condições de crédito tentando evitar uma corrida altista, por outro lado, pode ocorrer uma tendência deflacionária.

"A solução reside - no que diz respeito à estabilidade do poder de compra - em permitir à finança e à indústria o acesso a quanto dinheiro necessitem, mas a uma taxa de novo investimento (relativamente à poupança) que exatamente compense o efeito do sentimento altista." (CW V, p.227)

(1) Já aqui surgia a proposta de Keynes no sentido de intervenção regulatória por parte de um Banco Central.

Além das dificuldades de manipulação, pode ainda ocorrer na prática que uma elevação da taxa de juros que previna a corrida altista, prevenindo o sobre-investimento futuro, pressione a produção presente no sentido do sub-emprego, embora Keynes atribua essas possibilidades ainda seja a falhas de previsão ou às dificuldades de mudanças estruturais na produção. A outra saída seria discriminar as linhas de crédito para a finança e para a indústria. De qualquer forma, essa interação entre finança e indústria revela uma economia capitalista que oscila entre o desemprego e o sobre-investimento.

A compreensão dessa instabilidade essencial reside na distinção entre expectativas de curto prazo e de longo prazo. No longo prazo é de se esperar que o valor dos títulos mantenha uma relação direta com o valor dos bens de consumo, na medida em que depende das expectativas quanto ao valor do montante líquido de bens de consumo que os títulos, direta ou indiretamente, proporcionarão, ponderado pelo risco e incerteza dessa expectativa e multiplicado pelo número de anos cuja compra corresponde à taxa de juros corrente para o capital de duração em questão.⁽¹⁾ Na medida em que os bens representados pelos títulos podem ser reproduzidos, o valor antecipado dos bens de consumo gerados pelos bens de capital será influenciado pelo custo de produção dos bens de capital em questão, pois esse custo afeta a oferta prospectiva de tais bens.

"Mas no curtíssimo prazo, [o valor dos títulos] depende de opiniões bastante incontroláveis por quaisquer fatores monetários presentes. Um valor mais elevado de títulos não é imediatamente xecado por fatores monetários do modo como uma elevação similar de preços de bens correntemente consumidos seria xecada

(1) CW V, p. 228

por uma auxência de renda suficiente para comprá-los. Pois vimos que o volume de depósitos empresariais B requeridos para transações financeiras depende pelo menos tanto da atividade dos mercados quanto do valor médio dos instrumentos negociados, e também na medida em que possuem altíssima velocidade de circulação qualquer aumento necessário é facilmente suprido sem maior efeito sobre a oferta de dinheiro para outros fins (...)." (CW V, p. 229)

A circulação financeira opera com base em expectativas de valorização divorciadas das expectativas dos mercados de produtos. O dinheiro, que é o suporte das expectativas, pode ser gerado internamente (como poder de multiplicação das transações financeiras) sem qualquer vínculo direto ou necessário com o volume de transações nos mercados

Essa instabilidade de curtíssimo prazo instaura-se portanto a partir da diferenciação entre o poder de gasto que opera a um ritmo independente, em certo grau, das oscilações prospectivas nos volumes de transações mercantis.

A circulação financeira instaura um espaço econômico cujos compromissos com o futuro da produção repousam sobre bases subjetivas e instáveis.

"Se todos concordam com que os títulos vallem mais, e se todos são "touros" no sentido de preferirem títulos a um preço crescente face à alternativa de aumentarem seus depósitos de poupança, não há limite para o aumento no preço dos títulos e nenhum xeque efetivo provem de uma escassez de dinheiro." (CW V, p. 229)

A reversão dessa corrida especulativa só ocorrerá quando as tais expectativas forem revertidas, em função de uma defasagem relativa suficiente entre o preço dos títulos e a taxa de juros de curto prazo, quando a posição "urso" tenderá a se desenvolver. Entretanto, essa variação artificial no valor dos títulos afeta o cálculo comparativo que está na base do novo investimento, na medida em que haja uma disparidade entre o valor dos títulos existentes e o custo de produção dos novos bens de capital.

"O principal critério de interferência em um mercado financeiro "touro" ou "urso" deveria ser as prováveis reações dessa situação financeira sobre o equilíbrio prospectivo entre poupanças e novo investimento. (CW V, p. 230)

O risco dessa temporalidade financeira que se arma no interior da economia capitalista reside na hegemonia exercida pelos requisitos de reprodução, pelo menos, do valor da riqueza velha. Esse domínio exercido por um vasto estoque de títulos existentes e dinheiro nas mãos de indivíduos pode acabar impedindo a viabilidade do novo investimento, dada a pouca influência das novas emissões de títulos.

O Treatise apresenta, portanto, uma análise dos vários tipos de exigências de manutenção de estoques de dinheiro por vários agentes econômicos, cada qual procurando exercer uma demanda peculiar. Basta saber qual demanda monetária acaba se impondo. A circulação financeira exhibe o poder de uma esfera onde existe uma capacidade endógena de gerar poder de compra, em alguns momentos superior àquela que caracteriza o mundo dos negócios vinculado à indústria.

A capacidade endógena de criação monetária só tem limites imagináveis na ação dos bancos, mas a ação dos altistas nos mercados de valores pode superar até

mesmo a capacidade de intervenção dos bancos. Trata-se de um poder de ampliação das expectativas de liquidez sem base estável ou objetiva. ⁽¹⁾

Por outro lado, quando essas expectativas de liquidez começam a mostrar-se excessivas, a depressão no valor dos títulos em si mesma torna inviável a recuperação do investimento através da colocação de novas emissões de títulos. Os intermediários financeiros passam a se preocupar em proteger a riqueza já existente (ainda que só no papel) e as possibilidades de emissão se restringem.

A capacidade endógena da reação da oferta monetária reflete o poder de criação de liquidez dos intermediários financeiros, liquidez que pode atingir uma magnitude desproporcional às necessidades dos negócios. O exame do poder de gasto capitalista conduz Keynes, portanto, a uma teoria do poder de ampliação da liquidez no capitalismo. A incerteza e a instabilidade derivam-se fundamentalmente da incongruência entre as possibilidades de geração de expectativas de liquidez pelos intermediários financeiros e os diversos poderes de gasto que efetivamente se realizam, tanto em bens de consumo quanto em bens de capital. ⁽²⁾

(1) Mas não se deve subestimar a importância da criação de créditos pelos bancos. O fato, nunca ignorado pelos economistas não recebeu a devida atenção. Schumpeter (1982, p. 1 209) alerta para a reação da ortodoxia, que voltou a enfatizar a "poupança do público" como determinante no financiamento do investimento o crédito nada tem a ver com "poupança prévia".

(2) A questão do conflito entre a liquidez "individual" e "social" será retomada na Teoria Geral.

6. A Teoria dos Juros

No exame do poder de gasto capitalista, já fizemos inúmeras referências à taxa de juros sem explicitar o seu significado no Treatise. Foi dada prioridade à exposição dos elementos da economia capitalista, descritos por Keynes no Treatise, que revelam o caráter do poder exercido pelos capitalistas sobre o processo de geração e apropriação da riqueza. Esse poder de determinação das possibilidades de continuidade do processo de criação de riqueza é eminentemente instável. Pois a relação entre as circulações industrial e financeira acaba, em função das modalidades e formas aí definidas de existência e circulação de dinheiro, por turvar a percepção que os capitalistas têm das possibilidades objetivas de continuidade da acumulação de riqueza.

Mas justamente na teoria neo-clássica ortodoxa os juros aparecem como taxa de remuneração por uma espera, ou seja, refletem a avaliação que os agentes econômicos fazem da relação entre decisões no presente e no futuro. Mesmo Robertson, que procurou como vimos diferenciar diversas formas de espera, não deixou de remetê-las ao funcionamento da taxa de juros. Qual a relação, portanto, entre a instabilidade temporal característica das avaliações capitalistas descritas no Treatise (e que nada têm a ver com qualquer forma de "espera" ou "abstinência") e a teoria das taxas de juros assumida por Keynes antes da Teoria Geral, ou seja, entre uma Teoria do Gasto (não da abstinência) e uma Teoria dos Juros sabidamente inspirada na concepção de Wicksell (um notório representante da ortodoxia neo-clássica).

Por outro lado, é inegável que há em Wicksell, elementos heterodoxos que, como em Marshall, permitem desenvolvimentos ulteriores frontalmente críticos da tradição marginalista. É necessário avaliar ao

menos de passagem a contribuição de Wickesell para podermos responder à questão inicial: em que medida a mensagem do Treatise por nós relevada até agora merece ser qualificada (no que se refere à percepção do tempo implícita na Teoria dos Juros).

Já vimos como, mesmo a partir da teoria quantitativa, Keynes foi distanciando-se da idéia segundo a qual um aumento na quantidade de dinheiro cria um poder aquisitivo que automaticamente transforma-se em gasto com bens de capital, como se houvesse um ajuste contínuo e mecânico do investimento à poupança.⁽¹⁾ A moeda circula, mas não seu poder de compra. Há tipos distintos de circulação monetária com resultados distintos em termos de efetivação de poder de compra. Se, por um lado, o dinheiro circula pela economia, o poder de gasto efetivo depende de uma seqüência irreversível de decisões tomadas pelos capitalistas empreendedores, que são os verdadeiros criadores de poder de compra e não meros transferidores.⁽²⁾

Entretanto, para os neo-clássicos existe um mecanismo que ajusta automaticamente investimento e poupança: a taxa de juros. E é justamente essa visão dos juros que aparece no Treatise.

A doutrina tradicional pode ser expressa de três maneiras distintas mas interligadas:

- a) a taxa bancária regula a quantidade de dinheiro bancário, taxas elevadas implicam em baixa de preços;
- b) a taxa regula o fluxo de metais preciosos de um país, afetando a atração relativa sobre capitais externos;

(1) cf. Vicarelli, 1980, p.117

c) a taxa influencia o investimento ou ao menos certos tipos de investimento.

Keynes aproxima-se, no Treatise, da terceira versão (CW V, p. 171). A taxa de juros afeta o segundo termo das equações fundamentais (equilíbrio poupança-investimento) e afeta o nível de preços.

Wicksell foi o principal expositor dessa forma de teoria dos juros queria fundamentar a tese de que os aumentos autônomos da quantidade de dinheiro atuam no processo econômico através dos juros bancários (ciclos de crédito) e assim quase chegou a negar a influência direta de M (quantidade de dinheiro) sobre P (nível de preços).

Wicksell pensava em termos de demanda monetária agregada, e não em termos de demanda por mercadorias singulares (como exigia a lei de Say). Ao adotar esse ponto de vista, Wicksell abriu caminho para a rejeição da lei de Say, ponto que certamente interessava Keynes. ⁽¹⁾

Seguindo a visão tradicional Wicksell distinguia entre uma taxa de rendimento do capital físico e uma taxa monetária derivada. Em outros termos, distingue entre uma porcentagem anual paga pelos empresários aos bancos para emprestar dinheiro (taxa monetária de juros) e a porcentagem anual que o dinheiro emprestado poderia gerar se aplicado na produção e comércio (taxa natural de juros).

A inovação de Wicksell consistiu em associar essa distinção à análise de um processo cumulativo. Se os bancos regulam a taxa de empréstimos a ponto de situá-la em nível inferior ao da taxa natural ou real ⁽²⁾, vale a pena tomar emprestado e "aplicar" na produção: compra-se trabalho, materiais e instrumen-

(1) Cf. Ohlin, 1981

(2) Real no sentido de estar associada à avaliação dos fluxos de rendimento de uma planta produtiva e não no sentido de taxa deflacionada por algum índice.

tos, eleva-se a concorrência pelos fatores, por conseguinte elevam-se os preços, impulsionando para cima o nível de renda dos ofertantes de fatores produtivos que, aumentando seus gastos, dão ainda mais estímulo à "aplicação" de recursos monetários na produção de bens. O processo cumulativo, inflacionário, sustenta-se enquanto o custo do dinheiro emprestado fôr menor que a renda derivada das coisas compradas com o tal dinheiro (não existindo capacidade ociosa).

Através desse mecanismo, Wicksell mostrou que:

- a) M afeta a produção e não apenas preços;
- b) os bancos são uma fonte crucial do processo.

A taxa natural é governada pela tecnologia incorporada no estoque de equipamento existente⁽¹⁾. Cada adição a esse estoque tornaria possível, em princípio, uma melhor divisão do trabalho, mas a eficácia de tal adição seria menor quanto maior o estoque a que fosse adicionado. Como esse estoque altera-se lentamente, a taxa monetária é mais volátil, ainda que tanto a taxa monetária quanto a natural sejam formas de renda derivadas da propriedade de riqueza.

Ora, se a taxa monetária não é mero reflexo da taxa de retorno na margem do estoque de bens de capital, então trata-se de uma remuneração que não é o único (talvez não seja o mais importante) incentivo para o não consumo presente, ainda que afete as decisões de investimento.⁽²⁾ A distinção de Wicksell permite portanto incorporar à análise dos juros a diferenciação de origem e natureza entre poupança e investimento, que-

(1) Incluindo terras, florestas, minas, prédios etc.

(2) É uma taxa que emergiu na determinação do nível de preços dos bens de capital, que examinamos páginas atrás.

brando com a tradição que assimilava os juros à remuneração pelo não consumo (espera ou abstinência). A temporalidade aqui implícita não se reduz portanto à da visão ortodoxa.

A ênfase dada por Wicksel aos efeitos das possíveis divergências entre os tipos monetários e naturais (reais) de juros não constitui em si mesma em razão para o abandono da clássica (e neo-clássica) assimilação do fenômeno dos juros a um rendimento derivado de bens físicos. Mas, por outro lado, cria espaço analítico para o tratamento da taxa monetária de juros como variável relevante que depende de fatores diferentes daqueles que regulam o rendimento do capital físico. Os dois tipos de juros relacionam-se, podem até ser iguais, mas já não são fundamentalmente a mesma coisa. No sistema Walrasiano a taxa monetária é meramente a expressão monetária (neutra em si mesma) de taxas de rendimento de capitais físicos. Wickesell introduziu a taxa monetária como uma nova variável que exige a formulação de novas condições de equilíbrio, que vieram a ser conhecidas como "equilíbrio monetário" através das obras da escola sueca.⁽¹⁾ O distanciamento analítico entre o tipo natural e o monetário abriu caminho para o que viria, na obra posterior de Keynes, a se constituir na distinção entre taxa monetária de juros e eficácia marginal do capital.⁽²⁾ Fazendo referência a Wicksell, Keynes alertava no Treatise:

"(...) ele foi o primeiro autor a tornar claro que as influências da taxa de juros sobre o nível de preços opera através de um efeito sobre a taxa de investimento, e que investimento nesse contexto significa investimento e não especulação." (CW V, p. 177)

(1) A avaliação acima encontra-se originalmente em Schumpeter, 1982, p. 1 213.

(2) Em Wicksell, porém, o tipo natural identifica-se à produtividade marginal de capital, conceito radicalmente distinto de "eficácia marginal" de Keynes.

Ganha relevo assim a necessidade de teorias puramente monetárias dos juros. Os juros aparecem como algo de natureza monetária e não apenas de forma monetária.⁽¹⁾

A idéia wickselliana incorporada no Treatise é a de que o investimento planejado (aumento intencional, a cada momento, do estoque de equipamento ou riqueza) é determinado por uma comparação marginal entre lucro esperado e taxa de juros. Entretanto, a teoria do capital de Wicksell, baseada na definição de períodos, foi recusada por Keynes. O tempo em Wicksell era considerado como a dimensão variável do capital, uma característica objetiva de um conjunto de bens materiais.⁽²⁾ Ora, o esforço de Keynes, como temos visto, foi o de colocar em primeiro plano a relatividade e a subjetividade do tempo no capitalismo.

Nesse sentido, a teoria dos juros wickselliana insere-se na tradição do "método do longo prazo"⁽³⁾, que já discutimos com referência ao tratamento marshalliano do tempo, páginas atrás. Wicksell, modificador da teoria quantitativa da moeda, ocupa um lugar análogo ao de Marshall na história do pensamento econômico, mas no que diz respeito às discussões sobre tempo e história representa uma posição que também não poderia ser adotada por Keynes, pois implica na definição "a priori" do que seja o período relevante para a análise.

Wicksell recusava explicitamente a aplicação da Teoria quantitativa à "realidade concreta"⁽⁴⁾, na me-

(1) Cf. Schumpeter, 1982, p. 1 214.

(2) Cf. Seligman, 1967, p. 663

(3) Cf. Milgate, 1984.

(4) Que Milgate interpreta como "curto prazo".

dida em que no lugar do crédito a ortodoxia enfatiza os balanços de caixa individuais, com a tradicional hipótese de constância da velocidade de circulação. Essas críticas vinculam-se em última análise aos debates anteriores à legislação bancária britânica de 1844.

As principais escolas britânicas em questão foram a "Banking School" e a "Currency School", que ocuparam posições de certa forma análogas ao debate moderno entre keynesianos e monetaristas. (1)

A "Currency School" advogava a necessidade de respaldo em ouro para a emissão de notas superior a certo montante e controle centralizado nas mãos de um grande banco (o Banco da Inglaterra) com a justificativa de que emissão excessiva geraria inflação. Mudanças nos estoques de ouro refletiriam, para os adeptos dessa corrente, as alterações relativas na concorrência internacional e seriam sinais de mudanças na disponibilidade de crédito. Os críticos diziam que era um absurdo amarrar o desenvolvimento econômico à disponibilidade de um fator arbitrário: o estoque de ouro.

Já a "Banking School", tomando como exemplo o caso escocês, argumentava que o fundamental era o crescimento real da economia — algo que poderia não se refletir no estoque de ouro. Devido às conexões estreitas entre os bancos, os negociantes e os industriais, o crédito poderia continuar se expandindo para financiar a atividade real e os ativos líquidos, não só ouro, seriam a retaguarda da expansão do crédito nos momentos em que havia oportunidades lucrativas para financiar. Os críticos apontavam para o risco de cres

(1) Cf. Dow, Earl, 1982, cap. 3.

cimento do número de títulos despropositadamente além do volume de atividade econômica.

Wicksell achava que a "Currency School" ignorava o papel do crédito como uma forma altamente líquida de substituir dinheiro corrente. Assim, surgia a possibilidade de desigualdade entre a oferta agregada monetária e a demanda agregada monetária, ainda que "em última análise" a igualdade acabe sempre se verificando. Em suma, Wicksell aceitava a validade da teoria tradicional "no longo prazo", mas através do exame do processo cumulativo e do papel dos bancos apontava para uma outra temporalidade capaz de se armar apesar das tendências naturais do sistema.⁽¹⁾ Assim como Smith e Marshall falavam em preço natural e preço de mercado e na tendência à obtenção de uma taxa equalizada de lucro no "longo prazo", Wicksell falava em taxa natural de juros (uma outra maneira de fazer referência aos lucros) e taxa monetária.

Entretanto, a presença desses elementos wicksellianos no Treatise tem levado alguns autores a considerar a obra como ortodoxa, ao menos no que diz respeito a essa característica aceitação do "longo prazo" para elaboração de descrições de desvios, atritos e incertezas de "curto prazo".⁽²⁾

Milgate recusa a interpretação que vê como contribuição do Treatise a ênfase na distinção entre decisões de investidores e poupadores, que como já vimos é central na rejeição do mito segundo o qual os capitalistas automaticamente reinvestem o total de sua riqueza acumulada. Mas segundo a tradição neo-clássica, esse reinvestimento é apenas questão de tempo:

(1) O passo seguinte, dado apenas por Keynes, foi o de manter as intuições dessa outra temporalidade sem se prender ao "longo prazo" Tautológico e naturalista nem reduzir o "concreto" ao "curto prazo".

(2) Assim manifesta-se Milgate, 1982. Marget, 1966, chega a conclusão semelhante movido por propósitos distintos.

tempo para que oscilações na taxa de juros novamente equalizem a poupança (riqueza acumulada) ao investimento.

Keynes certamente retoma a descrição desse mecanismo de "longo prazo" em seu Treatise, mas por outro lado explicita como a taxa monetária de juros, como fenômeno de natureza monetária, engendra processos cuja temporalidade já nada tem a ver com a usual transição a um novo equilíbrio, mas representam a redescoberta dos conflitos sociais pela manutenção de liquidez pelos agentes com poder efetivo (especulação X investimentos). Conflitos que abrem espaço para a destruição (crise) e não apenas para o ajuste (regulação quantitativa através dos mecanismos de mercado).⁽¹⁾

A insistência com que Milgate procura em Keynes uma teoria do longo prazo (que, quando citada, efetivamente é a tradicional) revela apenas o seu próprio preconceito neo-ricardiano: antes teorizar a história que historicizar a teoria. Milgate coloca a obra de Keynes na tradição dos que acreditavam em "leis" e "forças persistentes", sem aceitar que sua obra é fruto de uma época em que falecia o determinismo. O caráter dessa interpretação, que em relação à questão do tempo identifica-se ao empirismo neo-clássico, revela-se plenamente no apêndice (Milgate, 1982, p. 191 e ss.). Ali, finalmente, Milgate explicita sua crença de que mesmo para Keynes a economia capitalista é em última análise auto-regulável. Trata-se de uma opinião frequente até na literatura marxista, onde muitas vezes a crise é sinônimo de um processo funcional de ajuste econômico que nada tem a ver com transformações históricas.⁽²⁾

(1) Como temos insistido, Keynes formula uma teoria econômica da crise de transição e não apenas o caso particular do "curto prazo". Sua visão requer justamente a rejeição da tradução lógica do tempo em noções como "curto e longo prazo".

(2) O sistema não se auto-ajusta, "sem direção intencional, é incapaz de traduzir nossa pobreza real em nossa potencial abundância." (CW XIII, p.49).

Nesse terreno a personalidade de G. L. S. Shackle ainda é a única exceção, tanto na capacidade de resgatar no Treatise os elementos de uma visão dinâmica do capitalismo quanto na coragem de rejeitar os cânones metodológicos do racionalismo comuns a neo-clássicos, neo-ricardianos e neo-marxistas.

Quanto à teoria dos juros, soube ver já no Treatise as inovações no que respeita à análise das decisões e formas de poupar (na discussão sobre o preço dos bens de capital e dos mercados especulativos) e também na distinção entre circulação industrial e financeira, antecipadora da discussão sobre os conflitos por liquidez característicos da instabilidade capitalista.

O Treatise exhibe a raiz do processo de formação de expectativas, não porque atribua às expectativas, um papel causal⁽¹⁾ mas porque através da referência ao caráter potencialmente especulativo do poder de gasto capitalista emerge uma percepção do tempo que não se reduz a nenhum padrão objetivo ou material pré-determinado. Daí a ampliação da metáfora do caleidoscópio⁽²⁾, a ênfase na descrição Keynesiana de um jogo de palpites, contínua alteração de opiniões e propriedade (luta entre "ursos" e "touro").

O dinheiro aparece servindo como um ativo ou como mediador na troca de ativos e não apenas medindo o processo de produção e consumo. Dinheiro é um veículo de expectativas. O Treatise examina a maneira como os determinantes da circulação do dinheiro implicam no turvamento da percepção temporal no capitalismo, na medida em que a circulação financeira gera compromissos, relações de débito e crédito que se multiplicam sem referência obrigatória no mundo dos negócios. Ora, é exatamente nesse torvelinho que a taxa monetária de juros é determinada. Pode-se inclusive supor que essa

(1) A esse respeito, cf. CW V, p. 178-9.

(2) cf. Shackle, 1974.

taxa venha a influenciar outras taxas (de longo prazo). Assim Keynes foi além de Wicksell, ao sublinhar o papel dos mercados especulativos afetando taxas de diferentes "prazos" e criando a base da teoria da preferência pela liquidez.

Keynes mostrou que os juros são um fenômeno insustentável ligado à existência de instituições especificamente capitalistas, num sentido que sobredetermina completamente a noção tradicional de "preferência temporal" com que iniciamos essa discussão da teoria ortodoxa dos juros.

O dinheiro cria condições, ainda que socialmente fictícias, para a certeza privada de perenidade do sistema econômico. Nada disso é óbvio: as referências à questão da liquidez estão dispersas na classificação das formas de dinheiro do Treatise. Mas é o problema da liquidez que emerge como questão unificadora: a questão das possibilidades abertas ao poder capitalista no sentido de alterar seus compromissos com a estrutura produtiva existente.

A aparente contradição do Treatise ao enfatizar a questão da liquidez e da especulação mantendo ainda inúmeras referências à teoria neo-clássica dos juros resolve-se na medida em que percebemos no conflito entre "ursos" e "touro" as sementes da teoria dos juros baseado na preferência pela liquidez. Essa teoria não nasceu das referências ao longo prazo tradicional.⁽¹⁾ Nesse sentido, podemos dizer que o Treatise revela como a formação de expectativas pelos agentes relevantes implica na destruição da distinção entre "curto" e "longo prazo".

(1) Cf. Klein, 1947, p. 16

PARTE IV

SÍNTESE DO ARGUMENTO

"Basta, não aguento mais! A tensão e a incerteza do presente e do futuro são insuportáveis. O acesso ao mercado interno foi bloqueado e a exportação inevitável com a valorização do dólar."

Trecho das últimas anotações do empresário naval Paulo Ferraz, dono do estaleiro Mauá, antes de suicidar-se, em fevereiro de 1985, com um tiro no coração.

Síntese do argumento

Qual o objeto de estudo de Keynes? É o dinheiro, ou melhor, o caráter monetário da economia capitalista. Keynes não está diretamente interessado na investigação genética do modo de produção capitalista,⁽¹⁾ mas é o fato de o capitalismo ser uma economia monetária que serve de ponto de partida para as investigações Keynesianas. E o dinheiro é a instituição moderna mais intimamente vinculada à dinâmica econômica. Como em Marx, o dinheiro resume para si atributos e determinantes de inúmeras formas de criação e distribuição de riqueza.

A teoria econômica anterior a Keynes, entretanto, fazia do dinheiro apenas um instrumento e a tornar sempre mais nítida e eficaz a operação de infinitas trocas em um ou mais mercados. Se os preços repentina e inesperadamente passassem a ter um comportamento patológico, a razão de disfunção poderia ser encontrada sempre no mal controle desse instrumento. Esse controle, entretanto, era situado por aqueles autôres em algum ponto exterior ao mercado.⁽²⁾ Nunca aceitaram integrar o dinheiro aos fundamentos da máquina econômica, como se a manutenção de um mundo, incólume, de trocas, fosse um requisito para a inteligibilidade da realidade econômica.

Tal preconceito tem raízes antigas, e vem do tempo em que, na transição do feudalismo ao capitalismo, a burguesia procurava uma explicação laica para o que antes era uma dádiva divina: a existência e reprodução de coletividades humanas. As teorias políticas do "contrato social", em suas diferentes vertentes, comungavam desse orgulho pela capacidade humana, que então emergia principalmente fora dos feudos ou da nobreza, de agir racionalmente em termos de uma avaliação "objetiva" dos custos e benefícios de cada decisão. Custo e benefício, dar e receber, são os pilares da troca. O contrato social só tem legitimidade se representa um assentimento mútuo que pres

(1) Cf. parte III, VI, 3.

(2) Em suma, a oferta da moeda é sempre exógena.

supõe esse cálculo. O preconceito foi importado pela política nascente, que aos poucos foi sobrepondo à análise dos fundamentos da divisão do trabalho o império das relações de troca até que o mercado com seus preços reinasse soberano na terra da lógica econômica.

A identificação de troca como objeto científico, pela economia burguesa, compartilha entretanto com a velha metafísica religiosa esse preconceito teológico contra o dinheiro, que sustentava as conhecidas condenações da usura. A economia política burguesa era anti-teológica, mas não a ponto de violar um sentimento moral que o saber religioso tinha acalentado por séculos.

Keynes veio precisamente derrubar esse artigo de fé, elaborando uma teoria econômica que já não poderia, portanto, assumir os mesmos compromissos de sua predecessora com a idéia de uma racionalidade humana inquestionável. Com o dinheiro revela-se a incerteza, e aos poucos Keynes vai identificando os vários modos pelos quais formam-se expectativas na economia. Inicialmente através de um estudo dos efeitos diferenciados da inflação e da deflação sobre os agentes econômicos, mas já no Treatise fazendo referência às diferentes formas de acesso ao dinheiro existentes em uma economia capitalista. Essas vias de acesso, apenas na aparência reversíveis e simétricas como o ato de troca simples, geram decisões de gasto irreversíveis, irreversibilidade que o tratamento meramente mercantil do dinheiro dissimula.

O dinheiro percorre vias de mão única, pois sua circulação prende-se às decisões de gasto de empresários e banqueiros capitalistas. Os assalariados apenas referendam essas decisões, no máximo qualificam-nas, mas nunca podem alterá-las, uma vez tomadas. As formas de circulação do dinheiro (industrial e financeira) definem as condições de cálculo que empresá-

rios utilizarão ao tomarem suas decisões, e a posse de dinheiro é a única possibilidade de evitar compromissos irreversíveis. Essa posse é disputada, e nessa disputa ampliam-se os mecanismos que permitem a frações crescentes de proprietários de riqueza evitarem envolver-se em projetos de maturação mais longa. O Treatise descreve essa disputa, mas ainda não examina com detalhe o outro lado da estória: as variações na produção, renda e emprego, que se seguem a essas decisões empresariais potencialmente descompromissadas com qualquer estrutura produtiva até então existente.

Toda renda está vinculada à produção que a criou, mas o papel do dinheiro é justamente o de estender — perigosamente — a distância entre os dois pólos que se supõe estejam permanentemente ligados.⁽¹⁾

O exame dos determinantes do poder de compra, como formas que superam uma separação rígida entre dinheiro e mercadorias, lado real e monetário, pode estabelecer os limites do distanciamento entre geração de renda e processo de produção. A rigor, somente Marx procedeu a essa aproximação entre mercadorias e dinheiro para tornar explícito a natureza crítica das relações entre produção e geração/apropriação de renda, a partir da noção de equivalente geral, numa dedução cujo clímax é o surgimento do capital a juros — aliás, outra forma de expressão da valorização que se apóia sobre o dinheiro.

Como o poder de compra se exerce na troca, os economistas deslocaram a questão para o problema de determinação dos preços das mercadorias. Mas se o significado do poder de compra não é esclarecido antes (do ponto de vista lógico) do nível de preços, a teoria transforma-se num círculo vicioso, uma tautologia. Por isso

(1) Muito do que se diz nessa "síntese" vale-se das considerações de Cencini, 1984.

denominamos poder de gasto (capitalista) ao mecanismo fundamental analisado no Treatise.

A circularidade da teoria tradicional prende-se ao modo como sua análise faz o poder de compra depender do nível de preços. Mas como são determinados esses preços? São determinados no mercado de bens e produtos, pois para essa teoria a troca realizada é o único critério de equivalência. Desse modo o poder de compra do dinheiro se reduz àquilo que os preços permitem comprar em um mercado onde o dinheiro não é essencial. O poder de compra do dinheiro é ... o que é.⁽¹⁾ A teoria quantitativa transforma-se num truísmo.

Ora, se trocas são realizadas, financiadas por dinheiro, como a moeda adquire esse poder de compra? Só a integração do dinheiro à análise (e não mais apenas a sua "introdução") permite encontrar a resposta.

Na teoria tradicional, a demanda por dinheiro depende de um nível de preços cuja medida requer a explicação do próprio poder de compra do dinheiro. Deve-se, portanto, analisar a oferta e a demanda de dinheiro, a partir de uma visão integrada das dimensões que se costuma chamar de "real" e "monetária". O Treatise resume exatamente a busca dessa integração, por parte de Keynes. Para a teoria neo-clássica, a homogeneidade suposta entre mercadorias e dinheiro é apenas referendada pelo mecanismo de trocas. Para Keynes, é o processo de produção e geração de renda que permanentemente põe à prova essa homogeneidade. Nesse contexto, o dinheiro transforma-se na base de cálculo e planejamento empresariais, sendo assim o instrumento pelo qual formam-se as expectativas de prazo variado e, às vezes, indeterminado. Desse modo vem à tona a incerteza. O estudo do tempo, em Keynes, é a tentativa de aceitar, sem resignação, as formas de agudização das incertezas humanas ao longo da História.⁽²⁾

(1) Cencini, 1984, pg. 89 e ss.

(2) Na Parte I procuramos evidenciar essa dimensão macro-histórica do pensamento de Keynes.

Tanto a estática quanto a dinâmica representam algum tipo de relação com o tempo. Mesmo a distinção entre estoques e fluxos pode conviver perfeitamente com a estática, desde que se refiram a um período de tempo determinado. A assim chamada "teoria dinâmica", na economia pós-Keynesiana de matiz neo-clássico, estuda as variações nos valores de variáveis endógenas, ao longo do tempo. Essa variação pode ser contínua ou descontínua (usando-se em cada caso ora o cálculo diferencial, ora o cálculo de diferenças, para apresentar matematicamente a dinâmica econômica). Contínua ou descontínua, a dinâmica econômica ortodoxa não requer outra significação para o tempo que não a mera "sucessão de eventos". Mesmo nos casos em que o processo econômico é dividido em períodos, a relação da variável com o tempo pode ser definida do modo contínuo do interior daquele período. Dessa forma, muito do que parece análise dinâmica adquire um sabor eminentemente estático, já que mesmo a sucessão de períodos descontínua pode ser reduzida a intervalos no interior dos quais a função matemática é definida. A referência da variável a diferentes datas está portanto, de antemão, presa à continuidade de um intervalo qualquer. A análise dinâmica tradicional pressupõe sempre, sejam as variações contínuas ou descontínuas, um calendário formal que representa abstratamente qualquer sucessão de eventos. É o "eixo do tempo" em qualquer diagrama cartesiano, fiel à representação espacial do movimento consagrada pela mecânica newtoniana.

O processo de geração da renda ilustra como pode ser falaciosa essa transposição do esquema newtoniano para a teoria econômica. Na física clássica o movimento era representado pela ocupação de um espaço dado previamente, por um corpo ao longo do tempo. ⁽¹⁾ O movimento parece ser uma relação do corpo agente com

(1) cf. ainda aqui, Cencini, 1984, cap. III

o tempo, mas o que ocorre é apenas o preenchimento do espaço dado, pelo corpo que o percorre. A cada ritmo de preenchimento ou tipo de percurso corresponde um tipo de movimento. Mas o espaço é indestrutível, é um suporte estrutural cuja existência em nenhum momento pode ser negada pelo observador ou pela "natureza".

Aqui deveria terminar a analogia metodológica entre a mecânica clássica e a economia política, limite que não tem sido reconhecido pelos economistas neo-classicos. (1)

Não há razão suficiente para que se aceite, na economia política, a existência necessária de "suportes estruturais" como é o espaço da física clássica. O processo de geração e determinação da renda é exemplo de fenômeno não apenas descontínuo, mas de um processo econômico cuja (des)continuidade muitas vezes nem pode ser aferida. Em certos momentos, que correspondem ao que era denominado por Keynes de transição entre estados de equilíbrio (que vimos, na Parte I, ser interpretados no contexto de um diagnóstico macrohistórico), é absolutamente impossível saber se e como a produção econômica terá ou não continuidade. Pois a geração de renda depende de decisões de gasto, e quem tem o poder de efetivar esse gasto orienta-se por realidades, inclusive preços, cuja transformação inibe ou até imobilize a própria decisão. O empresário capitalista, como caracterizado por Keynes no Treatise, pode guiar seu cálculo por processos de formação de preços altamente especulativos, voláteis — capazes portanto de, instabilizando a decisão empresarial, destruir ou desordenar a estrutura econômica vigente em graus inimagináveis. Essa economia política da desorientação, baseada na identificação de critérios de cálculo cuja finalidade é permanentemente camuflada pelo dinheiro, faz da renda uma incógnita — em um sentido muito radical, que transcende a questão elementar sobre as soluções de

(1) Mas não só por eles. Como já observamos antes (pág.), a crença na existência sempre inabalável de "estruturas de sustentação" da dinâmica econômica é alimentada mesmo por outras correntes, como ricardianos e marxistas.

continuidade do processo de geração de renda. É uma economia política literalmente qualitativa, ainda que não exclusivamente analítica. Apenas o aspecto empírico da elaboração teórica exige redobrada crítica e vigilância. Ilustrativa dessa disposição autocrítica do tipo de pensamento econômico inaugurado por Keynes é o exame das técnicas de construção de números-índice, feita nos capítulos iniciais do Treatise, assim como o interesse agudo de Keynes pelas transformações institucionais do capitalismo. Trata-se de uma economia política cujo método é lógico-histórico, para usar um termo que pode se adequar ao tratamento de outros teóricos da dinâmica econômica.⁽¹⁾ A análise de Keynes não sugere apenas a possibilidade de rupturas na reprodução econômica, mas chama a atenção para a incerteza radical que exacerba os perigos do período "de transição", mostrando como essa incerteza tem origem nas articulações perversas entre o exercício do poder de gasto capitalista e a existência do dinheiro.

Nem se pode deixar de lembrar que cada decisão de gasto, das muitas que instituem fluxos de renda, tem seu próprio horizonte temporal e que a única forma de contato entre esses horizontes é o dinheiro, entidade cuja temporalidade é uma indeterminação permanente. Não há na economia espaços previamente estabelecidos onde viriam instalar-se as decisões de gasto. Os empresários (e, mais recentemente, conglomerados produtivo-financeiros) tomam suas decisões individualmente com graus de liberdade determinados pela sua capacidade de acesso ao dinheiro. Por isso o Treatise, que aparentemente se preocupa exclusivamente com preços, pode ser entendido como um exame das condições fundamentais de determinação do gasto capitalista. Esse exame das formas de acesso ao dinheiro desponta com a distinção entre uma circulação industrial e outra financeira. Keynes chama a atenção para o relacionamento

(1) Nesse sentido, busco inspiração em Braga, 1985.

diferenciado entre os agentes e o dinheiro, e não mais entre os agentes e o preço, como fizera no Tract. Essa era a visão tradicional: inflação e deflação afetam desigualmente os agentes econômicos e é o mecanismo de preços que deve ser investigado para entender e reparar as desigualdades e assimetrias. Daí que o poder sindical e estatal aparecem sempre, para os economistas neo-clássicos, como fonte de ruídos e disfunções. Os preços então seriam conjunturais ou estruturais, de mercado ou naturais, de curto ou de longo prazo, flexíveis ou inflexíveis ao longo de um processo de ajuste.

Mas Keynes, ainda que tenha começado com um aprofundamento da análise qualitativa dos efeitos diferenciados do mecanismo de preços (buscando os "impactos sociais da inflação e da deflação"), a partir do Treatise inverte o percurso e descobre, "por tras" do mecanismo de preços, a circulação do dinheiro atada às vicissitudes de uma hierarquia institucional típica do capitalismo, onde o poder de gasto de organiza perversamente. As instituições financeira criam formas de propriedade de riqueza, que refletem a disponibilidade de dinheiro (títulos, cujo valor pode inclusive expressar a confiança com que se espera venha a ser gerada mais riqueza no futuro). Assim, a tentação de não gastar, portanto de não gerar renda e produto, pode levar o capitalismo a se envolver com transações que conturbam o ajuste, que a teoria ortodoxa supunha inevitável, entre os planos dos inúmeros agentes econômicos.

O dinheiro cria "vácuos" no processo de geração de renda — que em última análise manifestam-se como oscilações de preços. Mas isso não quer dizer que a quantidade de dinheiro na economia determine as oscilações de preços, como queria a teoria quantitativa da moeda. Entre o dinheiro disponível e o mecanismo de preços está o processo de tomada de decisão dos empresários e banqueiros capitalistas que podem inclusive alterar completamente a quantidade de dinheiro que antes era suposta

dada e exógena. São esses poderes de gasto que qualificam e subvertem a relação entre disponibilidade de moeda e nível de preços, introduzindo, no coração da teoria tradicional da determinação de preços, a questão dos determinantes da geração de renda.⁽¹⁾ E o exame desses determinantes aponta para uma possibilidade de ruptura nos processos produtivos, cujo rumo fica totalmente incerto — não se sabe por quanto tempo. A instabilidade que aflora com o exercício do poder de gasto capitalista instaura uma temporalidade indeterminada, onde a própria História transforma-se em incôgnita. A temporalidade capitalista, que a análise monetária (em sentido amplo) de Keynes revela (através de uma abordagem lógico-histórica), é uma via irreversível, mas com destino recorrentemente insondável. E nesse percurso, não há "suporte estrutural" que se sustente indefinidamente, na realidade econômico-histórica ou na mente do observador que pretende fazer ciência.

(1) Ainda que essa dimensão só viesse a ter um tratamento explícito a partir da Teoria Geral, que nesse sentido veio para explicar o Treatise (e não para romper com a obra anterior, como frequentemente se afirma).

CONCLUSÃO

"Artisticamente [o Treatise] é um fracasso - eu mudei muito de opinião ao longo de sua redação para que tenha propriamente unidade. Mas acho que contem abundância de material e idéias."

J.M. Keynes

"Mas ele mostrou o que a economia pode ser nas mãos de um homem que combinou em algum grau a introspecção, a felicidade e as audácias inspiradas do matemático, do historiador e quase do poeta."

G.L.S. Shackle

CONCLUSÃO

Já afirmamos que esse texto é parte de um projeto maior, que avaliará ainda os debates sobre o Treatise que levaram à Teoria Geral, a própria Teoria Geral e seus principais desdobramentos. Pode-se entretanto afirmar algo de conclusivo, já?

escolha da questão da "temporalidade" como chave de leitura atende a um interesse despertado, entretanto, por inquietações declaradas do próprio Keynes. Seus textos, apesar de servirem como ponto de partida, não são o ponto de chegada. A pretensão de decifrar o que "realmente disse" o Autor é de natureza totalitária.

Evidencia-se portanto a intenção política da discussão. E a resposta que até aqui encontramos não deixa de revelar essa intenção: desde os primeiros escritos até o Treatise, pudemos ressaltar o exercício teórico através do qual foi diagnosticada por Keynes a natureza do poder capitalista, sutil transfiguração da tradicional teoria do poder de compra do dinheiro.

O problema do tempo aparece nesse contexto: exercer um poder exige sempre a definição de planos, projetos, perspectivas. Como sujeitos em um processo anárquico e competitivo de dominação, os capitalistas procuram traduzir o tempo social em projetos de manutenção e ampliação de poderes privados. A economia política de Keynes revela as artimanhas da privatização do tempo social.

"Agir em tempo", no capitalismo, exige sempre uma avaliação, um cálculo: há tempo disponível? É pre

ciso identificar aqueles que controlam o tempo e, através de suas expectativas, criam ou destroem as perspectivas sociais de reprodução econômica.

Daí a importância das relações entre o circuito industrial e o financeiro, relações que sob várias formas a análise que integra o dinheiro esclarece, pondo o dinheiro como fator determinante da formação de expectativas e decisões. Então a liquidez é a palavra unificadora, como lembra Shackle. E é no exame das possibilidades de geração e manutenção de liquidez na economia que novamente o conflito entre o privado e o social se apresenta.

Sublinhando as relações entre o dinheiro e o tempo, a incerteza assume o papel de fruto de um desenvolvimento histórico, específico: a constituição do capitalismo financeiro. Naturalmente a incerteza é um fato inevitável, mas Keynes revela os perigos de uma forma institucional de incerteza, gerada nas entranhas da economia capitalista no momento em que as decisões do mundo industrial e financeiro tomam por base expectativas conflitantes.

Mas pior que um conflito é a ausência de um espaço de resolução possível. A ênfase na dimensão especulativa das avaliações empresariais é portanto a contrapartida de uma inquietação política: o jogo entre "ursos" e "touros" não obedece a nenhum mecanismo objetivo ou auto-regulável. Trata-se de um jogo que não dispõe de qualquer regulação automática e que pode afetar exatamente a avaliação que os capitalistas fazem da futura acumulação de capital.

A instabilidade desse processo de formação de avaliações por parte daqueles que exercem o poder de gasto fundamental, indica que a crise, a resolução

violenta e destrutiva dos conflitos pela posse de formas mais oportunas de riqueza, é uma possibilidade permanente e inesperada da economia capitalista. Daí que surge a possibilidade de ver, nos esforços de Keynes por compreender o surgimento de "desequilíbrios" e a transição a um novo "equilíbrio", a busca de uma racionalização de um desajuste histórico e não abstrato. Trata-se da racionalização da transição de um capitalismo competitivo e instável para uma época em que a economia assumisse o caráter político de seus conflitos. Em que os agentes procurassem conscientemente formular projetos de desenvolvimento histórico que, ainda dependentes de incertezas imponderáveis, não impliquem na irracionalidade de toda destruição.

Ora, o advento do capitalismo representou precisamente o estabelecimento de um regime de distribuição, especialização e combinação de prestações em que a racionalidade, a capacidade de registro e cálculo, tornaram-se os instrumentos privilegiados do processo de ordenação da propriedade. Como pôde o desenvolvimento de uma ordem social eminentemente racional desembocar no irracionalismo?

* * *

No sistema do equilíbrio geral walrasiano, o processo de leilão implica no recorrente adiamento das transações até que o equilíbrio seja atingido. Portanto, reter dinheiro durante o leilão ou entre dois períodos de mercado é irracional.⁽¹⁾ Ora, é justamen-

(1) cf. Davidson, 1972, p. 141.

te o momento entre períodos, sejam eles quaisquer, o foco da análise monetária de Keynes. (Cf. parte III, V, 2)

Face à perspectiva neo-clássica, Keynes procura deter-se exatamente no momento de maior irracionalidade potencial. Pois os critérios privados de cálculo prospectivo, ao se ampararem em instituições monetário-financeiras, refletem no máximo a representação especulativa do futuro, armada por um grupo de agentes que aposta em função de um "feeling" derivado da correlação atual de forças em mercados específicos.

O dinheiro pode servir, nesses momentos críticos, como proteção contra um futuro que se torna mais incerto em função da precariedade e subjetividade das avaliações dos próprios agentes. Mas a liquidez não existe para todos, e a corrida contra o tempo, em busca de situações patrimoniais mais seguras do ponto de vista privado, pode aprofundar inconsequentemente a instabilidade da sociedade como um todo.

Por outro lado, como já vimos ao examinarmos as definições iniciais do Treatise, não há como pensar a existência do dinheiro sem a presença sincronizada de contratos e débitos. Entretanto, a crise representa a emergência de uma situação onde atores econômicos cruciais procuram desvincular o dinheiro da existência de contratos. Mas romper essa sincronicidade é violar as condições de reprodução do organismo social, é que rer separar o sangue do oxigênio, sob o ilusório pretexto de estocar energia para um hipotético futuro me nos instável. Ocorre que defuntos não ressuscitam com transfusão de sangue. ⁽¹⁾

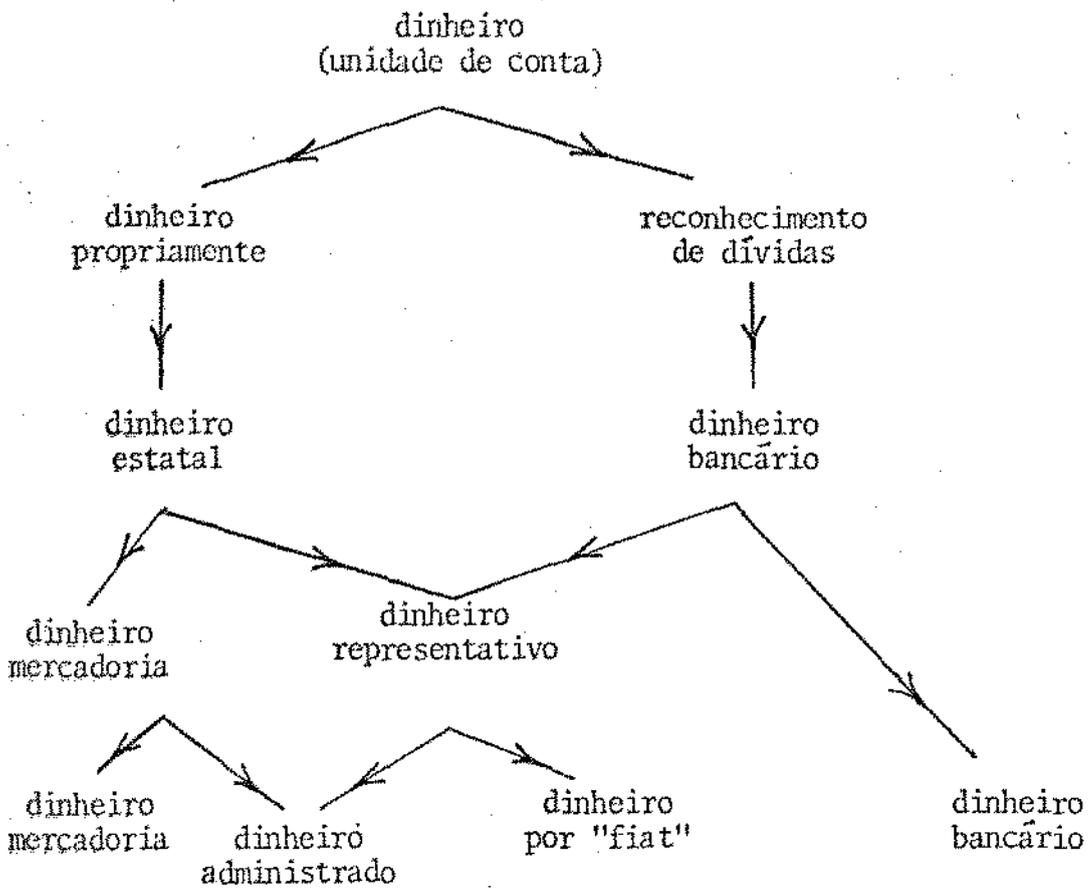
O Treatise, partindo da tradicional análise dos determinantes do poder de compra, criou as condições para a compreensão do paradoxal divórcio no capitalis

(1) cf. Schmitt, 1975, para a metáfora original.

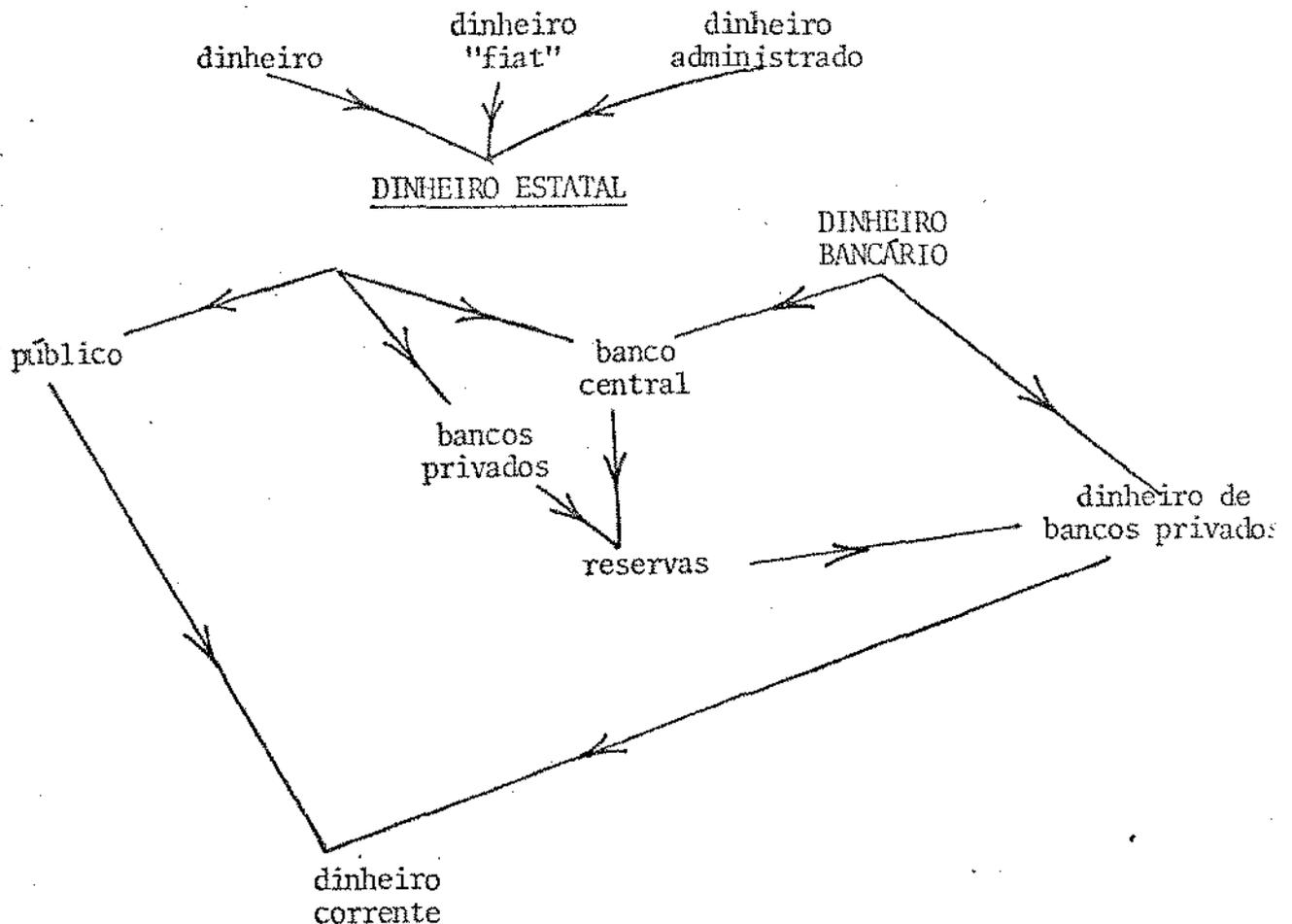
mo contemporâneo entre o poder de compra (gasto) e sua própria representação. Em suma, trata-se da exibição dos mecanismos pelos quais irrompe uma das mais dramáticas crises de confiança da sociedade moderna.

Tivemos oportunidade de sublinhar a importância do "agir em tempo" no contexto das exigências de compreensão do caráter da temporalidade capitalista. Mas se a percepção temporal (expectativas) depende de bases tão instáveis, como assumir compromissos históricos quando foram minadas as bases materiais da confiança?

1. ESQUEMA DE CONCEPÇÕES E FORMAS DO DINHEIRO NO TREATISE

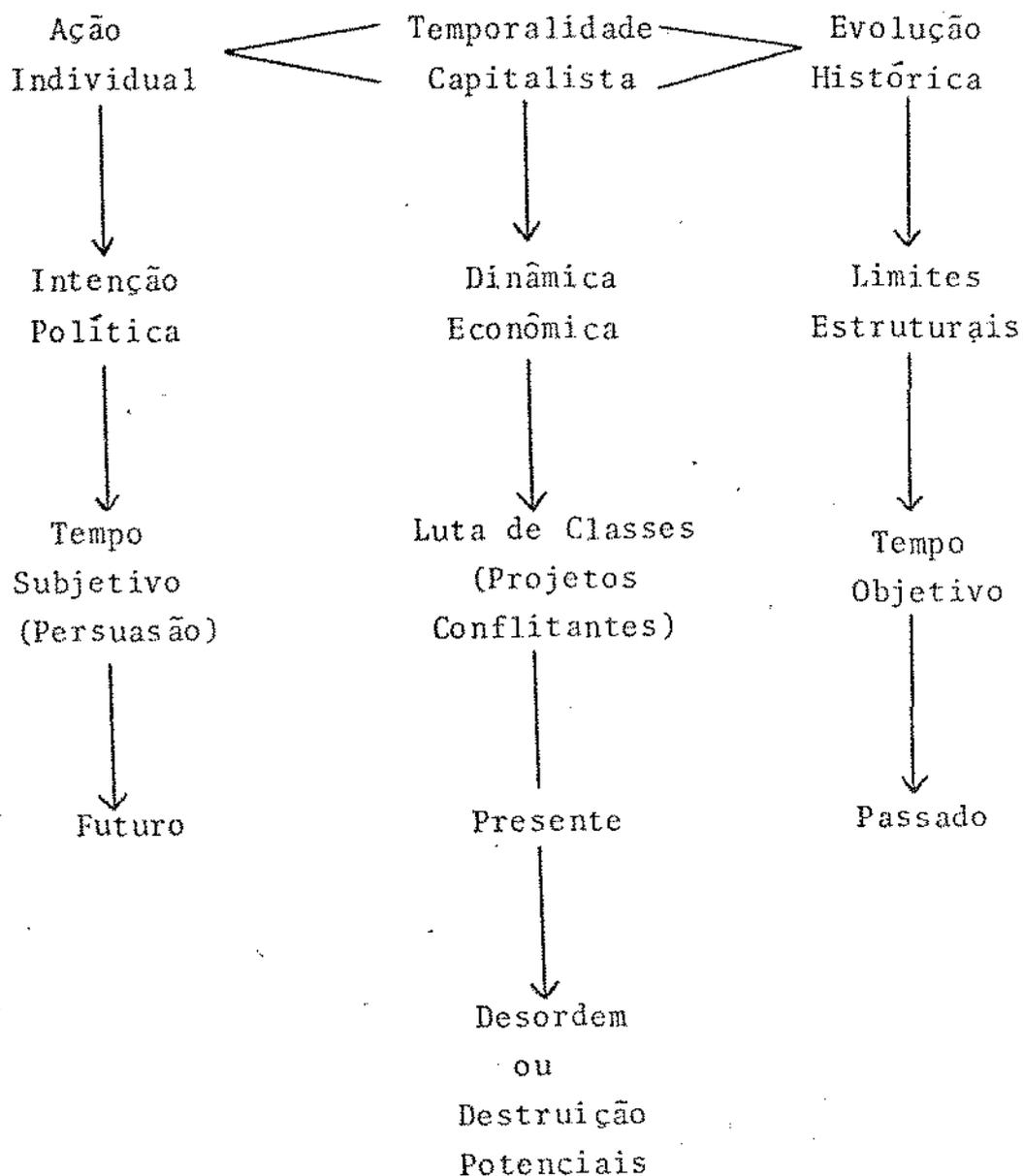


2. ÁRVORE GENEALÓGICA



2. A TEMPORALIDADE CAPITALISTA

No capítulo II identificamos uma preocupação com as três dimensões do tempo presentes na obra de Keynes. Graficamente, podemos ilustrar essas três dimensões da seguinte forma:



BIBLIOGRAFIA

I - Epígrafes

HORKHEIMER - Adorno, Dialectique de l'Illuminisme

BENJAMIN, W., todas as referências são de "Sens Unique" m NV, Paris, 1978.

VALERY, P. vol. I das obras completas, Pléiade, 1957, p. 993, Paris.

SHACKLE, G. L. S. Keynesian Kaleidics.

II - Obras de J. M. Keynes

A maioria das citações foram extraídas das Complete Works ("CW", seguido de algarismo romano) editadas pela Macmillan para a "Royal Economic Society", com exceção de

1963 - Essays in Persuasion, Norton Library, N. York.

III - Outros

AGLIETTA, M. 1979. Regulación y crisis del capitalismo, siglo XXI ed.

1982. La violence de la monnaie, P.U.F.

BARRÈRE, A. 1979. Desequilibres Economiques et Contre - Revolution Keynesienne, Economica, Paris.

BRAGA, J. C. S. 1985. Tesê de Doutoramento (xerox).

CENCINI, A. 1984. Time and the macroeconomic analysis of income, Pinter, London.

- D'ANTONIO, M. 1981. "Su Alcuni aspetti della teoria monetaria di Keynes", in Graziani (org.).
- DAVIDSON, P. 1972. Money and the Real World, MacMillan, London.
- DOW, S., EARL, P. 1982. Money Matters. London.
- DESAI, M. 1981. Testing Monetarism, Frances Pinter, London.
- ESHAG, E. 1963. From Marshall to Keynes: An Essay in the Monetary Theory of the Cambridge School, Oxford, Blackwell.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. 1976. The Entropy Law and the Economic Process, Harvard University Press, Mass.
- GRAZIANI, A. (et alii). 1981. Studi di economia Keynesiana, Liguori, Napoli.
- HICKS, J. 1967. Critical Essays in Monetary Theory, Oxford University Press.
1979. Causality in Economics, Basil Blackwell.
- KAHN, R. F. 1978. "Some aspects of the development of Keynes' thought," Journal of Economic Literature, vo. XVI, n° 2.
- KLEIN, L. 1947. The Keynesian Revolution, MacMillan, N.York.
- KREGEL, J. 1973. The Reconstruction of Political Economy, J. Wiley & Sons, N. York.
- LEIJONHUFVUD, A. 1979. On Keynesian Economics and the Economics of Keynes, Oxford University Press.

- MARGET, A. W. 1966. The Theory of Prices, Augustus Kelley, New York.
- MARRAMAQ, G. 1982. Lo Politico y las Transformaciones, Siglo XXI, Mexico.
- MILGATE, M. 1982. Capital and Employment, Academic Press.
- MINSKY, H. P. 1975. John Maynard Keynes, Columbia Press.
- OHLIN, B. 1981. Manuscritos inéditos, publicados em History of Political Economy, vol. 13, nº 2.
- PANICO, C. 1978. Sulle configurazioni di lungo periodo: alcune osservazioni, Rivista di Politica Economica.
- PATINKIN, J. R. 1983. "D. H. Robertson: some restoration", Journal of Post-Keynesian Economics, vol.VI, nº 2.
- ROBERTSON, D. H. 1949. Banking Policy and the Price Level, A. Kelley, N.York.
- SHACKLE, G. L. S. 1967. The Years of Hight Theory, Cambridge University Press.
1972. Keynesian Kaleidics, Edinburgh University Press, Chicago.
- SCHMITT, B. 1972. Macroeconomic Theory, Castella, Switzerland.
1975. Monnaie, Salaires et Profits, Castella, Suisse.

SCHUMPETER, J. A. 1982. Historia del Analisis Economico, Ariel, Madrid.

SCHWARTZ, G. 1984. Keynes, um conservador autocrítico. Ed. Brasiliense, São Paulo.

SELIGMAN, B. 1967.

VICARELLI, F. Keynes: la inestabilidad del capitalismo. Piramide, Madrid.

VILAR, P. 1982. Desenvolvimento Económico e Análise Histórica. Ed. Presença, Lisboa.